

# Imperialismo escondido com o GATT de fora...

«O acordo sobre o GATT é a consolidação de mais um pilar da "nova ordem internacional" pilotada pelos EUA e as multinacionais» e «vai significar mais desemprego na Europa e em Portugal, mais fome e miséria no Terceiro Mundo».

Págs. 3 e 4

# AUTÁRQUICAS

• Imprensa, previsões & comentários

Suplemento

• Organizações do PCP  
analisam resultados

Págs. 7, 8 e 9

• O PS não aprende?

Pág. 6

# Eleições na Rússia

• artigos de

Albano Freire Nunes

e Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 14, 15, 16 e 17

# 1943

Foi há  
50 anos  
o III  
Congresso  
do PCP

Págs. 18, 19, 20 e 21

Petições  
à Assembleia  
da República

Pág. 7

A luta  
estudantil  
e o aumento  
das propinas

• artigo de

Francisco Lopes

Pág. 22

## EDITORIAL

# Questão urgente - a alternativa

# É

uma evidência da presente situação política que o Governo e PSD querem fazer esquecer, quanto antes, as eleições autárquicas e a derrota que nelas averbaram.

Outra evidência é que este objectivo laranja tem sido

extremamente favorecido pelo posicionamento do PS. Desde a madrugada do apuramento dos resultados que os principais dirigentes socialistas, em vez de sublinharem a derrota governamental e formularem as exigências próprias de um partido da oposição, parecem apostados em fazerem a afirmação, com inusitada arrogância, de uma hegemonia do campo democrático completamente desproporcionada em face do quadro político existente no país e dos próprios resultados das eleições.

Na verdade, o que o resultado das eleições de 12 de Dezembro põe em destaque, com amplo reconhecimento, é a força e a vitalidade do PCP e imprescindibilidade da sua participação para que exista uma verdadeira alternativa ao PSD.

A grande actualidade da questão da alternativa é naturalmente suscitada pelas perspectivas de trabalho que decorrem da verificação de que a soma dos votos do PSD, do PS e das coligações de que fizeram parte ultrapassam os 52 por cento do total da votação e pela possibilidade de ampliar a derrota do PSD através de entendimentos em muitas autarquias.

Mas a urgência da alternativa é colocada também pela necessidade de interromper, tão cedo quanto possível, a desastrosa e perigosa política do Governo de Cavaco Silva.

Em relação a esta, dois factos chamam especialmente a atenção pela sua gravidade, embora de natureza muito distinta, no período que se seguiu às eleições: a conclusão do Acordo sobre o GATT e a insistência do Governo em prosseguir a guerra das propinas depois do veto do Presidente da República de um decreto que regulava a matéria e a propósito do veto prosseguir também a guerrilha institucional.

Em relação ao Acordo sobre o GATT, foi com a boca cheia de milhões que os governantes do PSD procuraram apresentar como vitória do Governo as pobres condições de sujeição do nosso país às novas regras do comércio mundial impostas pelas grandes potências imperialistas, em especial pelos Estados Unidos, aos países mais pobres e menos desenvolvidos.

Ora, não restam dúvidas a ninguém minimamente informado que o Acordo, tal como foi negociado, comporta consequências muito negativas para o nosso país, nomeadamente nos sectores têxtil e agrícola, e vai provocar um novo surto de desemprego.

É curioso referir que o próprio comissário português, Deus Pinheiro, declarava dias antes do Acordo: "a assinatura do acordo do GATT significará mais desemprego".

Tornam-se por isso especialmente graves e prejudiciais a uma verdadeira tomada de consciência do país, as tentativas do Governo para eludir as consequências, afirmando, como fez o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, que o "resultado global sobre os têxteis" é "positivo para Portugal e também para o conjunto da indústria comunitária". É ainda mais chocante o malabarismo que consiste em acompanhar estas apreciações mentirosas, com a invocação dos milhões de ecus que, se anuncia, Portugal "receberá" como compensação. Sendo que alguns desses milhões já tinham sido atribuídos em anteriores acordos, ou já estavam previstos (caso

por exemplo - que souberam criar grandes movimentos de opinião pública.

Cabem por isso ao Governo graves responsabilidades por este novo mau passo da economia portuguesa, que os "milhões" não conseguem disfarçar, nem atenuar como a nossa experiência já ilustra.

Em relação às propinas, o veto presidencial do decreto, que visava regulamentar a lei que as estabelece, concedia ao Governo a oportunidade de reconsiderar uma matéria que motiva uma oposição tão generalizada e determinada dos estudantes portugueses.

A justiça desta causa estudantil, a firmeza com que tem sido sustentada, as lamentáveis actuações em que o Governo já incorreu, como o espantamento dos estudantes na escadaria da Assembleia da República, a própria mudança do ministro da Educação - tudo recomendava o aproveitamento desta oportunidade para uma reconsideração com os próprios estudantes e as suas organizações representativas, antes de se adotarem novas medidas repressivas.

Dominado pela ideia do "quero, posso e mando", Cavaco escolhe o caminho da guerra com os estudantes e apressa-se a enviar o decreto como foi vetado para a Assembleia da República, para ser aprovado sem alterações pelos seus deputados e impor, pela razão da força, a sua promulgação.

Mas, não contente com isto, sobe também gravemente o tom na guerrilha institucional, através da Comissão Política do PSD, que acusa violentamente o Presidente da República de "lançar a perturbação, estabelecer a dúvida e alimentar a confusão", e se arroga «o poder e o dever de pugnar pela estabilidade e governabilidade». Isto é o Estado, é o PSD...

Os factos aqui abordados constituem apenas dois exemplos recentes de uma prática governativa de abdicação nacional, de ruína económica, de desestabilização social e de autoritarismo político.

O que não se percebe é em nome de que princípios pode o PS prodigalizar a um Governo que actua desta forma a promessa reiterada de que nada fará para interromper o curso da sua governação e que quer que cumpra regularmente o seu mandato até 1995.

O que não se percebe é que, num quadro de profunda crise económica, social e política, de responsabilidade especial do Governo do PSD, o PS centre o seu discurso na recusa de entendimentos com outras forças políticas, nomeadamente com o PCP, e fuja a abordar a questão do Governo.

Só a certeza de uma alternativa consistente é que pode travar a presente acção governativa de abuso e absolutização do poder e agir como factor de mobilização de uma maioria para lhe pôr termo.

**A urgência da alternativa é colocada também pela necessidade de interromper, tão cedo quanto possível, a desastrosa e perigosa política do Governo de Cavaco Silva**

dos 80 milhões de contos) e que mesmo tudo somado fica muito aquém das necessidades de financiamento para a modernização do sector há muito reconhecidas.

O "bluff" do veto usado por Cavaco Silva (contemplando também objectivos eleitoralistas), foi tomado nos meios comunitários como (citando o «Diário de Notícias») «uma reclamação de última hora, para aproveitar a pressão gerada pela aproximação do fim do prazo do Uruguay Round a fim de obter ajudas adicionais»

Por isso mesmo, é que na imprensa internacional houve quem escrevesse que «Portugal vendeu os têxteis por 400 milhões de ecus».

Mas tão-pouco os meios nacionais mais directamente interessados - os trabalhadores e os empresários têxteis - se estão a deixar levar pela demagogia dos 400 milhões de ecus (os tais 80 milhões de contos). A Federação Sindical já os considerou uma «migalha» em relação às necessidades e pôs na rua uma manifestação contra as condições gerais do acordo. Da parte empresarial houve quem dissesse que o Governo vendeu os têxteis por dez tostões.

O que é líquido, mais uma vez, é que o Governo dominado pela concepção do "quero, posso e mando" e agindo tarde e a más horas e sigilosamente como é seu hábito, arredou do processo outros órgãos de soberania - Presidente e Assembleia da República - os partidos da oposição, os sindicatos e outras organizações profissionais e de classe e enfraqueceu assim enormemente a capacidade negocial do país. Procedeu ao contrário de outros países - a França,



Contestação às propinas continua

## RESUMO

### 15 Quarta-feira

Concluem-se as negociações da Ronda Uruguai para a liberalização do comércio mundial ■ O destacamento da Força Aérea alemã há 25 anos estacionado nos arredores de Beja abandona a base para sempre ■ A Grã-Bretanha e a Irlanda assinam uma declaração conjunta para a paz no Ulster ■ Os três países bálticos lançam um apelo à NATO para que garanta a segurança perante uma eventual ameaça de uma Rússia governada pelos ultranacionalistas ■ O futebolista Serguei Cherbakov é vítima de um grave acidente que lhe paralisa as pernas.

### 16 Quinta-feira

O Tribunal Constitucional considera que à excepção de dois artigos, a chamada Lei das propinas está de acordo com o texto fundamental ■ O Conselho de Ministros torna obrigatório a posse de documentos de identificação em lugares públicos ■ São extintos os comandos da Amadora e integrados na brigada Aero-Transportada ■ Greve dos trabalhadores do sector de embalagem das empresas do grupo Portucel regista uma adesão entre os 70 e os 100 por cento, revelam os sindicatos do sector ■ Em entrevista ao DN, Giulio Andreotti confessa-se humilhado ao ser submetido a um interrogatório de 12 horas, durante o qual foi confrontado com os arrependidos que o acusam de ter protegido a Mafia.

### 17 Sexta-feira

Cavaco Silva chega a Palma de Maiorca para uma cimeira com Felipe Gonzalez ■ O Banco de Portugal confirma uma previsão do seu administrador que aponta um crescimento de oito a nove por cento em 1995, quando arrancar o projecto Ford/VW ■ O Presidente da República veta o regulamento da Lei das propinas e exige um amplo consenso nesta matéria ■ O PCP apresenta na AR um projecto de resolução com vista ao levantamento do bloqueio a Cuba ■ Estudantes vão ao Tribunal Constitucional mostrar o seu desagrado pela decisão relativa à lei das propinas ■ Greve dos enfermeiros das clínicas privadas regista uma adesão de 50 por cento ■ O plano de reestruturação da Siderurgia Nacional é aprovado em Bruxelas pelo Conselho de Ministros da Indústria Europeia.

### 18 Sábado

Isaltino Morais, dirigente da distrital de Lisboa do PSD demite-se do cargo em consequência dos maus resultados eleitorais na capital ■ O Governo moçambicano revela que milhares de homens armados do Malawi penetraram no país, estabelecendo-se em áreas controladas pela

Renamo ■ A Argélia anuncia que vai realizar, durante a última semana de Janeiro próximo, uma conferência nacional entre os partidos políticos e o actual poder para tentar encontrar uma solução para a actual crise em que está mergulhado o país.

### 19 Domingo

Realizam-se pela segunda vez eleições nas freguesias Vilar de Cunhas, concelho de Cabeceiras de Basto, Moinhos da Funcheira, concelho da Amadora e em São Pedro, concelho de Torres Novas ■ Sete milhões de sérvios são chamados às urnas para eleger 250 deputados ao parlamento ■ O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas dos EUA chega à Somália para debater a retirada das tropas americanas daquele país ■ O primeiro-ministro francês Eduard Balladur torna-se em potencial candidato às presidenciais de 95 depois de dois ministros do seu governo anunciarem o apoio à candidatura.

### 20 Segunda-feira

O Governo decide transformar o decreto-lei regulamentador das propinas, vetado pelo Presidente da República, em proposta de lei a enviar a debate à Assembleia da República ■ Armindo Sousa Ribeiro é aceite pela CE para membro do Tribunal de Contas da União Europeia ■ O Primeiro-Ministro cabo-verdiano demite os ministros do Trabalho, Alfredo Teixeira, e da Justiça, Eurico Monteiro ■ Uma bomba de grande potência explode em Beirute, frente à sede do partido falangista cristão libanês ■ Atentados imputados aos islamitas muçulmanos matam, no Egipto, três polícias e um civil ■ O ANC e a Frente Africander anunciam terem chegado a um acordo que abre caminho à participação deste movimento nas primeiras eleições multiraciais da África do Sul em troca da criação de uma província com larga autonomia ■ Um relatório da OCDE aponta a retoma da economia para 1994, embora ainda não suficiente para conter a marcha do desemprego.

### 21 Terça-feira

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, reúne com os partidos com assento na AR para apresentar e discutir as conclusões das negociações do GATT ■ Segundo os últimos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o número de desempregados em Portugal aumentou em mais 9700 em Novembro face a Outubro ■ A JSD/Lisboa apoia Isaltino Morais para a distrital do PSD ■ A Frente do Povo Africander adia a assinatura do acordo a que chegou com o ANC, alegadamente para não isolar os conservadores negros sul-africanos ■ Boris Ieltsin explica derrota eleitoral com o empobrecimento da população russa.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição, Sede: Rua do Norte, 115, 1<sup>a</sup>, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfoes, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95 Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

# As consequências da assinatura do GATT

O PCP realizou, na passada quinta-feira, uma conferência de imprensa em que deu a conhecer a sua posição sobre as consequências da assinatura final do Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras (GATT). O documento, que a seguir se transcreve na íntegra, foi apresentado à comunicação social pelo camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP. Na conferência de imprensa, estiveram ainda presentes os camaradas Carlos Amaro, da Comissão para as Questões de Agricultura junto do CC, e Manuela Prates, dirigente sindical dos Têxteis.

**1.** O Acordo sobre o GATT, ontem obtido em Genebra, é a consolidação de mais um pilar da «nova ordem internacional», pilotada pelos EUA e as multinacionais, consagrando uma iníqua e injusta ordem política, económica e social nas relações entre os povos e países do planeta. Para Portugal é um novo golpe nas possibilidades de um desenvolvimento económico próprio conforme os interesses do nosso povo.

O Acordo do GATT, tal como foi negociado e concluído, vai significar mais desemprego na Europa e em Portugal, mais fome e miséria no Terceiro Mundo, a continuação da exploração desenfreada dos recursos naturais do planeta e a intensificação das agressões ambientais, e significa, em si mesmo, pelas imposições que contém e opacidade dos seus processos e instâncias de decisão, uma gravíssima violação dos **direitos democráticos** de todos os países e povos a pronunciarem-se e a decidirem livremente em função dos seus interesses.

**2.** O PCP manifesta as suas maiores preocupações pelas consequências do Acordo para os sectores têxtil e agrícola nacionais.

Há muito que o PCP alertava para o facto do não acatamento do sector têxtil nas negociações em curso, designadamente quanto ao prazo e ritmo de desmantelamento do Acordo Multifibras, levaria a um enfraquecimento do poder negocial e a um quadro de factos consumados.

As contrapartidas financeiras agora explicitadas já há muito eram conhecidas, não tendo havido, portanto, nesta fase final, nenhum acréscimo significativo. As verbas agora anunciadas são claramente insignificantes face aos montantes exigidos para a modernização e reestruturação do sector.

Recorde-se a exiguidade dos 80 milhões de contos anunciados, comparados com os 750 milhões em que se avaliava o PMIT (Programa de Modernização da Indústria Têxtil) que Mira Amaral propagandeava em vésperas de eleições legislativas de 1991.

O Governo, mais uma vez, negociou sozinho e não teve em conta os alertas e os avisos feitos pelas associações sindicais e patronais e pelas posições tomadas pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, e marginalizou e fugiu completamente ao controlo pela Assembleia da República.

Relembre-se que já em 1990, e face à aceleração das negociações do GATT, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu avisavam o Governo e exigiam da Comissão medidas excepcionais para Portugal. Disseram, então, que contrariamente a alguns países do Centro da Europa, que reestruturaram cedo a sua indústria têxtil, Portugal necessitaria de empreender um grande esforço de modernização, sob pena de graves consequências económicas, sociais e regionais. E propuseram à Comissão e ao Conselho, para além do reforço das regras do GATT, a revisão do código anti-dumping e a inserção de uma cláusula social mínima de forma a combater o *dumping* social.

Este Acordo, tal como foi negociado, irá causar graves problemas a um sector e a regiões de mono-indústria têxtil, e vai fazer progredir ainda mais o desemprego e os problemas sociais em regiões como o Vale do Ave e a zona de lanifícios da Covilhã.

O Acordo ontem obtido vai representar também um novo agravamento dos problemas da agricultura portuguesa. Vai significar maior invasão do mercado agro-alimentar português por produtos agrícolas importados e maiores dificuldades de exportação da nossa produção agrícola. Vai significar o crescer da desertificação rural e das desigualdades regionais. Um recente documento da Direcção Geral de Estudos do Parlamento Europeu avaliava, como repercussão de um Acordo do GATT, uma baixa dos preços à produção, atingindo 33,6% para os cereais, 27% para a carne bovina e 15% para a carne de aves. A conjugação da redução das exportações comunitárias com o aumento previsto de 3% a 5% nas importações, reduzirá na Comunidade os mercados de carne em cerca de 800 mil toneladas, do leite em 350 mil toneladas, dos cereais em 15 milhões de toneladas e do vinho em 5 milhões de hectolitros. Segundo estudos de organizações profissionais agrícolas, o Acordo significará pelo menos a perda de 5 milhões de empregos na fileira agrícola comunitária e implicará tornar improdutivo 20 milhões de hectares de terras cerealíferas.

Por outro lado, nada nos diz que o Acordo do GATT eliminou a possibilidade de contrafacções pelo uso fraudulento de denominações de origem agrícola, pondo-se por

exemplo cobro à falsificação de vinho do Porto nos EUA, Austrália e outros, pelo uso fácil e corrente da denominação «Porto» e «Portwine» em vinhos licorosos desses países.

O Acordo do GATT mostra ainda que, na actual construção dita «europeia», os grandes Estados continuam a ditar as regras em função dos seus interesses, e que a voz de Portugal, ao contrário do que diziam fervorosos «europeístas», não reforçou a sua posição negocial - vide declarações da Alemanha de que não seria a indústria têxtil portuguesa que impediria a assinatura do GATT.

**3.** O Acordo do GATT agora conseguido consolida a «nova ordem internacional» imperialista dominada pelos EUA e conforme os interesses das sociedades transnacionais que dominam a economia e o comércio mundiais. Tal resultado é bem evidente no contentamento de Clinton, considerando que a aprovação do GATT foi «uma vitória para a economia americana», concretizando o objectivo para as negociações do GATT declarado em Novembro, de «reafirmar a liderança americana na economia global». O Acordo concretiza o desejo americano de um domínio quase absoluto da arma alimentar. Será oportuno lembrar aqui a impressiva declaração do Secretário americano da Agricultura, John Block, em Dezembro de 1980: «Eu penso que a alimentação representa a arma mais poderosa de que nós disporemos no decurso dos próximos vinte anos. O melhor meio de utilizar os alimentos consiste em servir-se deles para amarrar a nós um certo número de países. Eles tornar-se-ão assim cada vez mais dependentes de nós. Inevitavelmente eles terão necessidade dos nossos víveres. Eles comprarão-os, cada ano, cada vez mais. E, quanto mais dependerem de nós, mais hesitarão em levantarem-se contra nós».

A liberalização do comércio mundial, agora concretizada no quadro do GATT, provocará uma retração do crescimento nas regiões mais pobres. Os países desenvolvidos são os grandes beneficiários da abertura dos mercados mundiais. A exportação dos seus excedentes cerealíferos a baixos preços (subvencionados) para o Terceiro Mundo desencorajará a produção local e aumentará a sua dependência.



Agostinho Lopes, Carlos Amaro e Manuela Prates

Por outra parte, os países ricos assegurarão um acesso livre e a bom preço aos recursos naturais dos países desfavorecidos. Nestes, o GATT vai intensificar o uso das terras para produtos de exportação, mais que para a alimentação da população local.

O GATT vai, através das decisões sobre o dossier «Direitos de Propriedade Intelectual», consolidar o domínio monopolista dos conhecimentos científicos e técnicos pelo mundo desenvolvido, obrigando os países pobres a pagarem caro as transferências tecnológicas e a modernização dos seus aparelhos produtivos. Vai atrelar o desenvolvimento económico de cada país aos interesses do grande capital transnacional e das grandes potências industriais do Mundo.

Os acordos internacionais concretizados no GATT visam impor o primado do comércio sobre o conjunto da vida económica, social e cultural dos povos, o que frontalmente rejeitamos.

**4.** O PCP declara que esta apreciação do Acordo ontem obtido em Genebra, não significa a sua oposição a um acordo geral e global de comércio. Um acordo precedido por um largo debate democrático, permitindo a real intervenção dos povos e países, das organizações sociais dos trabalhadores, dos agricultores e outras camadas laboriosas. Um acordo que integrasse critérios sociais, ecológicos e culturais. Um acordo que assegurasse a democraticidade e a transparência das negociações e do funcionamento das instituições que vão presidir à aplicação do GATT. Um acordo

que tivesse por objectivo uma Nova Ordem Económica, justa, equilibrada, respeitadora do ambiente e dos interesses de todos os povos, combatendo a troca desigual e o subdesenvolvimento que afectam dois terços da humanidade.

O PCP denuncia, mais uma vez, a hipocrisia do Governo que só agora, depois dos factos consumados, e depois do recente *bluff* do veto para efeitos eleitorais, é que vem propor um debate à Assembleia da República sobre os termos do Acordo, quando sempre se furtou a este e aos pedidos de esclarecimento exigidos pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O PCP intervirá junto da Assembleia da República e do Parlamento Europeu para um cabal esclarecimento das negociações e resultados obtidos e irá, através de delegações especializadas, contactar as associações sindicais e patronais afectadas por este Acordo, de modo a propor medidas e acções que possam minorar os efeitos do GATT.

## Um pouco de História

Criado em 1947, temendo o regresso de uma crise económica idêntica à de 1929, o GATT (Acordo Geral sobre o Comércio e Pautas Aduaneiras), que é simultaneamente um tratado comercial multilateral e um organismo internacional, regula 80 por cento do comércio mundial. A tese que serviu de ponto de partida foi a de que era necessário facilitar o comércio e que todos beneficiariam com isso.

O Acordo foi assinado em Genebra em 30 de Outubro de 1947 e começou a ser aplicado em 15 de Janeiro do ano seguinte.

Desde a sua entrada em vigor, o GATT conheceu sete grandes negociações, a última das quais foi a "Tokyo Round", de 1973 a 1979.

Em Novembro de 1985, as partes contratantes do GATT decidiram, a pedido dos Estados Unidos, abrir uma nova série de negociações a fim de acelerar a liberalização do mercado mundial. Esta nova negociação, chamada "Uruguay Round", foi oficialmente lançada a 15 de Setembro de 1986 em Punta del Este com a adopção por unanimidade de uma declaração fixando os objectivos e os princípios das futuras negociações.

Visava-se, essencialmente, a "liberalização mais completa possível" nos sectores de interesse para os países em desenvolvimento (produtos tropicais, produtos oriundos dos recursos naturais, barreiras tarifárias respeitantes aos produtos industriais) e fazer entrar no GATT novos sectores, como o comércio dos serviços e dos produtos agrícolas, bem como os têxteis.

As negociações arrancaram em 9 de

Fevereiro nos quinze grupos de trabalho correspondentes aos temas acordados, designadamente: direitos alfandegários, medidas não tarifárias, produtos tropicais, têxteis e vestuário, agricultura, salvaguardas, subvenções e medidas compensatórias, regulamento das diferenças, direitos da propriedade intelectual, investimentos, serviços.

As 117 "partes contratantes" participam oficialmente nas negociações mas, de facto, tudo se joga entre os Estados Unidos, a Comunidade Europeia e o Japão, que constituem uma espécie de "Conselho de Segurança" do GATT. Foi assim que na cimeira do G7 em Tóquio, em 7 de Julho de 1993, os responsáveis destes países adoptaram uma declaração para relançar as negociações que tinham falhado em Dezembro de 1990 e em Dezembro de 1991.

Nos grupos de trabalho como nas reuniões ministeriais, as negociações desenrolam-se longe dos povos, bem como dos parlamentos nacionais, das organizações sindicais e do movimento associativo. Esta falta de democracia foi ainda agravada para os povos europeus. Ainda que os Estados-membros sejam directamente partes integrantes do GATT, são os comissários europeus que negociam em nome dos Doze.

Os EUA impuseram o dia 15 de Dezembro do corrente ano como data-limite das negociações (nesta data expirava o mandato de negociação dado pelo Congresso americano ao presidente Clinton).

No dia 15 de Dezembro foi assinado o acordo final sobre o GATT.

# De GATT em GATT ao descontentamento geral

O 'sim' de Portugal ao GATT não foi trocado por apoios financeiros, garantiu há dias o ministro Durão Barroso. Por acaso até é verdade. Os apregoados "novos" 80 milhões de contos do programa específico de modernização da indústria já estavam previstos no pacote global de 3500 milhões de contos de fundos estruturais que o país deverá receber até final do século para financiar o PDR. O próprio presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, o confirmou no dia 15, ao afirmar que o acordo foi alcançado "sem alterar as promessas feitas aos outros países" em termos de verbas acordadas anteriormente, o que seria inevitável no caso de um reforço do montante a atribuir a Portugal.

Se alguém tinha dúvidas sobre se o dito "braço de ferro" português (ameaça de bloqueio do acordo) foi algo mais do que um "bluff", elas dissipam-se rapidamente.

Esta realidade torna ainda mais inexplicável o entusiasmo do Governo com o GATT. Mas confirma as preocupações de quantos, no País, não encontraram motivo algum para festejar.

As reacções não se fizeram esperar e apareceram dos mais diferentes quadrantes.

Para a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (FESETE), que lamenta só conhecer do GATT o que tem sido divulgado pela comunicação social, uma vez que o Governo continua a não prestar informações às organizações sindicais, o que importa realçar é que o Governo, ao adiar desde 1990 a aprovação dum Plano de Reestruturação e Modernização para os têxteis e vestuário, tem grande responsabilidade pela situação de crise que afecta centenas de empresas e cuja situação se vai agravar com a maior liberalização do comércio mundial. O FESETE considera ainda que "grande parte dos industriais também não pode deixar de ser responsabilizada" e propõe-se continuar a sua luta "por melhores condições de vida e de trabalho".

Também Sousa Coutinho, presidente da Associação Portuguesa dos Industriais de Malhas, não encontra motivos que não sejam de preocupação. Em recentes declarações ao *Público*, aquele industrial considera que a inclusão dos têxteis no GATT é o desastre total para a indústria portuguesa, considerando que o 'sim' português

foi uma leviandade do Governo. E nem os anunciados apoios financeiros o convencem, pois como diz quando vêm estes milhões não se sabe para onde vão.

Menos céptico é Henry Tillo, da Confetil, que alinha com as posições do Governo, embora reconheça que os milhões são o menos importante: Era mais importante defender o mercado do que o dinheiro. O que se conseguiu foi positivo, não foi maravilhoso.

Distinta é a posição da CAP (Confederação Nacional dos Agricultores) e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

Para a CAP, o acordo agrícola do GATT vai implicar um acréscimo de oferta de produtos agrícolas da Comunidade, acabando por aumentar a pressão a que hoje se sujeita o mercado nacional.

Para a CNA, os acordos do GATT são mais uma praga a destruir a nossa agricultura. Num comunicado divulgado a propósito, a CNA considera que os resultados alcançados servem, no essencial, os interesses espúrios das multinacionais do sector, em particular nas "made" nos EUA e que estendem os seus tentáculos por todo o mundo.

Lamentando que o Governo não tenha exercido o seu direito de veto, a CNA alerta para que os acordos do GATT vão distorcer e desequilibrar ainda mais os mercados mundiais quer a nível de preços e de quantidades comercializadas, quer a nível da produção e distribuição alimentares, significando para Portugal mais peias e limites ao aumento e melhoria vitais da produção agrícola nacional, menos apoios ao rendimento dos agricultores, menos meios de defesa contra a invasão das importações de cereais, carnes, leite, frutas, legumes, etc.

Nas pescas, as perspectivas de futuro não são mais famosas. Face a tanta discrepância entre a euforia do Governo e o cepticismo dos parceiros sociais, é-se levado a concluir, parafraseando o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro na sua intervenção no Parlamento Europeu, que parece que o que importa é saudar o sucesso, contribuir para a "recuperação da confiança", ainda que esta intenção parta do menosprezo pela capacidade de informação e de discernimento que pode fazer a emenda pior que o soneto.

## EmGATTe com Deus Pinheiro

Muito se tem falado nos últimos dias do que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e actual comissário europeu, João de Deus Pinheiro, diz que disse e afinal não disse ou não quis dizer a propósito do Acordo do GATT e da troca dos têxteis por meia dúzia de patacas. Ainda na terça-feira o titular da pasta, Durão Barroso, foi à Assembleia explicar o que antes não se explicou, aproveitando a ocasião para de novo "limpar" os ditos de Deus Pinheiro.

Nada melhor, para pôr os pontos nos is, do que uma consulta ao pensamento original, lapidariamente expresso pelo próprio menos de 15 dias antes da assinatura do GATT.

O que se segue são excertos de uma entrevista de Deus Pinheiro à revista *Valor*, publicada no passado dia 3 do corrente. É tão elucidativa que dispensa comentários.

"Não considero uma catástrofe para a União Europeia e designadamente para Portugal se não houver acordo do GATT".

"Para a Comunidade como um todo (o GATT) é (um mau negócio), embora países com grandes rendimentos da propriedade intelectual, como o caso do Reino Unido, da França ou da Alemanha ou que possuem serviços e sectores de alta qualidade e tecnologia, como a Holanda, possam angariar alguns benefícios (...) mas em termos sociais também perderão emprego".

"Pensar que nichos de alta qualidade

e tecnologia substituirão o emprego perdido na indústria é pura ficção".

"Eu só vejo uma razão benéfica para assinar o GATT, porventura psicológica: pensar que as coisas vão melhorar. Mas surpreende-me que os Estados-membros e a própria UE não tenham avaliado o impacto sobre o emprego de uma negociação tão importante".

"Se o GATT não acontecer, não acho que signifique uma catástrofe para a Europa".

"E enquanto os americanos defendem o seu mercado com unhas e dentes e têm um Trade Act Bill, permitindo impor medidas unilaterais no prazo de dias, na UE para impor retaliações precisamos de 15 meses".

"Com o aumento do desemprego começarão a levantar-se vozes proteccionistas".

"As pessoas não querem saber se o comércio é justo ou injusto, querem saber porque perdem o emprego. E vão obrigar os Governos a denunciar o GATT ou outros acordos".

"Ter 11 por cento de desemprego e a perspectiva de que vai continuar a crescer é angustiante".

"Para o País, em termos de balança financeira, o GATT pode não ser necessariamente mau. Pode ser mau nos sectores onde somos competitivos e que com uma liberalização total deixamos de ser".

"A posição do Governo é agora de prudente silêncio".



## Sabia que...?

\*Há quem diga que, sem acordo do GATT, não era possível o desenvolvimento das trocas comerciais.

É falso.

Apesar dos impasses verificados nas negociações em Dezembro de 1990 e Dezembro de 1991, o comércio internacional de mercadorias aumentou 4,5 por cento em volume e 5,5 por cento em valor (atingindo 3700 biliões de dólares), e o de serviços comerciais aumentou 8 por cento, ou seja 960 biliões de dólares.

\*O anterior ciclo de negociações não fez diminuir o desemprego.

O ciclo decorreu de 1973 a 1980. O número de desempregados nos países da OCDE passou de 21 milhões para 30 milhões.

O volume das trocas mundiais aumentou 10 por cento, mas as exportações dos países do Sul dimi-

nuíram 1,4 por cento ao ano, e a dívida do Terceiro Mundo, que era de 500 biliões, passou para 1500 biliões de dólares.

\*O GATT não vai reequilibrar as trocas mundiais. O défice da Comunidade face aos EUA deverá duplicar em 1993 em relação a 1992, atingindo 17 biliões de dólares. Esse défice é de 31,2 biliões de dólares face ao Japão.

\*A Comunidade Europeia tornou-se a primeira importadora mundial de produtos agrícolas e alimentares.

\*Em 1992 foram programados nos EUA 414 filmes americanos e 26 filmes de outros países do mundo.

\*Em 1991, os filmes americanos representaram 71,75 por cento da programação das salas de cinema dos 12 países da Comunidade.

## A hegemonia norte-americana sobre o comércio agrícola mundial

(comparação da evolução das exportações da CEE e dos EUA, em milhões de toneladas)

| data                                | 1985 / 1986<br>início do Uruguay Round |      | 1992 / 1993 |     |
|-------------------------------------|--|------|-------------|-----|
| trigo<br>(fonte OCDE)               | 14,4                                   | 24,3 | 21,8        | 34  |
|                                     | CEE                                    | USA  | CEE         | USA |
| cereais secundários<br>(fonte OCDE) | 8,3                                    | 38,6 | 9,8         | 58  |
|                                     | CEE                                    | USA  | CEE         | USA |

## TRABALHADORES

## CGTP comenta ideias mestras para a Saúde

## «A justiça social não se faz por escalões»

Para a CGTP, o novo ministro da Saúde, Paulo Mendo, ao anunciar as ideias mestras da política que tenciona seguir, «veio reafirmar as velhas receitas dos seus antecessores», retomando a lógica de que «quem quer saúde paga-a». «As suas primeiras declarações públicas vieram confirmar aquilo que a CGTP-IN já esperava: mudaram os ministros mas a política do Governo continua essencialmente a mesma» — afirma-se numa nota do Departamento de Informação da Central, divulgada na semana passada.

O que o País esperava do novo ministro da Saúde era que viesse anunciar medidas concretas para resolver os graves problemas que todos

os dias são sentidos pelos utentes e pelos profissionais dos serviços de saúde, diz a Inter, para quem Paulo Mendo deveria ter começado por dizer como vai resolver a falta de recursos humanos que se faz sentir nas instituições de saúde e a instabilidade gerada pela proliferação dos contratos a termo e dos recibos verdes.

No entanto, «sobre isso nada disse, da mesma maneira que não anunciou que investimentos prevê fazer nos cuidados de saúde primários, tendo em vista permitir o acesso atempado dos cidadãos aos mesmos», e «em vez disso, retoma a velha e demagógica tese segundo a qual os portugueses devem pagar a saúde

segundo diferentes escalões, a exemplo do que o Governo defende para as propinas no Ensino Superior».

Paulo Mendo «esquece-se, porém, de que, em matéria de propinas, seria quem menos recursos possui que iria pagar mais, e não o contrário. É sabido que no nosso país, dum modo geral, são os que têm mais altos rendimentos que fogem aos impostos e fazem declarações de rendimentos que não correspondem ao real» — acusa a CGTP, contrapondo que «a justiça social e a solidariedade, em matéria de acesso à saúde, não se efectivam dividindo os portugueses por escalões. A justiça social e a solidariedade aplicam-se através de uma justa política

de impostos, em obediência ao princípio da progressividade (quem ganha mais paga mais) estabelecido na Constituição. «Recordando que os trabalhadores portugueses já são sobejamente penalizados pelos impostos directos, que são retidos na fonte, e pelos impostos indirectos, e que sobre eles recaíam das tributações mais elevadas da Europa, a CGTP sublinha que, contrariamente ao que foi afirmado pelo ministro da Saúde, os portugueses não aceitaram as taxas moderadoras: «Foram-lhes impostas. Houve grandes protestos, dois dos quais partindo da iniciativa da CGTP-IN. Foram mesmo «chumbadas» pelo Tribunal Constitucional.»

Outro aspecto preocupante da primeira comunicação do ministro da Saúde é, no entender da CGTP-IN, o facto de ter anunciado que continuará na linha de afrontamento que vinha sendo seguida pelos seus antecessores. Pega nos aspectos que mais controvérsia e protestos geraram, por serem socialmente injustos, como é o de obrigar os utentes a pagar cada vez mais pelos cuidados de saúde.

«O que se esperava, numa área tão sensível como a Saúde, era que o novo titular da pasta anunciasse que iria promover uma política de diálogo e discussão franca e construtiva dos muitos e graves problemas que se verificam no sector» — conclui a nota.

## Médicos mantêm reivindicações

A Federação Nacional dos Médicos decidiu solicitar uma reunião urgente com o novo ministro da Saúde para reiterar as propostas apresentadas no seu caderno reivindicativo. «Torna-se indispensável iniciar de imediato negociações concretas que visem solucionar os graves problemas existentes», afirma-se na carta da Fnam ao ministro, divulgada após a reunião de dia 18 do Conselho Nacional.

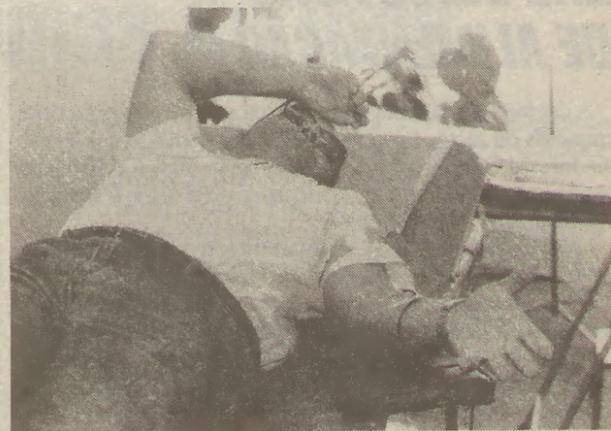
A presidente da federação declarou a propósito, à agência Lusa, que «a mudança do ministro pode permitir uma atitude diferente, mas o que conta são as políticas». Merlinda Madureira sublinhou que as questões que suscitaram o apoio generalizado dos médicos à greve de 2 e 3 de Dezembro «continuam por resolver e, em alguns casos, arrastam-se há três e quatro anos, sem ter havido qualquer preocupação em aplicar sequer a legislação actual».

A Fnam, num comunicado que divulgou no final da reunião do Conselho Nacional, reage «com agrado» às declarações de Paulo Mendo contra os destacamentos compulsivos e pelo respeito do quadro legal das carreiras médicas para solucionar o preenchimento de vagas nos hospitais. Na sequência de tais declarações públicas do ministro, a Fnam reclama a imediata anulação do despacho de Arlindo Carvalho sobre os destacamentos e a recolocação nos hospitais de origem dos assistentes eventuais já destacados (se for esse o seu desejo). A federação exige ainda a anulação do actual regulamento de concursos, pois tem-se mos-

trado desadequado da realidade nacional: «A realidade dos concursos institucionais mostrou, salvo raras excepções, que serviram não para escolher os mais aptos, mas para beneficiar os amigos», acusa a Fnam.

Para a Federação Nacional dos Médicos, a colocação de médicos deve ser feita através de concurso público de provimento (de acordo com o DL 73/90), enquanto os concursos de provimento devem ser realizados priori-

tariamente por zona hospitalar, obrigatórios para os médicos com vínculo e não providos, e com a publicação anual do mapa de vagas pelo Ministério da Saúde e de acordo com as necessidades dos hospitais. A Fnam defende ainda a criação de incentivos para a fixação nas zonas periféricas de médicos das três carreiras, «como anteriormente fora acordado com o Governo e a exemplo do que se passa com a carreira de clínica geral».



## Enfermeiros preocupados

Os corpos gerentes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses manifestaram «grande preocupação quanto às linhas de orientação para a Saúde anunciadas na comunicação social pelo sr. ministro e que, a serem aplicadas, irão agravar ainda mais o estado da Saúde em Portugal». Reunidos na semana passada, os dirigentes do SEP mostraram-se ainda mais preocupados por Paulo Mendo avançar com «medidas desta importância sem discussão prévia com todos que representam os interesses em presença».

Na nota em que divulga as conclusões da reunião de dias 15 e 16, o sindicato revela que já solicitou uma reunião com a nova equipa ministerial, «com carácter de urgência», para tratar de assuntos pendentes e, em particular, do processo de elaboração do Estatuto Profissional do Enfermeiro.

Para o SEP, adianta-se na nota de imprensa, não há qualquer motivo para que não seja mantido o compromisso, assumido pelo Governo, de dar andamento à discussão e posterior publicação do Estatuto. «O Ministério da Saúde assumiu esse compromisso em reunião com os sindicatos dos Enfermeiros Portugueses e da RA da Madeira, no dia 11 de Novembro, após um longo processo de luta empreendido por estes sindicatos há mais de 3 anos e que culminou na greve geral dos enfermeiros no dia 5 de Novembro», recorda o SEP.

## Privados

No dia 17 de Dezembro, estiveram em greve os enfermeiros das clínicas e hospitais privados, exigindo que a associação patronal aceite aplicar a actualização salarial prevista no contrato colectivo de trabalho que subscreveu em Fevereiro de 1992. Segundo este documento, os salários dos enfermeiros das clínicas privadas já deviam ter sido actualizados em Maio, posição que foi recentemente defendida também pelo Tribunal de Trabalho de Lisboa.

A greve teve uma adesão de 50 por cento, informou o SEP, adiantando que após a convocação da greve, a Casa de Saúde de São Mateus, de Viseu, e quatro estabelecimentos de Lisboa (Hospital Inglês, Clínica de Santo António, Casa de Saúde da Senhora da Serra e Clínica de São João de Deus) comprometeram-se, perante os seus enfermeiros, a cumprir o disposto no contrato.

«Face a esta demonstração de descontentamento por parte dos enfermeiros, bem como ao número de clínicas que rejeitaram as posições da associação patronal, a direcção do SEP espera que, com a maior brevidade, a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada se comprometa finalmente a dar cumprimento ao contrato que celebrou com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses», afirma-se no comunicado de imprensa que o SEP distribuiu a meio da tarde de sexta-feira.

## Trabalhadores do grupo Centrel querem viabilização das empresas

Os trabalhadores das empresas do grupo Centrel estiveram em greve na segunda-feira e deslocaram-se, de tarde, às instalações da FIL, em Lisboa, onde decorria uma assembleia de accionistas. Os trabalhadores reclamam dos accionistas (sobretudo das empresas públicas, que detêm 47 por cento das acções) o aumento de capital indispensável para a viabilização das várias empresas do grupo (Sistel, Telequipo, Fraep, EID e STE); sem aumento de capital, perder-se-ão cerca de mil postos de trabalho,

refere um comunicado do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

Nesse documento o SIESI denuncia a situação que actualmente se vive na Sistel, a maior empresa do grupo Centrel, que emprega cerca de 300 pessoas e se encontra «à beira da rotura financeira, sem dinheiro para a compra de matérias-primas componentes que permitam concretizar as encomendas em carteira»; os administradores estão todos demissionários, não há qualquer garantia de recebimento dos salários de Dezembro e do subsídio de Natal.

O grupo Centrel é o único fabricante nacional de equipamentos de telecomunicações, salienta o sindicato, que acusa o IPE, a Marconi e o Banco de Fomento e Exterior (que controlam a maioria do capital) de, «contrariamente aos restantes accionistas» e «embora reconhecendo a viabilidade da estrutura produtiva do grupo», terem actuado «no sentido de a asfixiar financeiramente, situação que apenas beneficiaria duas multinacionais».



Um pormenor da concentração de segunda-feira junto à FIL

## TRABALHADORES

## PIORES CONDIÇÕES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

A degradação das condições de vida e de trabalho em várias empresas do sector foi denunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos. Numa nota de imprensa que distribuiu sexta-feira, o sindicato aponta alguns casos concretos:

- a Sociedade Industrial **Aliança** tem actividade nos sectores de moagem, bolacha e chocolate e emprega 157 pessoas; tem a produção totalmente parada, ainda não pagou os salários de Novembro e sobre os trabalhadores paira o espectro do desemprego;

- a **Moagens Associadas** está totalmente paralisada, também não pagou os salários de Novembro e está na iminência de lançar os seus 70 trabalhadores no desemprego;

- a **Diernalve**, do sector de confeitaria, encontra-se parcialmente paralisada, deve os salários de Novembro e os seus 25 trabalhadores estão também na iminência de perder o emprego;

- na **Ernesto Ferreira** (igualmente do sector de confeitaria e com 22 trabalhadores) a produção corre normalmente, mas estão por pagar os salários de Outubro e Novembro;

- com salários em atraso estão ainda os 40 trabalhadores da **Heller**, empresa do sector de confeitaria que sempre produziu regularmente;

- a **Vitamealo**, do sector de alimentos compostos, está totalmente paralisada e em Outubro deixou de pagar salários aos seus 60 trabalhadores.

«A degradação das condições de vida dos trabalhadores do sector é o exemplo típico da degradante política social promovida pelo Governo PSD/Cavaco Silva», acusa o sindicato.

## PROVEDOR APOIA PROFESSORES

A Fenprof reuniu na passada sexta-feira com o Provedor de Justiça, com o objectivo de solicitar a sua intervenção junto do Ministério da Educação para repor a legalidade no pagamento do serviço extraordinário. Este conflito entre os docentes e o ME teve origem num despacho de Couto dos Santos que fez baixar em 40 por cento o pagamento das horas extraordinárias. «O Provedor de Justiça não só concordou com as razões apresentadas pela Fenprof, como entendeu as gravíssimas consequências para o sistema educativo português se tal conflito se arrastar» e «afirmou a sua disponibilidade para junto do ME intervir», informa a federação num comunicado de imprensa que divulgou ainda no dia 17.

Nesse documento, a Fenprof manifesta a esperança de que «a política de cega poupança não seja um obstáculo ao repor da legalidade nesta matéria», reafirmando ser a resolução deste conflito «a pedra de toque fundamental para o estabelecimento de um clima de diálogo entre os professores e a nova ministra».

A imediata suspensão e revogação do despacho sobre trabalho extraordinário é uma das questões essenciais que a Fenprof pretende colocar numa reunião que já solicitou a Manuela Ferreira Leite e que «espera se realize no mais curto prazo», como se lê na nota de imprensa sobre a reunião do seu Secretariado Nacional, nos passados dias 14 e 15.

Nessa reunião, a Federação Nacional dos Professores analisou a mudança de ministro, concluindo que «se a substituição de Couto dos Santos era uma questão de bom senso», a nomeação de Manuela Ferreira Leite «é a declaração pública de que o Governo deixou de ter qualquer projecto para este sec-

tor». A Fenprof recorda que a nova ministra «era já, de facto, a responsável pela maior parte dos conflitos existentes entre os professores e o Ministério da Educação, devido à grande contracção orçamental que vinha impondo».

Reafirmando que «o diálogo e a negociação constituem um meio privilegiado para a resolução dos múltiplos problemas existentes», a federação reclama «uma clara mudança no relacionamento do ME com as diferentes organizações sindicais do sector da Educação que, nos últimos anos, se tem pautado pelo privilégio de organizações menos representativas mas ideologicamente mais próximas do poder».

Na reunião que solicitou a Manuela Ferreira Leite, a Fenprof vai propor a formação de «uma mesa conjunta de todas as organizações sindicais no início e fim dos processos negociais, de forma a dar-lhes total transparência», e a criação de uma comissão de acompanhamento da aplicação do Estatuto da Carreira Docente «de forma a evitar o caos que se vem verificando nas escolas». A federação pretende ainda realizar no início de 1994, com outros intervenientes no sector, um *forum* nacional para debater «a urgente necessidade de uma nova política para a Educação».

## SALÁRIO MÍNIMO

A CGTP, através da sua Comissão Executiva, solicitou a convocação urgente do Plenário da Comissão Permanente da Concertação Social, com vista a debater a actualização do salário mínimo nacional, que deverá produzir efeitos a partir de 1 de Janeiro, o que implica que a respectiva decisão seja tomada de imediato. A central nota ainda que o Governo já aprovou o índice de actualização das rendas de casa, que vigorarão também a partir do início do ano.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Eleições em hora de balanço PS não aprende com os resultados eleitorais?

Leituras diferentes quanto à avaliação dos resultados autárquicos, em hora de balanço eleitoral, foram produzidas na passada semana pelos partidos com assento parlamentar. Interpretações, onde abundaram as *nuances*, houve-as para quase todos os gostos. Mas mais do que a diferença de opiniões, perfeitamente natural, verdadeiramente relevante foi a forma como o PSD tentou contornar a derrota sofrida, com Duarte Lima a limitar-se ao reconhecimento de que o seu partido ficou «aquém dos seus objectivos». Não menos significativa, mas neste caso surpreendente, foi, por outro lado, a posição do PS, não pela assunção do seu progresso eleitoral, inteiramente legítima, mas pela apropriação egoísta que o seu secretário-geral tentou fazer da vitória obtida pela Coligação «Com Lisboa» e pela desvalorização dos bons resultados obtidos pela CDU.

Uma postura que originou um enérgico protesto da bancada comunista, obrigando o seu líder, Octávio Teixeira, numa referência directa à Coligação que renovou o seu mandato à frente da capital, a afirmar que o PCP «não passou mandato a ninguém», para logo a seguir recordar o completo «fracasso estratégico» em que se saldou a tentativa do PS durante a campanha eleitoral para atingir a CDU, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa.

«Julguei que já tinham feito esta leitura», acrescentou Octávio Teixeira, não sem antes ter ainda acusado António Guterres de «não querer aprender com os resultados eleitorais». Uma afirmação oportuna e plena de sentido a avaliar pela resposta do líder socialista que invocou como uma «questão política essencial» o facto de o PS não estar «amarrado» ao PCP, situação que considerou determinante para o «êxito» eleitoral do seu partido e para a definição da sua estratégia futura.

Era o reafirmar da estratégia bipolarizadora e da velha receita do PS sozinho, a trazer à memória os maus resultados por si obtidos sempre que tal fórmula foi ensaiada pelos socialistas.

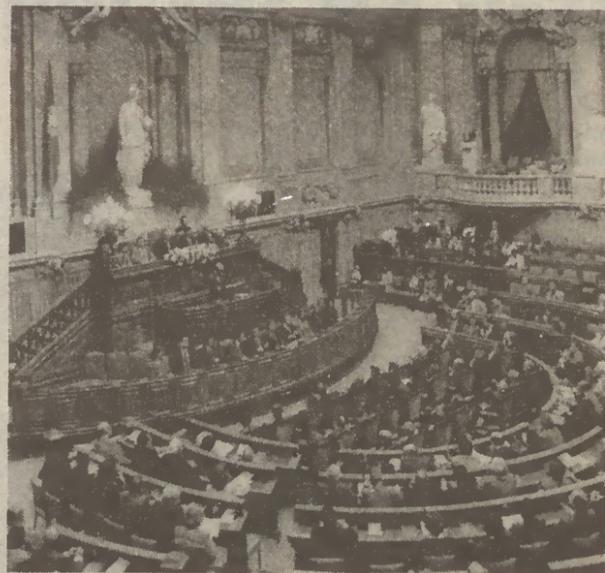
Ora, a verdade é que uma das lições a reter destas eleições é justamente o facto de o PS ter sofrido, como sublinhou Octávio Teixeira, uma «clara derrota estratégica nos seus objectivos de alterar a correlação de forças na Área Metropolitana de Lisboa em seu benefício e à custa da CDU».

Com efeito, foi ainda o presidente da formação comunista a lembrá-lo, foram claramente derrotadas nestas eleições as «teses profusamente divulgadas sobre

o pretensu «esvaziamento do PCP», ou sobre as eleições autárquicas como mais um passo no «declínio irreversível dos comunistas», ou ainda sobre a dispensabilidade do PCP para uma alternativa do PSD».

Para a avaliação do que considerou «bom resultado eleitoral da CDU», Octávio Teixeira entrou ainda em linha de conta com o aumento do número global de votos, com a manutenção da percentagem de votos que no saldo global se traduz em 49 presidências de câmaras municipais e mais de 340 juntas de freguesia, com a «participação a corpo inteiro» na expressiva vitória da Coligação «Com Lisboa» e com a posição maioritária que os comunistas e seus aliados continuam a deter na Área Metropolitana de Lisboa onde asseguram a presidência de 11 dos 18 municípios existentes.

Para além da «derrota do PSD, do Primeiro-Ministro e do Governo», dos «bons resultados da CDU» e do «progresso eleitoral alcançado pelo PS», que analisou detalhadamente, igual desta-



que foi dado por Octávio Teixeira à nova fase aberta no momento político nacional pelos resultados das eleições autárquicas.

De acordo com as suas palavras, trata-se de «corresponder aos anseios e protestos do povo português» expressos nas urnas, através de «uma maior mobilização de energias e de vontades com o assumido objectivos de interromper a política do PSD e com a assumida perspectiva de,

tão cedo quanto possível, conquistar para o País um novo Governo com uma nova política».

«Qualquer tentativa de ler esses resultados de pernas para o ar, e deles retirar a orientação de uma qualquer trégua política ao Governo e ao PSD seria, do nosso ponto de vista, defraudar o sentimento largamente maioritário do voto expresso nas urnas», concluiu Octávio Teixeira.

## Bloqueio a Cuba Um acto incompatível com o Direito Internacional

Um Projecto de Resolução da iniciativa do PCP solicitando aos EUA o fim do bloqueio comercial a Cuba baixou à Comissão parlamentar respectiva, sem votação, após debate no decorrer do qual a maioria expressou a sua indisponibilidade para aprovar o diploma. Fica assim adiada a possibilidade de a Assembleia da República compartilhar oficialmente das preocupações das Nações Unidas e do Parlamento Europeu, expressas em várias resoluções, onde se reclama o cessar do embargo económico, comercial e financeiro contra Cuba e se reafirmam, entre outros princípios, a «igualdade soberana dos Estados, a não intervenção e não ingerência nos seus assuntos internos e a liberdade de comércio e navegação internacionais».

O mesmo fizeram já também diversos países como o Reino Unido, a França, o Canadá, a Espanha, a Suécia, o México ou o Brasil, ao tornarem pública a sua não aceitação quanto às regras do bloqueio, recusando designadamente a imposição da Lei Torricelli para além da jurisdição territorial dos Estados Unidos.

Esta era assim uma oportunidade soberana dos parlamentares portugueses juntarem a sua voz à de outros deputados europeus contra uma acção considerada ilegítima e ilegal, exactamente um ano depois de o Parlamento Europeu ter adoptado idêntica posição sobre o assunto, reagindo então contra a Lei aprovada por George Bush por a considerar «incompatível com os princípios da Declaração Transatlântica CE/EUA» e por constituir uma «violação flagrante da liberdade de comércio e de trânsito a nível internacional».

Talvez também por esta razão este processo de apreciação do Projecto de Resolução do Grupo Parlamentar do PCP, de que foi primeiro signatário Miguel Urbano Rodrigues, não tenha sido inteiramente pacífico na

bancada do PSD. É que se houve quem considerasse que o projecto não podia passar porque isso seria, em sua opinião, uma forma de sancionar o regime cubano, também não faltaram nas fileiras da maioria os que, pelos mais diversos motivos, entenderam não adoptar nenhuma atitude crítica contra aquela ilha das Caraíbas. E a verdade é que o diferendo só seria ultrapassado após reunião entre o deputado Rui Gomes da Silva e Durão Barroso, o que no entanto não foi suficiente para fazer desaparecer os sinais de tensão no seio da maioria.

E tudo quando em causa estava afinal e tão-só uma «iniciativa humanista» do Grupo Parlamentar do PCP destinada a apelar ao fim de um «acto incompatível com princípios e valores do direito internacional», que custou já a um país pequeno e pobre como Cuba mais de 35 mil milhões de dólares e que tão pesados sofrimentos tem causado ao seu povo.

«Hoje, em Cuba, consome-se menos de um terço do petróleo que se importava há quatro anos. O racionamento de energia impõe ao povo sacrifícios drásticos. O racionamento de alimentos básicos começa a afectar a saúde das crianças e dos idosos. Não é preciso um esforço de imaginação para compreender o carácter odioso do bloqueio», salientou Miguel Urbano Rodrigues.

Para além de solicitar a anulação da Lei Torricelli, o Projecto de Resolução «associa-se ao apelo do Parlamento Europeu relativo à necessidade de ajuda humanitária à população cubana», insta o Governo português a agir no sentido de «ser posto fim ao bloqueio» e confere ao Presidente da Assembleia da República o mandato de transmitir o conteúdo do texto a instâncias internacionais e a órgãos de soberania dos EUA e de Cuba.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Petições à Assembleia da República

## Cidadãos dão voz aos problemas do País

A Assembleia da República voltou a apreciar em plenário um conjunto de petições subscritas por cidadãos, versando variadíssimas temáticas e problemas. Pela segunda vez, no espaço de um ano, os deputados foram assim confrontados com questões que de alguma maneira estão no centro das preocupações de largos sectores da população. Nessa medida, o exercício do direito de petição desempenha um importante e insubstituível papel de sensibilização do órgão de soberania Assembleia da República para múltiplas matérias normalmente respeitantes ao quotidiano dos cidadãos, à sua situação socioprofissional ou ao funcionamento de equipamentos e serviços colectivos. Foi de novo o caso das petições apreciadas na passada semana, onde avultaram temas como a segurança, a

assistência hospitalar, os contratos a prazo, a situação de empresas como a TAP ou a Fábrica Escola Irmãos Stephens, a contratação laboral ou o funcionamento da rede escolar.

Como já sucedera anteriormente, porém, também este "lote" de petições foi prejudicado pela tramitação em comissão, um processo marcado não apenas pela sua extrema morosidade - de que resulta, por exemplo, que alguns dos problemas suscitados percam actualidade e sentido quer por estarem ultrapassados quer por estarem já resolvidos -, como também por um formalismo que não vai além do despacho burocrático para a subida a plenário.

Acresce ainda, para além do aumento do número de assinaturas para que as petições possam ser analisadas

em plenário, imposto pela última revisão do Regimento do Parlamento - o que representa um apertar da malha pela qual elas têm de passar -, que o debate propriamente dito em plenário acaba também ele por ser mutilado por uma inexplicável escassez de tempo que em média não ultrapassa os quatro minutos para cada grupo parlamentar.

Reduzida a sua utilidade, esvaziada grande parte da sua eficácia, defraudadas em muitos casos as expectativas dos signatários - por força da referida morosidade e excesso de formalismo -, o estatuto da petição, mesmo debilitado, nem por isso, no entanto, deixa de ser uma importante figura constitucional e um instrumento de intervenção cívica e de participação democrática dos cidadãos na vida da comunidade.

### Insegurança dos cidadãos

A Petição que hoje finalmente apreciamos foi entregue nesta Assembleia em Janeiro de 1992 por iniciativa da Junta de Freguesia de Queluz. Conta com 4488 assinaturas. Solicita que sejam criadas e desenvolvidas as condições necessárias para a efectiva segurança de pessoas e bens nas localidades de Queluz e Massamá.

A freguesia de Queluz, que também abrange a localidade de Massamá tem cerca de 70 000 habitantes. No momento em que a presente Petição foi apresentada, e até há muito pouco tempo, vivia uma situação perfeitamente absurda em termos de segurança: uma parte da freguesia estava sob a responsabilidade da GNR instalada na freguesia de Aqualva/Cacém, outra parte, encontrava-se a cargo da PSP, sediada em Queluz.

Com a recente instalação de uma esquadra da PSP no Cacém e a consequente saída da GNR, o policiamento de Massamá passou para a responsabilidade da PSP de Queluz. Porém, se foi eliminado um absurdo — e a acção da Junta de Freguesia de Queluz, de que esta petição é exemplo, em muito contribuiu para isso — não cessaram os motivos de preocupação quanto à segurança de pessoas e bens nessa populosa freguesia.

De facto, com o avolumar da crise social — inseparável da política global do actual Governo — tem-se registado um surto dos índices de criminalidade a a emergência de fenómenos racistas e xenófobos que contribuem para aumentar a tensão social e a insegurança dos cidadãos.

António Filipe

### Economicismo na Saúde

A Petição nº 20/VI 1ª apresentada pela Comissão de Municípios do Concelho de Belmonte, solicitando a Reabertura do Hospital de Belmonte, e acompanhada de 2119 assinaturas, apesar de datar de 13 de Novembro de 1991, não perdeu a sua actualidade. Mais que isso, é um assunto que se vem desde essa época generalizando por todo o País e que consiste no progressivo encerramento de unidades de atendimento a nível dos cuidados primários de saúde, sem que se tenham tido em conta os verdadeiros anseios da população e as suas verdadeiras necessidades. Somente se tiveram em conta questões relacionadas com números. Os números da estatística e os números do dinheiro.

O caso de Belmonte é um exemplo. O hospital em causa foi desactivado há cerca de 9 anos e transformado em Centro de Saúde. Este Centro de Saúde ainda funcionou como SAP durante cerca de 4 anos, após os quais passou a praticar consultas externas de clínica geral, e a prestar pequenos socorros primários apenas às horas de expediente.

As populações passaram a sentir-se inseguras, não pela falta de assistência nos períodos diurnos, mas sim nos períodos nocturnos e fins de semana onde em caso de doença se têm de deslocar a hospitais que distam cerca de 25 Km de Belmonte, como sejam Guarda e Covilhã. Como agravante tiveram promessas do então Ministro da Saúde que prometia activar este Hospital como Hospital de retaguarda, o que até agora não aconteceu, nem se prevê que aconteça tão depressa pois o edifício actualmente não reúne as condições necessárias para permitir internamentos.

Luís Peixoto

### Atropelos à lei

Através da petição nº 146/V, datada de 24 de Julho de 1990, 1800 cidadãos, trabalhadores da Rodoviária Nacional, dirigiram-se a esta Assembleia pelo facto de há cinco anos lhes ser negado em termos práticos o direito à negociação colectiva.

Lamentavelmente, passaram três anos sobre a entrada da petição, a situação mantém-se, o que dá razões acrescidas aos peticionários.

De facto, desde que o actual Governo chegou ao poder jamais foi permitido aos trabalhadores da Rodoviária Nacional o efectivo exercício do direito à contratação colectiva.

A última revisão do Acordo de Empresa foi publicada em 29 de Março de 1986.

Desde que o Governo de Cavaco Silva garantiu a cobertura da sua esmagadora e reverente maioria absoluta que a contratação colectiva na Rodoviária Nacional se tem saldado em sucessivos actos de gestão, levando à perda do poder de compra dos respectivos trabalhadores.

Ano após ano, os conselhos de gerência nomeados pelo Governo de Cavaco Silva, repetem a mesma farsa negocial: o prosseguimento das negociações fica condicionado à abdicação de direitos consagrados no AE em vigor. Face à recusa dos trabalhadores em aceitarem esse tipo de chantagem, a gerência encerra unilateralmente as negociações.

Paulo Trindade

### Fábrica Irmãos Stephens: as malfetorias do Governo

A Petição nº 205/V, entrada na Assembleia da República em 11 de Junho de 1991 e subscrita por 1261 cidadãos, visando suster o processo de privatização da Fábrica Escola Irmãos Stephens e apurar responsabi-

lidades quanto à degradação da situação económica da empresa pode, hoje, parecer desfasada, ultrapassada, sem objecto.

De facto, a fábrica foi encerrada. Os trabalhadores estão no desemprego.

Perante o interesse cultural, industrial e económico do património da Fábrica Irmãos Stephens, o seu desmantelamento e encerramento é um exemplo vivo que pesa e pesará no longo passivo das malfetorias do Governo.

Quanto à petição nº 227/V, subscrita por 1210 cidadãos, por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Sul em que se solicitava a inviabilização dos projectos governamentais, consubstanciadas na autorização legislativa que veio a constar da Lei nº 42/91, também o tempo veio a dar razão aos peticionários.

A precarização do trabalho aumentou, o desemprego aumenta de forma galopante.

A recessão e a crise económica agravou-se. Mais uma vez à custa dos trabalhadores.

(...)

Quanto às restantes petições deste grupo importa referir que o seu objecto se encontra ultrapassado por diferentes situações.

Assim:

A Petição nº 196/V/4ª, referente à extinção da colónia e apresentada pela União dos Caseiros da Ilha da Madeira está resolvida a contento dos interessados pela aprovação de legislação de iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

A Petição nº 288/V/4ª, sobre o pagamento do 14º mês aos bancários reformados foi também resolvido por legislação entretanto saída.

No entanto, as Petições 207/V/4ª e 298/V/4ª de iniciativa de mais de dois milhares de cidadãos e sobre, respectivamente, a construção do complexo residencial «Vila Natália», em S. João do Estoril, e a construção de um prédio e instalação de uma bomba de gasolina na urbanização do «Fajucal» no Concelho de Braga, podem considerar-se sem objecto porque a Assembleia da República se deixou ultrapassar pelos acontecimentos.

Na verdade, foram mais lestos os construtores do complexo residencial, do prédio e da bomba de gasolina do que a Assembleia na apreciação destes processos.

José Manuel Maia

### Instabilidade no emprego

Através da petição nº 296/V, subscrita por 1130 cidadãos, promovida pelo Conselho Distrital da Interjovem de Lisboa, vêm os peticionários solicitar a revogação de diversas disposições do DL 64-A/89, nomeadamente no que respeita ao regime dos contratos a termo certo e incerto.

Passados mais de dois anos sobre a entrada em vigor desta petição, é caso para afirmar que o tempo veio, infelizmente, confirmar a fundamentação dos peticionários.

De uma forma totalmente hipócrita, o DL 64-A/89 afirma no seu preâmbulo que, e passo a citar, «a amplitude da contratação a termo passa a restringir-se a situações rigorosamente tipificadas das quais umas resultam da adaptação das empresas às flutuações do mercado ou visam criar condições para a absorção de maior volume de emprego, favorecendo os grupos socialmente mais vulneráveis».

(Fim de citação)

Belas e piedosas intenções. Só que o articulado desmente o preâmbulo.

Com efeito, entre outras disposições, que justificaram tempestivamente a oposição do Grupo Parlamentar do PCP a esta iniciativa legislativa, o artigo 41º do DL 64-A/89 veio consagrar ser motivo justificado para a contratação a termo, nomeadamente a contratação de trabalhadores à procura de primeiro emprego.

Como é inquestionável, a esmagadora maioria dos trabalhadores à procura de primeiro emprego situam-se na camada jovem e, desta forma, o que o Governo veio consagrar foi a escandalosa possibilidade de o patronato recorrer a mão-de-obra jovem, com formação académica em média superior à das camadas etárias mais elevadas, através de vínculos precários.

Isto é:

Ser jovem, procurar um primeiro emprego, passou a ser fundamento legal para ter emprego precário, emprego a termo certo ou incerto consoante os interesses do patronato.

Paulo Trindade

### Um acto de cultura

A petição que ora sobe ao Plenário, «solicitando a tomada de medidas para a não desactivação da Escola Secundária Homem Cristo, em Aveiro», merece o apoio inequívoco do meu Grupo Parlamentar e do meu Partido. Na verdade, trata-se de uma petição que é exemplar a vários títulos, e desde logo porque — pelo largo apoio que suscitou na cidade, extravasando significativamente os muros da escola — nos deixa a reconfortante certeza de que o exercício dos direitos e dos deveres de cidadania é indissociável de uma outra afirmação — a de que há coisas que se não compram e há coisas que se não vendem — afirmação bem enraizada no pensamento e no sentimento de uma comunidade. E, para uma escola que como tal verda-

deiramente se assumia — que coisa mais bonita do que ver-se defendida pelos cidadãos que nela agora trabalham, ou que por ela passaram, ou que à sua volta vivem? Neste sentido, neste sentido rigoroso, o que esta petição antes de tudo é — é um acto educativo, um acto de cultura. Mais do que uma escola, o que com esta petição se pretende preservar e defender — é uma história, é um património, é uma identidade.

José Calçada

### Alterar o rumo da política educativa

(...) O PSD nega a pertinência das críticas mais evidentes, inviabiliza, usando a força de ser maioria, quaisquer propostas (como aconteceu recentemente aquando da discussão e aprovação do Orçamento de Estado na especialidade), contribui de forma determinante para o atraso na análise de projectos de Lei e Petições ao mesmo tempo que o Governo não responde ou responde tarde aos nossos requerimentos.

As Petições 46/VI e 103/VI que entraram na Assembleia da República em Fevereiro e Agosto de 1992, são um exemplo do que acabamos de afirmar.

As duas Petições, confirmam, em nosso entender, a crescente tomada de consciência de alunos, encarregados de educação, professores, funcionários auxiliares e administrativos e da população em geral, da gravidade dos problemas que se colocam ao ensino em Portugal, da importância do sistema educativo na formação dos jovens, do papel que lhe cabe no desenvolvimento do País e da necessidade de alterar o rumo da política educativa. Infelizmente, pode dizer-se que nem por terem sido elaboradas há mais de um ano (num caso quase dois anos) estas petições perderam qualquer actualidade ou pertinência. Pelo contrário, os problemas aí apontados mantiveram-se ou agravaram-se e alguns acontecimentos mais recentes tornaram ainda mais evidente a incapacidade do Governo para resolver os problemas da educação.

É cada vez mais difícil disfarçar o que toda a gente sabe: que existe uma generalizada rejeição da política do PSD na área da educação que se expressa das mais diversas maneiras: nas opiniões de especialistas e de sindicatos de docentes, nas colunas de opinião dos jornais e nas greves de professores e estudantes, nas cartas de leitores e nas queixas a Órgãos de Soberania. Espantosamente o Governo ignora este vastíssimo protesto. Bem diz o povo que o pior cego é o que não quer ver.

A mais recente substituição de Ministro da Educação decidida pelo Senhor Primeiro-Ministro constitui mais um sinal de desorientação. Já nem se exige que o responsável pela Educação seja especialista nesta área ou sequer que se conheça qualquer ideia sua sobre a matéria.

A escolha de um elemento do Governo comprometido de forma muito directa com o Orçamento de Estado para 1994 e, normalmente, encarregado de vigiar as negociações com os sindicatos, não fora algum Ministro gastar mais uns tostões com ninharias como a carreira dos Professores ou subsídios para a fixação de docentes no interior, por exemplo. É uma escolha que não deixa quaisquer dúvidas. De facto, o Governo não tem qualquer intenção de melhorar substancialmente a qualidade do nosso ensino público.

Paulo Rodrigues

### O Governo deve e teme

A petição 309/V, subscrita por 1329 cidadãos por iniciativa da Comissão de Trabalhadores da TAP-Air Portugal, apesar de ter dado entrada nesta Assembleia em Maio de 1992 — há mais de um ano — mantém toda a sua actualidade e permite-nos afirmar que o subseqüente desenvolvimento da situação veio dar inteira razão às preocupações avançadas pelos peticionários.

De facto, hoje já é possível fazer uma retrospectiva — e que triste retrospectiva — do comportamento governamental e dos seus mandatários colocados no Conselho de Administração da TAP, na sequência da publicação do DL n.º 312/91 que converteu a TAP em sociedade anónima.

Na verdade, esta habilidade jurídica não teve qualquer objectivo de rentabilização, reestruturação ou melhoria da transportadora aérea portuguesa.

O que DL 312/91 consubstancia é uma decisão política do Governo de Cavaco Silva de criar um enquadramento jurídico que permitisse a privatização da empresa, etapa esta necessária a um posterior processo de alienação do capital, em prejuízo e em detrimento do interesse nacional.

Para um país economicamente atrasado e geograficamente periférico no quadro europeu como é Portugal, a sua transportadora aérea possui uma importância estratégica que importa salvaguardar.

Até hoje, o Governo não teve a coragem de negar esta realidade mas, de facto, tem agido em total contradição com a evidência atrás referida.

Curiosamente, importará referir, tendo em conta que as medidas que o C.A. tem vindo a tentar implementar na TAP, invocam a situação difícil da empresa, dizíamos que importa referir que o Governo é um dos principais devedores da empresa, num montante que ascende a dezenas de milhões de contos.

Talvez seja esta uma das razões por que o Governo nunca procedeu ao saneamento financeiro da empresa.

Costuma dizer-se que «quem não deve não teme». O Governo de Cavaco Silva deve e teme.

Paulo Trindade

# Organizações do Partido analisam resultados eleitorais

As Organizações do Partido, logo após as eleições de 12 de Dezembro passado e no seguimento da reunião do Comité Central, debruçaram-se sobre os resultados eleitorais no âmbito regional e local. Começaram a chegar à nossa Redacção as apreciações e análises feitas por algumas Organizações, de que hoje publicamos significativos extractos.

## BRAGA

### Uma subida clara de votos

Uma subida muito clara de votos na grande maioria dos concelhos do distrito, eis como assinala a DORBraga o resultado obtido pela CDU. Reunida no passado sábado, a DORBraga analisou os resultados eleitorais e considerou as linhas de trabalho futuro para a Organização Regional, tendo decidido ainda a realização de uma reunião plenária para a segunda quinzena de Janeiro, com vista à discussão e aprovação de um plano de actividades do Partido no distrito para o próximo ano.

«A DORBraga do PCP sublinhou o importante resultado da CDU», diz o documento no final da reunião de sábado, «traduzido nomeadamente numa subida clara de votos na grande maioria dos Concelhos, e alcançado o total distrital de 27 300 votos e a percentagem de 6,2%, contra 19 070 e 4,7% obtidos na Eleições Autárquicas de 1989.

«Além de alcançados os principais objectivos propostos, constitui um facto assinalável da nova situação, o reforço da presença da CDU nos Órgãos de Poder Local, nos próximos 4 anos.

«São de realçar entre outros factos positivos, a eleição do vereador na Câmara de Braga com uma votação que é o dobro da obtida em 1989, a manutenção do vereador em Guimarães, onde igualmente a CDU reforça a sua votação, a conquista de novas maiorias e presidências de Junta nas Freguesias de Aveleda (Braga), Arnoso St.º Eulália (V. N. Famalicão), S. Martinho de Candoso e Guardizela (Guimarães), a confirmação e reforço das maiorias nas Juntas cuja presidência já anteriormente pertencia à CDU (Riba D'Ave, Gondar, Serzedelo e Vilar da Veiga) e o aumento do número de eleitos para as Assembleias Municipais e Freguesias.

«A DORBraga do PCP felicita todos os candidatos e activistas, comunistas e não comunistas, que, com o seu esforço e empenhamento nos meses de pré-campanha e campanha eleitoral, contribuíram para este grande resultado e ao mesmo tempo reafirma a todos os trabalhadores, aos eleitores que deram o seu voto à CDU e à população do Distrito que, pela parte do PCP, tudo será feito para honrar com Trabalho, Honestidade e Dedicção os compromissos assumidos durante a campanha.

Os resultados eleitorais de 12 de Dezembro tradu-

zem, tanto no Distrito como no País, a derrota dos objectivos traçados pelo partido do Governo e a quebra da posição da direita, tomada no seu conjunto (PSD+CDS).

«O PSD não só não conseguiu tornar-se a força política com maior número de Câmaras no País, como não aumentou o número de presidências nas Câmaras no Distrito de Braga e fracassou nas apostas que fez para conquistar qualquer Câmara nos principais Concelhos mais

populosos e industrializados.

«E se mantém o mesmo número de Câmaras de 1989 é devido à quebra eleitoral do CDS, que perdeu para o candidato do PSD a Câmara de Amares.

«O CDS é, no campo da direita, a força mais derrotada, perdendo votos, a presidência de duas Câmaras (Amares para o PSD e Póvoa de Lanhoso para o PS) e posições noutros órgãos Municipais e de Freguesia.

«O Partido Socialista, cujas posições autárquicas no Distrito saem reforçadas (aumenta o número de Câmaras sob a sua presidência de 5 para 7 e o número de maiorias e presidências de Junta de Freguesias) fica aquém dos objectivos anunciados para muitos Concelhos, como Braga, V. N.



Famalicão, Barcelos, Amares, onde regista a perda de votos ou baixas percentuais e perde lugares nas vereações e Assembleias Municipais.

«E nem o seu aumento de presidências de Câmara pode esconder que a vitória na Póvoa de Lanhoso se deve a uma aliança com o CDS (a força que detinha a maioria desde 1989), com uma votação que está longe de somar os votos das duas forças há anos.

«Outras santas alianças do PS com o CDS no Distrito, como no Concelho de Celorico de Basto, saldaram-se com o amargo da derrota e a perda indistigável de votos, mostrando, aqui, que a política sem princípios não compensa. A DORBraga do PCP regista a este respeito e lamenta, a tendência das alianças do PS com a Direita e a recusa a acordos, no Distrito e no País, com o PCP.

«Tendo ainda em conta a poderosa rede de influências que o poder autárquico do PS teceu ao longo dos anos nos principais concelhos, a forma com se serviu e instrumentalizou uma e outra, os rios de dinheiro gastos na campanha, os grandes meios de propaganda usados, inclusive com recurso aos serviços municipais, os resultados do PS nos seus concelhos tradicionais revelam desgaste e perda de posições, o cansaço e «abrir os olhos» de certos sectores da população para a gestão socialista.

«A DORBraga analisou também o importante contributo da campanha eleitoral e dos candidatos, programas e listas da CDU, para os bons resultados alcançados no Distrito.

«Com meios técnicos e financeiros muitíssimo inferiores aos do PS e da Direita, mas com um grande empenhamento, alegria, confiança e consciência, os seus candidatos e activistas, os membros do Partido e muitos outros democratas, alguns pela primeira vez integrados na CDU, deram a imagem real de uma força capaz, com ideias, propostas, seriedade e competência.

«A votação alcançada pela CDU traduz igualmente a confiança da população nos candidatos apresentados nas suas listas.

«Identificados com as aspirações das populações, assim como grande parte deles e desde há muito conhecidos pelas suas posições, nas frentes da luta dos trabalhadores e nas suas organizações de classe, nas empresas, na vida associativa, profissional e cultural, foram, sem dúvida, um crédito precioso da CDU que fica para o presente e para o futuro, tenham ou não sido eleitos.»

## COIMBRA

### Mantêm-se importantes posições

Tendo também reunido no passado sábado, a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, que além de apreciar a situação social e política procedeu ao balanço dos resultados eleitorais, manifestou concordância com as conclusões da reunião do Comité Central do Partido, sublinhando alguns aspectos do significado nacional que estas eleições revestiram. Quanto aos resultados no distrito, a DORC considerou «como tendo um significado positivo a prática manutenção das mais importantes posições do PCP e da CDU nos órgãos autárquicos do distrito».

E especifica:

«Para além da continuação da presença da CDU na Câmara Municipal de Coimbra, é de registar a manutenção de eleitos da CDU nas Assembleias Municipais de 7 concelhos. De significativa importância, ainda as maiorias eleitorais obtidas pela CDU na freguesias de Arzila, Torres do Mondego e Souselas (Coimbra) e de Santo Varão (Montemor-o-Velho).

«Não descurando resultados da CDU pontualmente desfavoráveis nalguns concelhos nem a consequente necessidade de uma sua mais aprofundada análise, a DORC salientou que a manutenção de importantes posições da CDU no distrito foi conseguida em condições locais muito desfavoráveis para esta Coligação, designadamente: a aplicação de volumosos recursos financeiros nas campanhas do PS e do PSD; a forte bipolarização do Poder Local no distrito à alternância de várias Câmaras do PS e do PSD e vice-versa; a utilização de verbas, meios e personalidades do aparelho de Estado na campanha eleitoral do PSD, a prática dos grandes meios de comunicação social, em numerosos concelhos, de critérios jornalísticos de bipolarização com a evidente intenção de favorecer o PS e prejudicar a CDU; a publicação ilegal de sondagens locais em vésperas do acto eleitoral com descaradas tentativas para influenciar à última hora a verdade do eleitores, etc.

«Particularmente condenável e infeliz foi a campanha levada a cabo pela Federação Distrital de Coimbra do PS contra a legitimidade e a oportunidade de candidaturas da CDU nalguns concelhos do distrito, com o pretexto de que assim se dividiria a «esquerda» e se favoreceriam vitórias do PSD. Sobre estas matérias, dois esclarecimentos se impõem:

«a) O facto do PS ter perdido várias Câmaras para o PSD, no distrito, deve-se fundamentalmente ao seu mau trabalho e de vários eleitos seus (nomeadamente Presidentes de Câmara) se terem passado para o PSD e o PSN.

«b) Mais uma vez ficou demonstrado com os resultados eleitorais que a concretização de coligações entre o PS e o PCP teria naturalmente reduzido a influência do PSD no distrito e no País, por isso o PS que assumia as suas responsabilidades.

«O PS, ao definir o objectivo estratégico de reduzir a influência do PCP e da CDU, quer no distrito quer no País, deve extrair agora as lições necessárias destes resultados. É claro que a influência do PCP e da CDU não está dependente da vontade do PS, mas sim pelo facto de haver uma profunda identificação e reconhecimento do trabalho e do papel insubstituível do PCP e da CDU na sociedade portuguesa.

«A DORC do PCP saúda os candidatos, os militantes do PCP, os seus aliados na CDU e todos os activistas desta coligação que, em todos os concelhos do distrito, se empenharam nesta importante batalha política e contribuíram para os resultados obtidos quer localmente quer no País.

«A DORC reafirma não só o empenhamento do PCP para, no quadro da CDU, continuar e aprofundar a valiosa obra que tem vindo a ser realizada pelos seus eleitos, quer nos órgãos autárquicos do distrito onde está em maioria quer naqueles onde se encontra em minoria, mas também a disponibilidade dos seus eleitos para apoiar todas as propostas independentemente da sua autoria política e para procurar o diálogo e o entendimento com todos os eleitos honestamente interessados em resolver os problemas das populações.

«Sublinhando que com os resultados eleitorais de 12 de Dezembro estão criadas novas e melhores condições para a intensificação da resistência e da luta contra a política do Governo, a DORC do PCP apela aos trabalhadores e às outras camadas e grupos sociais do Distrito de Coimbra mais duramente atingidos pela política governamental a prosseguirem com renovado empenho, e em direcção a novos êxitos, a luta em defesa dos seus direitos e interesses.

«A DORC do PCP decidiu ainda realizar uma reunião em Janeiro, para discutir medidas de reforço do trabalho do Partido, bem como a aprovação do plano de trabalho para 1994.»

## Évora Uma clara vitória

Logo no dia seguinte às eleições, a Direcção da Organização Regional de Évora, em conferência de imprensa, comentou «a clara vitória da CDU», «expressa no reforço de maiorias, mandatos e votações que obteve no conjunto do distrito». Saudando a população pela elevada participação — a abstenção diminuiu cerca de 2 por cento — e pela confiança depositada nas propostas da CDU e nos seus candidatos, a DOREV saudou ainda os militantes comunistas e os outros democratas que se empenharam para assegurar a vitória. E saudou, por fim, todos os eleitos que nos próximos quatro anos irão gerir as 11 câmaras e assembleias municipais e as 63 freguesias de maioria CDU.

Nessa conferência de imprensa, e ainda com base em resultados não definitivos, já a DOREV afirmava ser possível adiantar que a vitória da CDU se expressava no distrito por:

«— Aumento da percentagem de votos no distrito de 47,7 por cento em 89 para 49,62 por cento em 94.

«— Conquista de dois novos municípios: Estremoz e Viana do Alentejo, retirados ao PS.

«— Reforço das maiorias, com eleição de mais um vereador nas Câmaras de Évora e de Redondo.

«— Eleição de mais um vereador na Câmara Municipal de Vila Viçosa.

«— Conquista de novas freguesias e de novas maiorias absolutas de que realçamos a nova maioria absoluta na freguesia da Sé (Évora) e a vitória, pela primeira vez, na freguesia de S. Pedro (Évora).

«— A CDU foi a única que obteve mais mandatos líquidos para os executivos municipais (mais 4).»

Entretanto, a DOREV, após ter realizado a sua reunião da passada sexta-feira, em que analisou os resultados eleitorais e traçou perspectivas para o trabalho futuro, tornou público novo documento em que, após retomar algumas das considerações anteriormente feitas, afirmava:

«A DOREV do PCP considera de grande relevância

os resultados obtidos pela CDU no conjunto dos concelhos onde a CDU era maioritário, reforçando-as, com particular destaque para os concelhos de Évora e Redondo, onde elegeu mais um vereador, em cada uma das autarquias.

«A DOREV congratula-se com as importantes vitórias da CDU nos Concelhos de Viana do Alentejo e Estremoz e pelo reforço das suas posições no Concelho de Vila Viçosa.

«A DOREV do PCP sublinha ainda a vitória da CDU em 63 freguesias (mais 2 que em 89) e o reforço da sua votação no distrito.

«A DOREV do PCP, ao realçar o grande significado desta vitória da CDU no Distrito, considera importante não subestimar os resultados desfavoráveis que obteve em alguns concelhos e freguesias, nomeadamente a perda de posições ou de votos, factos que exigem uma análise aprofundada.

«A DOREV do PCP considera que, apesar do PSD ter ganho pela primeira vez a presidência de uma Câmara no Distrito, Vila Viçosa, os seus resultados eleitorais exprimem uma clara derrota do PSD, do Governo e dos seus correlegionários, com particular destaque para o Governador Civil.

«O PSD e o Governo, apesar da utilização abusiva de meios governamentais, chantagens e promessas



com o objectivo de iludir, enganar e comprar o eleitorado, sofreram uma grande derrota.

«A votação do PS, apesar do apoio de certos meios de comunicação social, teve uma grande derrota eleitoral no distrito, perdendo três câmaras, diminuindo o número de mandatos. Os resultados globais do PS ficam muito aquém das expectativas e das previsões dos seus dirigentes máximos.

«A DOREV do PCP sublinha que as derrotas do PSD e PS no distrito são um claro repúdio da maioria da população deste distrito pelas políticas seguidas e propostas apresentadas que têm contribuído para a estagnação e desertificação humana da região.

«A DOREV alerta a opinião pública para o comportamento de alguns meios de comunicação social do distrito e alguns correspondentes de jornais nacionais que, utilizando métodos e práticas que constituem autênticos processos de manipulação e mistificação, se traduzem no atropelo à verdade dos acontecimentos.

«São práticas que não dignificam o profissionalismo jornalístico, a que o PCP procurará com firmeza exigir a isenção e rigor, pugnano pelo respeito, seriedade e pelo direito dos cidadãos a uma informação isenta e pluralista.

«A DOREV do PCP neste momento reafirma que, na continuidade da obra realizada pela CDU, continuarão a constituir objectivos essenciais da gestão e da intervenção dos eleitos comunistas no distrito, a luta pelo desenvolvimento integrado, pelo ambiente e qualidade de vida, pela educação, a saúde, a cultura e o desporto. A gestão CDU terá como preocupação a participação e o estímulo à democracia participativa, a rapidez e humanização do atendimento público, o estreitamento do contacto dos eleitos com os cidadãos e a prestação regular de contas.

«A DOREV do PCP tendo em conta a renovação dos órgãos eleitos, reforçará a atenção ao trabalho partidário na área do Poder Local a nível regional e de cada concelho, com o objectivo de assegurar o trabalho colectivo e troca de experiências, questão particularmente importante para enfrentar as dificuldades que o Governo Central cria ao Poder Local.

«A DOREV do PCP realça que a vitória da CDU é a vitória de toda a população e reafirma que ela dá motivos para que se redobre o empenhamento dos comunistas na luta, na acção e na resolução dos problemas das gentes da região, pelo progresso e desenvolvimento do Distrito e do Alentejo.»

## Santarém CDU e PCP, uma grande força

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP reuniu na passada quinta-feira para proceder a análise dos resultados das eleições do domingo anterior, concluindo que «a votação obtida, globalmente considerada, representa um importante resultado eleitoral e reafirma a CDU e o PCP como uma grande força no distrito de Santarém». O documento entretanto distribuído, esclarece:

«A CDU conquistou a maioria absoluta nos seis Municípios em que já detinha a presidência — Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Golegã.

«A CDU ganhou ainda a presidência de importantes Juntas de Freguesia num total de trinta. Elegeu também trinta vereadores, sendo vinte e três nos seis Municípios de maioria CDU e sete vereadores em mais seis Municípios com maioria de outras forças.

«A CDU conseguiu 281 eleitos em 98 Assembleias de Freguesia e 95 eleitos em Assembleias Municipais.

«Ficou assim a CDU no Distrito de Santarém com cerca de 500 eleitos nos diversos órgãos do Poder Local.

«Nos Municípios presididos pela CDU e em muitas Freguesias de presidência CDU noutros concelhos é bem visível



o apreço das populações à grande obra realizada pela CDU e os seus prestigiados eleitos. Apesar de algumas perdas, a CDU no geral reforça-se nesses concelhos e freguesias.

«A DORSA do PCP apreciou também alguns resultados negativos da CDU, particularmente em Abrantes, Almeirim, Cartaxo e noutros concelhos. Concluiu que apesar da grande dinâmica imprimida à campanha eleitoral da CDU, o grande esforço dos seus candidatos, activistas e apoiantes, o valor das equipas propostas e dos seus programas, não se conseguiu por um lado vencer a desenfadada campanha de bipolarização PS/PSD, por outro lado não se atraiu para a CDU grande parte do voto descontente e que quis castigar o Governo e o PSD pela sua desastrosa política.

«A DORSA do PCP concluiu também que o Partido Socialista beneficiou sem dúvida da globalização nacional e bipolarização desta campanha eleitoral.

«Em muitas situações, como é o caso de Abrantes e Torres Novas, os resultados obtidos pelo PS claramente não são pelas equipas, pelos programas apresentados ou pelo trabalho anteriormente realizado.

«A DORSA do PCP declara que o PSD é o grande derrotado destas eleições, tal como no resto do País. Ficou afastado dos grandes centros em termos de gestão municipal. O PSD é justamente penalizado pela população do distrito de Santarém e só ficou com a presidência de quatro dos vinte e um concelhos.

«A forte condenação da política do PSD, o descrédito do seu governo, reflectido nos muitos milhares de contactos durante a campanha eleitoral e nos resultados eleitorais darão sem dúvida um importante contributo para o desenvolvimento da luta popular e democrática no caminho da alternativa.

«A DORSA do PCP saúda os militantes comunistas e as suas organizações, os seus aliados na coligação CDU, o Partido Ecologista «Os Verdes», os Democratas independentes da ID, e muitos milhares de independentes activistas jovens e apoiantes da CDU que em toda a batalha eleitoral deram um inestimável contributo.

«A DORSA do PCP, saudando os trabalhadores e as populações do distrito, garante que, na sequência da sua postura e trabalho realizado ao longo dos anos, os comunistas empenhar-se-ão tanto nos órgãos do Poder Local para onde foram eleitos, como nos Sindicatos e nos outros movimentos de massas, estarão na primeira linha da luta pela resolução dos problemas das populações, da dignificação da vida democrática, e da defesa dos interesses, reivindicações e direitos das diversas camadas laboriosas da nossa população.»

### Concelho de Setúbal

## Aprofundar a discussão e continuar a luta

O reforço das posições do PS no concelho de Setúbal corresponde antes de tudo à capitalização que a nível nacional este partido conseguiu obter, em função do descontentamento popular pela política económica e social do governo do PSD. Mas a este facto a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP não deixa de somar a excepcional conjugação de uma gestão demagógica de Mata Cáceres com a retirada de pelouros à CDU que assim se viu impedida, nos derradeiros momentos da pré-campanha e da campanha eleitoral, de valorizar a sua obra e o seu projecto de modo mais convincente perante o eleitorado, vindo a perder votos e, a nível da Câmara, um vereador.

Esta análise sumária foi debatida numa reunião, com mais de 60 camaradas, que, na passada sexta-feira se realizou no Edifício Arrábida em Setúbal. As deficiências da organização do Partido no concelho, as dificuldades da organização concelhia e os próprios eleitos da CDU de terem um maior protagonismo, quer na vida política e

social no geral, quer nos próprios órgãos autárquicos, foram outros aspectos recenseados na reunião.

O aprofundamento da discussão nos organismos concelhios do Partido deverá culminar num Plenário de militantes que a Comissão Concelhia perspectiva desde já para o próximo mês de Janeiro, mas de cuja ordem de trabalhos serão feitas medidas a tomar para alterar significativamente a actual situação.

Assim, por exemplo, os candidatos da CDU apresentaram ao eleitorado um programa pelo qual, uma vez eleitos, se baterão nos órgãos autárquicos, e também o bom resultado nacional e regional da CDU é ainda um factor de não esmorecimento dos comunistas e outros democratas setubalenses, que continuarão na luta em defesa dos interesses das populações e dos trabalhadores.

Por isso, 50 activistas da campanha eleitoral no concelho juntaram-se num almoço-convívio logo no dia seguinte — sábado — e está marcada uma passagem de ano do PCP no Edifício Arrábida!

# ID satisfeita com resultados eleitorais

A Comissão Directiva da Associação Intervenção Democrática (ID) congratula-se com a «normalidade que, em geral, marcou em todo o País o acto eleitoral do passado dia 12 de Dezembro».

A ID concluiu que «o povo português votou inequivocamente à esquerda, reforçando os resultados das forças democráticas e progressistas», designadamente a CDU e o PS, que «obtiveram um resultado substancialmente superior às forças políticas conservadoras, fundamentalmente polarizadas no partido que suporta o actual governo».

A Comissão Directiva da ID realça os bons resultados alcançados pela CDU em todo o País, «aumentando globalmente o número de votos obtidos em 1989, reforçando mesmo a sua posição em municípios onde já detinha a maioria. Embo-

ra perdendo algumas câmaras municipais, a CDU ganhou outras mantendo a sua influência em mais de um terço do território nacional».

A direcção da associação assinala ainda que nalguns casos em que a CDU perdeu a presidência dos municípios que detinha a sua votação aumentou, exemplo da Marinha Grande e de Ourique, «neste último, um fenómeno de deslocação de votos entre o PS e o PSD determinou a perda da respectiva presidência».

A ID considera também que o Governo de Cavaco Silva e o PSD «sofreram nestas eleições uma derrota significativa, não apenas porque não alcançaram os modestos objectivos publicamente anunciados antes das eleições - vitória na maioria das câmaras municipais do País - mas igualmente porque os resultados alcan-

çados pelo PSD representam o acentuar da perda de influência deste partido ao nível local, iniciada com a estrondosa derrota sofrida nas eleições autárquicas de Dezembro de 1989».

No comunicado distribuído, a ID acrescenta que «a comparação dos resultados eleitorais obtidos pelo PSD em 1989, onde concorreu em coligação com o CDS e outros partidos em Municípios tão importantes como Lisboa e Sintra, com os resultados obtidos em 1993, onde contabilizou votos que não contabilizara em 1989, em consequência de concorrer agora isolado, leva à conclusão de que o PSD recuou

ainda mais do que os números finais destas eleições deixam perceber».

A ID sublinha que «o PSD sai destas eleições afastado de todos os grandes centros populacionais do país, à excepção de Oeiras e Gondomar. Em Oeiras, contudo o PSD perdeu a maioria absoluta que detinha há longos anos, e em Gondomar irá governar igualmente apenas com maioria relativa. No que respeita às capitais de distrito, o PSD foi derrotado em quase todas, apenas vencendo em Vila Real, Viseu, Castelo Branco e Portalegre, e nas regiões autónomas dos Açores e Madeira».

A ID assinala, por outro

lado que «o Partido Socialista não registou uma vitória clara quanto pretendia, não tendo conseguido, entre outros aspectos, fazer diminuir a força eleitoral da CDU, o que contraria a tentativa de bipolarização da vida política portuguesa».

A Intervenção Democrática salienta por fim o importante resultado obtido pela Coligação «Com Lisboa» na capital do País, que venceu claramente em todas as freguesias na votação para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, apenas perdendo para o PSD a votação para uma Assembleia de Freguesia por uma margem de 30 votos».

Por último, o comunicado da ID refere que «uma alternativa nacional ao governo do PSD e de Cavaco Silva deve passar pelo exemplo de Lisboa, onde a conjugação de esforços e vontades das forças democráticas revelou ser o único caminho para derrotar a direita. Das eleições autárquicas ressalta evidente a conclusão da necessidade de entendimento das forças de esquerda em todo o País, de modo a permitir a inversão da desastrosa política prosseguida pelo actual Governo, substituindo-a por uma política de progresso e desenvolvimento para o nosso país e para todos os portugueses».

## Estudantes não se rendem

— afirma a CNES

«Movidos pela certeza da justeza das suas reivindicações os estudantes não se rendem e continuam a sua luta, que o provem os milhares que vieram para a rua reclamar uma política de ensino diferente», afirma a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da SCP (CNES) num comunicado sobre as lutas estudantis, que prossegue:

«Cavaco Silva e o PSD procuraram um bode expiatório para a total desresponsabilização que caracteriza a política que têm vindo a efectuar na área da Educação, mudando a cara ao Ministro, vestindo-lhe saias, tudo para tentar acalmar os ânimos.

«No entanto, os estudantes mostraram bem a sua posição e o seu desejo com a extraordinária manifestação do dia 7 de Dezembro com um tão grande número de estudantes do Ensino Secundário e Superior de vários pontos do País.

«A CNES entende que é necessário intensificar a luta por um acesso ao Ensino Superior mais justo, pela revogação do novo modelo de avaliação, por melhores condições de ensino e por uma reforma do sistema educativo que vá ao encontro das necessidades dos estudantes e do País, pois só assim os estudantes conseguirão atingir os seus objectivos e alterar a política que vem sendo seguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

«A CNES fez também um balanço sobre as Eleições Autárquicas considerando que houve uma ampla participação de jovens de todo o país, fazendo com que a Juventude CDU fosse um grande movimento juvenil quer pela participação nas iniciativas da CDU, quer pela capacidade organizativa de levar a cabo muitas actividades.

Destaca também o elevado número de jovens que participaram nas listas da

CDU em lugares elegíveis, para que agora possam realizar um trabalho autárquico que vá ao encontro dos desejos e aspirações juvenis do qual são também protagonistas.»

A coordenadora analisou, por último, a preparação do 5.º Encontro Nacional do Ensino Secundário, marcado para 26 de Março de 94, sob o lema «Lutar para aprender, aprender para transformar».

## Voz ecologista saiu reforçada

A Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» concluiu que as últimas eleições permitiram o «reforço da voz ecologista no poder local», quer com o aumento do número de eleitos, quer com o acréscimo de responsabilidades nos órgãos executivos».

O PEV assinala a derrota do PSD nos grandes centros, onde os resultados «exprimem mais claramente o protesto contra uma política de âmbito nacional do qual o PS veio a beneficiar».

Por outro lado, o PEV salienta «o reconhecimento da competência de gestão autárquica e a reafirmação do prestígio dos eleitos da CDU nas autarquias, contrariando alguns comentários catastrofistas pressagiados e campanhas eticamente duvidosas». Este partido sublinha ainda a «grande derrota do PSD e o falhanço do PS contra as autarquias de maioria CDU e a reafirmação da liderança da CDU na Área Metropolitana de Lisboa».

Quanto aos resultados da Coligação «Com Lisboa» estes revelam, segundo o PEV, o «reconhecimento dos lisboetas da validade do trabalho e da transformação iniciados em 1989 e do projecto de convergência política que lhe deu corpo e sentido», acrescentando que «esta é uma experiência que está a dar frutos» e que se poderia «multiplicar e projectar no futuro».

## CAMARADAS FALECIDOS

### AFONSO PINHO

Ferrovário reformado, natural de Pinhal Novo, nascido em 26 de Maio de 1910, faleceu no passado dia 26 de Novembro o camarada Afonso Pinho Cordas Junior. Estava organizado no Centro de Trabalho de Pinhal Novo do PCP e era o sócio n.º 1 da Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo, sendo muito estimado na terra.

### JOAQUIM NASCIMENTO

Após prolongada doença, faleceu com 77 anos, na sua residência em Arcozelo, Vila Nova de Gaia, o camarada Joaquim Ferreira do Nascimento, natural do Porto. Antifascista de longa data, tendo sido preso e deportado para os Açores, onde esteve três anos em Angra do Heroísmo, o camarada era membro do PCP há cerca de 50 anos, pertencendo actualmente à Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP. Pertenceu a Direcção do Clube de Campismo do Porto e aos corpos gerentes da Federação Portuguesa de Campismo. Tendo participado em todas as campanhas eleitorais anteriores ao 25 de Abril, foi, depois dessa data, presidente da Comissão Administrativa da Freguesia de Mafamude e posteriormente eleito da respectiva Assembleia de Freguesia. Era membro da AF de Arcozelo e cabeça de lista à mesma, nas últimas eleições.

### MANUEL PUGA

Com 68 anos de idade, faleceu Manuel Puga, autor humorístico que durante cerca de meio século teve destacada pro-

dução nessa área para a Rádio e Imprensa. Em 1947, com José Andrade e Ruy Andrade, integrou o grupo fundador dos «Parodiantes de Lisboa». No início dos anos 60, foi chefe de redacção do semanário «Parada da Paródia», onde colaboraram jornalistas como Carlos Pinhão e Rolo Duarte, também já desaparecidos.

Manuel Puga fazia parte de Célula da Rádio de Lisboa, do PCP, tendo integrado o seu Secretariado. Teve uma colaboração diversificada em numerosas iniciativas políticas. No seu funeral participaram dezenas de familiares e amigos, muitos dos companheiros dos «Parodiantes», o presidente da Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, onde residia, e António Abreu, do CC do PCP.

Faleceu ainda, recentemente, Luís Lopes, com 90 anos de idade. Não sendo militante do Partido Comunista Português, este grande amigo do PCP foi seu activo apoiante. Residia no Campo Grande, em Lisboa, e era pequeno comerciante, com casa aberta na Baixa. Era muito considerado na Freguesia, especialmente entre os comunistas, entre os quais deixou grandes amigos.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, a Redacção do «Avante!» expressa sinceras condolências.

## «TC prestou mau serviço» — considera JCP

A JCP considera que o Tribunal Constitucional ao não considerar inconstitucionais os aspectos fundamentais da Lei das Propinas «prestou um mau serviço ao País».

A nota da JCP, afirma designadamente:

«Desde o anúncio pelo Governo do aumento brutal das Propinas no Ensino Superior Público e posteriormente com a aprovação pelo PSD, na Assembleia da República da Lei 20/92 as Instituições do Ensino Superior têm vivido momentos de grande agitação com os estudantes, em muitos e significativos casos com o apoio de outros agentes e entidades, a dinamizarem grandes acções de luta e de protesto contra esta medida, defendendo a inconstitucionalidade da Lei (baseando-se em múltiplos pareceres de jurista) e exigindo a sua revogação.

«O desenvolvimento desta luta, atingindo proporções e uma expressão sem paralelo há muitos anos, salda-se, já hoje, em resultados de inegável importância destacando-se:

- A demissão de dois Ministros da Educação traduzindo evidentes dificuldades e incapacidades do Governo em aplicar uma Lei que em vez de promover a tão propagada «Justiça Social» antes acentua a selectividade e elitização no acesso e frequência do Ensino Superior Público;

- O facto de largos milhares de estudantes, como forma de protesto e luta, mais de um ano após a aprovação da Lei 20/92, ainda não terem efectuado o pagamento dos montantes estipulados.

«O Tribunal Constitucional ao não considerar inconstitucionais os aspectos fundamentais da Lei das Propinas, optando apenas por considerar a inconstitucionalidade em relação a dois aspectos de importância menor prestou um mau serviço ao País deixando dúvidas quanto aos critérios de rigor e isenção exigíveis a uma Instituição desta natureza.

Tal como foi desde sempre afirmado pelos estudantes do Ensino Superior, a decisão do Tribunal Constitucional em nada altera as justas razões da luta estudantil, antes reforça a necessidade que esta mesma luta se alargue e intensifique.

Os graves problemas com que se depara o Ensino Superior mantêm-se e agravam-se dia após dia. A exigência da revogação da Lei das Propinas ganha cada vez mais sentido. É urgente uma nova política educativa que dê resposta aos interesses de estudantes e outros agentes académicos e que contribua para o desenvolvimento do nosso país.

A JCP, tal como desde sempre demonstrou, é solidária para com a justa e luta desenvolvida pelos estudantes do Ensino Superior.»

## Cimeira europeia

# Os lamentos do PE

O Parlamento Europeu entende que todos os parceiros sociais e políticos devem participar na luta contra o desemprego, empenhando-se num pacto tão amplo quanto possível, cujo objectivo seria a criação de empregos - afirma a resolução aprovada no PE sobre as conclusões da reunião do Conselho Europeu realizada nos passados dias 10 e 11, em Bruxelas, e tema em destaque na sessão do Parlamento, a semana passada, em Estrasburgo.

O polémico debate desta matéria terminou com a aprovação de uma resolução em que, embora congratulando-se com algumas conclusões do Conselho, o PE lamenta muitas outras.

Assim, ainda que congratulando-se com a "adopção de um plano de acção" para a promoção do emprego, o PE lamenta que "as acções específicas a executar no plano comunitário, nomeadamente no domínio das infra-estruturas de redes intercomunitárias, não tenham até ao momento sido dotadas de meios financeiros adequados".

Na ausência de uma tomada de posição nesse sentido, o PE teve necessidade de reafirmar a sua convicção de que "todos os parceiros sociais e políticos devem participar na luta contra o desemprego", esclarecendo ao mesmo tempo que considera "que a solidariedade deve ser global" e que uma política de moderação salarial deve "ser acompanhada de uma moderação dos rendimentos do capital e das remunerações dos dirigentes de empresas, bem como os ganhos de produtividade ser prioritariamente dirigidos para os investimentos produtivos, criadores de empregos".

Uma preocupação ausente das conclusões do Conselho, cuja grande "receita" é a de fazer recair o preço de tal solidariedade apenas sobre os trabalhadores.

### Poucos meios, pouca transparência

Outro lamento do PE refere-se ao facto de o Conselho, embora reconhecendo o contributo da investigação científica para o crescimento económico e o emprego, tenha optado por disponibilizar apenas 12 mil milhões de ecus para o orçamento para a investigação, ao invés dos 13 700 milhões de ecus propostos pelo Parlamento.

Quanto à cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos, o PE manifesta a sua satisfação pela intenção expressa da criação imediata da Europol, mas convida os Estados-membros a "tomar medidas concretas contra a criminalidade internacional organizada", tais como a definição dos delitos relacionados com o branqueamento de dinheiro, entre outros.

Relativamente às adaptações em matéria institucio-

nal, o PE só encontra motivos para lamentar.



nal, o PE só encontra motivos para lamentar.

Lamenta que o Conselho não tenha adoptado nenhuma proposta implicando que qualquer alargamento deverá ser acompanhado das necessárias transformações a nível institucional; manifesta-se apreensivo por, neste âmbito, o Conselho não ter proposto mais do que uma transposição automática das regras em vigor; lamenta "profundamente" a ausência de qualquer orientação sobre as modificações a introduzir em 1996, o que impedirá que as populações dos países interessados se pronunciem sobre as adesões com pleno conhecimento da evolução institucional da União; e opõe-se a qualquer decisão que vise derrogar o regime linguístico em vigor (nove línguas reconhecidas como oficiais e de trabalho) e introduzir discriminação relativamente a alguns Estados-membros.

Finalmente, o PE afirma não abdicar da sua pretensão de "associar a sua emissão de parecer favorável ao estabelecimento das condições que garantam a viabilidade da União e a sua capacidade decisória".

Com tanto lamento, mal se vislumbram razões para regozijo.

Como afirmou Sérgio Ribeiro, na intervenção que publicamos em separado, sobejam razões para se concluir que o Conselho Europeu não só ficou aquém do exigível como foi o contrário do que deveria ter sido.

## Conselho Europeu

# aquém do exigível

### - Intervenção de Sérgio Ribeiro no PE

Seria excessivo dizer que a montanha pariu um rato, mas já não o será afirmar que o Conselho Europeu ficou aquém do exigível perante os 18 milhões de desempregados, a assustadora dimensão da exclusão social, as perspectivas de curto e médio prazo.

Não só fica aquém como foi o contrário do que, a nosso ver, deveria ter sido. E explicamos porquê. O Conselho Europeu não partiu das consequências sociais de opções económicas para atacar as causas, mas sim confirmou as opções económicas, isto é, as causas. Mais: decidiu acelerá-las, e não chegou sequer a tratar dos elementos sociais dos documentos em consideração, adiando o que deveria ser prioritário para meados do próximo ano, para quando, eventualmente, o "livro verde" passar a "branco".

Na verdade, o Conselho foi tão expedito a aprovar as "grandes orientações das políticas económicas" a impor aos Estados-membros que quase se ignora que, sob o aliciente título de uma economia sã, se consagrou um preâmbulo que condiciona tudo o resto. Mantendo o rumo que trouxe a "nau comunitária" a esta tormenta. E promovendo ou insistindo numa aceleração...

Este "livro branco" vai ficar na história comunitária. Como "o desafio e as pistas para entrar no século XXI", com "a ambição de alimentar a reflexão". No entanto, como desafio e pistas, é insuficiente a ponderação que se faz do número de desempregados, da situação social degradada. E será bastante alimentar uma reflexão, para mais quando, entre os ingredientes faltam precisamente os que respeitam às questões sociais? E não ficará, essa história, na estante onde se alinham documentos e relatórios, como Cechinni e outros, que, confrontados hoje com o que previam ontem, não haveria razão para históricos se considerarem?

É verdade que o Conselho Europeu teve o cuidado de lhe evitar o risco do "livro branco" vir a ser desautorizado por falhar nas previsões. Nada de objectivos

quantificados. Nada de 15 milhões de empregos até 2000 para responder aos mais de 17 milhões de desempregados de hoje, mais o que o aumento da população activa trouxer, mais o que o crescimento económico destruidor de empregos provocar. Mas esse vazio numérico não é nada virtuoso quando tão necessário é mudar de política, definir objectivos e prazos precisos - como se faz em relação à convergência nominal - e cumpri-los!

Não quer isto dizer que não compreendamos as cautelas face às resistências ao financiamento do que merece encómios como exercício de reflexão. Aliás, a coincidente discussão do orçamento reflecte essas resistências de quem tem a chave da passagem ao concreto do que de positivo possa estar no "livro branco" como intervenção, ainda que sem mudar de quadro global. O facto é que a solidariedade, de que tanto se fala e que se arvora como bandeira, é "receita" para ser aviada pelos trabalhadores e oferecida aos sem-trabalho, pelos desempregados em si, entre gerações, ou seja intraclasses e não entre-classes. Para usar terminologia mais consensual: uma "solidariedade" restrita a um dos parceiros sociais.

Mas voltemos ao Conselho Europeu para sublinhar dois aspectos. Um, sobre as negociações do GATT, relevando quanto são insatisfatórias as conclusões, não obstante o dramatismo da declaração do presidente em exercício de que se trata de "defender a nossa civilização" no relativo ao audiovisual, e da tardia tomada de posição do governo português relativamente ao têxtil, vital para a economia portuguesa, como aqui, desde 1989, se tem afirmado.

Outro, relativo à subsidiariedade que, princípio potencialmente justo, ainda se tornou mais ambíguo com a questão da origem da legislação comunitária, tipo dilema entre quem teria nascido primeiro: o ovo e a galinha.

Em resumo: ficou adiado o que poderia travar e inverter a dinâmica económica e social imparável no mau caminho.

## Apelo

# Por uma paz duradoura na Europa

Construir uma paz duradoura na Europa reforçando a CSCE foi o apelo do Intergrupo "Paz e Desarmamento" e a organização "Encontros para a Paz" aos ministros da CSCE recentemente reunidos em Roma.

No mês passado, deputados europeus de diversos grupos políticos, personalidades da Europa central e da Comunidade Europeia, dirigentes de sindicatos e de movimentos de paz e professores universitários participaram num colóquio sobre a Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), organizado pelo Intergrupo "Paz e Desenvolvimento" do Parlamento Europeu e a organização "Encontros para a Paz".

No final da iniciativa, os participantes consideraram necessário o empenhamento de forças para a realização dos seguintes objectivos:

1 - Reforçar a CSCE através da adopção de um tratado dando valor jurídico vinculativo aos princípios da Acta final de Helsínquia, reafirmados na Carta de Paris;

2 - Constituir a CSCE como organização regional

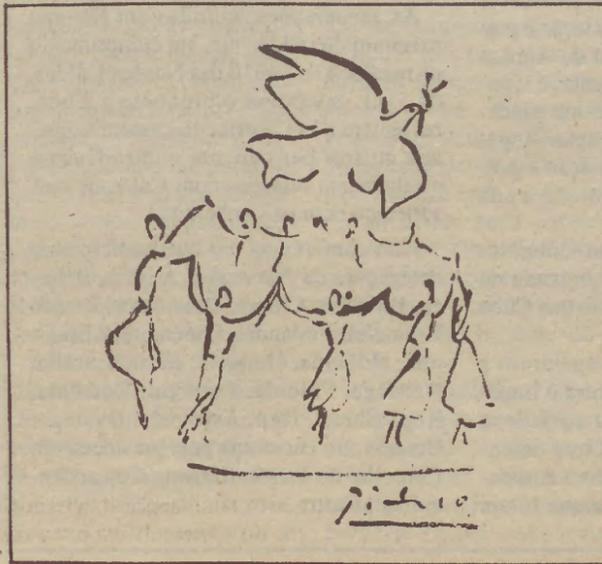
das Nações Unidas de acordo com o capítulo VIII da Carta;

3 - Dotar a CSCE de meios financeiros suficientes para levar a cabo uma acção pacífica eficaz;

4 - Afirmar que a arma nuclear é contrária a um sistema colectivo de segurança mútua na Europa, pelo que tal sistema não se pode apoiar nem na NATO nem na UEO;

5 - Assinar um tratado de interdição dos ensaios nucleares, alargar e reforçar o tratado de não proliferação e empenhar-se num rápido desarmamento nuclear.

O Grupo Coligação de Esquerda, em que se incluem os eurodeputados comunistas portugueses, apoiou esta iniciativa para reforçar a CSCE, considerando-a a única organização capaz de desenvolver uma outra segurança europeia baseada na cooperação, apoiar a construção de uma Europa pacífica, democrática, responsável e solidária que reflecta mais fielmente as aspirações populares e leve ao fim de todos os organismos herdados da guerra fria.



## Angola

## Unita impõe impasse nas negociações

A Comissão das Nações Unidas que foi ao Cuito investigar os factos ocorridos no passado dia 11 - e que a Unita utilizou como pretexto para uma vez mais suspender as negociações de paz - concluiu que não houve atentado contra a vida de Jonas Savimbi (como a Unita havia afirmado).

Após ouvir várias testemunhas da ocorrência, a Comissão deliberou, por unanimidade, recusar a ideia de atentado, admitindo apenas ter-se verificado um ataque aéreo contra objectivos militares.

Em véspera desta tomada de posição por parte da comissão das Nações Unidas, o governo angolano exprimiu preocupação junto do governo norte-americano (que utilizou o incidente para de alguma forma tomar uma posição "equidistante" entre o governo angolano e a Unita) e da ONU relativamente à interrupção nas negociações de paz em Lusaca.

Em carta dirigida à directora para as questões africanas no Conselho para os assuntos de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o embaixador angolano em Washington, José Patrício,

acusa a Unita de querer ganhar vantagens através de "uma campanha de desinformação e de interrupção deliberada das conversações", o que "prolonga o sofrimento do nosso povo".

O embaixador angolano denunciou, por outro lado, que as forças governamentais são agora atacadas no Caxito, com a Unita a querer aproximar-se mais de Luanda, mas salientou que, apesar disso, o governo angolano "continua a negociar, quer a paz".

A carta termina com um apelo à administração Clinton para que pressione a Unita a regressar à mesa das negociações e "negociar seriamente".

José Patrício apelou também na missiva - de idêntico teor à enviada pelo embaixador angolano na ONU ao secretário-geral Butros Ghali - para uma denúncia pública das "actuais tácticas" da Unita, reafirmando o desejo de Paz "para todo o povo angolano".

Em declarações públicas, José Patrício havia acusado a Unita de estar a "pôr em perigo a continuação das conversações em Lusaca".

Apesar disso, disse, a delegação do governo conti-

nua em Lusaca "à espera que a Unita reveja este tipo de comportamento e assuma uma atitude mais responsável que permita o reatamento do diálogo".

O embaixador angolano nos Estados Unidos acrescentou que o seu governo "tem a plena convicção de que devem prosseguir as conversações em Lusaca para alcançar um cessar-fogo que ponha termo à guerra". E sublinha que Luanda vê neste impasse o perigo de "se arrastar a guerra quando havia já progressos significativos, nomeadamente a aprovação de um dossier militar importante".

Neste momento encontram-se já concluídos e prontos a ser assinados documentos políticos que se prendem com a formação de uma nova polícia nacional angolana e com a aceitação do prolongamento do mandato da UNAVEM II.

A falta de acordo quanto ao mandato da missão de verificação das Nações Unidas em Angola inviabilizou a formação da UNAVEM III, tendo o Conselho de Segurança decidido prolongar por mais três meses o actual mandato da UNAVEM II.

Por discutir está a questão relacionada com a reconciliação nacional e com a marcação da segunda volta das eleições presidenciais.

Entretanto, a "troika" de observadores e os responsáveis políticos pela representação da ONU continuam a desenvolver esforços para, pelo menos, garantirem que os acordos militares obtidos há duas semanas continuem válidos e o protocolo de entendimento para o cessar-

-fogo possa ser rubricado em Lusaca.

Se esta posição vingar, os negociadores voltarão à capital da Zâmbia no dia 5 de Janeiro para discutirem as questões políticas que se prendem com a reconciliação nacional e marcação da segunda volta das eleições presidenciais.

Caso se registre alguma recusa de assinatura do protocolo de entendimento para o cessar-fogo, o pro-

cesso negocial de Lusaca volta à "estaca zero" e tudo aquilo que foi até agora acordado ficará sem efeito.

Entretanto, o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, tenta trazer de Harare uma declaração assinada pelos participantes na Cimeira da Linha da Frente, no sentido da imperiosa necessidade de conclusão da ronda negocial de Lusaca.

## Relatório UNICEF

A África fica cada vez mais pobre e está a ser mais explorada numa altura de maior necessidade, sublinha o relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O relatório "Situação Mundial da Criança 1994" refere que a África ao Sul do Saara "é a única região do mundo onde a pobreza se vem agravando implacavelmente".

"O cidadão médio está hoje 20 por cento mais pobre do que há 10 anos e mais de 200 milhões de pessoas não têm condições de satisfazer nem as suas necessidades mais básicas", afirma o documento.

"Aproximadamente 30 milhões de pessoas sofrem a ameaça constante da seca e da fome. Muitos centros de saúde foram fechados por falta de pessoal e de medica-

mentos básicos. As taxas de matrícula na escola primária desceram" e "um terço dos jovens com nível universitário deixou a região", sublinha o relatório.

Segundo o documento da UNICEF, 7,5 milhões de famílias viram os seus meios de subsistência serem destruídos por conflitos nos últimos anos "e muitos milhões de outros tornaram-se refugiados".

"O custo total do cumprimento das metas básicas na África - saúde, alimentação, educação e planeamento familiar - seria aproximadamente de 9000 milhões de dólares por ano, valor significativamente inferior ao exigido pelo esforço para pagar um terço dos juros de uma dívida colossal que na sua maior parte jamais poderá ser paga", sublinha o documento.

## África em Notícias

## Mandela

Em mensagem de fim de ano, Nelson Mandela afirmou que a África do Sul se encontra à beira de uma nova era de esperança, desenvolvimento e prosperidade, apesar das ameaças de guerra civil da direita.

"Através dos esforços do ANC adoptamos uma Constituição não-racial", sublinhou Mandela em entrevista ao jornal "Sowetan", dedicado à população negra. "Isto é um resultado histórico, especialmente se se tiver em conta que havia 26 organizações políticas, todas elas a puxarem em diferentes direcções".

Reconhecendo a existência ainda de forças políticas exteriores ao processo de reforma em curso, algumas das quais proferindo mesmo ameaças de guerra civil, o dirigente do ANC afirmou que o prosseguimento do diálogo em busca de plataformas mutuamente satisfatórias justifica o seu optimismo.

## África do Sul

O Congresso Nacional Africano (ANC) e a Frente do Povo Afrikaner (AVF) chegaram, no passado dia 20, a um acordo considerado histórico que abre caminho à participação desta última nas estruturas constitucionais transitórias e nas primeiras eleições multirraciais na África do Sul.

A consagração deste acordo passa pela assinatura do seu memorando pelo presidente do ANC, Nelson Mandela, e pelo líder da AVF, general Constand Viljoen.

A plataforma acordada seguiu-se a múltiplas diligências bilaterais, em que nomeadamente se tentou integrar no processo político em curso a Aliança da Liberdade, de que faz parte o Partido Inkatha. No comunicado conjunto sublinha-se que o acordo alcançado poderá abrir caminho à participação da AVF nas eleições de 27 de Abril de 1994.

"Nos termos do acordo, ambas as partes apoiam a introdução de uma democracia não-racial na África do Sul", refere a nota oficial, e ainda "a necessidade de procurar forma de atender o desejo de autodeterminação de muitos afrikaners num Estado autónomo".

A aceleração dos esforços, nestes últimos dias, no sentido de integrar o mais possível os diferentes grupos sociopolíticos no processo de democratização do país, tem a ver com uma introdução atempada de eventuais alterações ao projecto constitucional, que deve-

ria ser ontem votado pelo Parlamento na Cidade do Cabo.

## Cimeira da Linha da Frente

Os sete países da Linha da Frente iniciaram dia 20 uma reunião, na capital do Zimbabwe, Harare, sendo Angola um dos principais assuntos em análise.

Na cimeira participam os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, do Botsuana, Ketumile Masire, e do Zimbabwe, Robert Mugabe, bem como os ministros dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Pascoal Mocumbi, da Zâmbia, Vornon Mwenge, e da Namíbia.

Na capital do Zimbabwe encontra-se igualmente o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, com o objectivo de procurar apoios e fazer contactos que ajudem a desbloquear o impasse no processo negocial de Lusaca.

O secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Salim Ahmed Salim, bem como os líderes do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, e do Congresso Pan-Africano (PAC), Clarence Makwetu, participam igualmente na Cimeira.

A organização da Linha da Frente - que integra Angola, Botsuana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe - foi fundada com o objectivo principal de erradicar o sistema de apartheid na África do Sul, mas actualmente debruça-se também sobre outros problemas regionais, como é o caso da situação em Angola.

Na declaração conjunta aprovada pela Cimeira, os líderes dos sete países membros da Linha da Frente repudiam os "níveis inaceitáveis de sofrimento humano e pobreza" em Angola, assolada pela mais devastadora e mortífera guerra civil em África.

Os participantes da Cimeira afirmam-se entretanto sensibilizados quanto aos progressos obtidos nas conversações de Lusaca, mediadas pelas Nações Unidas. Na reunião, o representante especial da ONU em Angola confirmou oficialmente, e pela primeira vez, que as duas partes em conflito chegaram a vários acordos militares.

Sobre a África do Sul a Declaração manifesta a preocupação da Linha da Frente face à escalada da violência política no país e elogia as reformas democráticas encetadas naquele país da África Austral com vista às primeiras eleições multirraciais de Abril de 1994.

## Solidariedade com Cuba

Realizou-se em Havana de 6 a 11 de Dezembro o encontro europeu de solidariedade com Cuba, em que participaram 271 delegados de 24 países europeus.

A Associação de Amizade Portugal-Cuba fez-se representar pela Presidente, Armanda Carvalho da Fonseca, pelos dirigentes nacionais Rui Pereira e Álvaro Almeida e por uma Delegação do Núcleo de Associação em Setúbal constituída pela deputada Odete Santos, Filomena Nóbrega, Graça Freixo e José Abreu.

Também participou no encontro uma Delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação integrada por Helena Rato e Mário Pádua.

Por proposta do Instituto Cubano de Amizade com os Povos, o Conselho do Estado Cubano e o seu presidente, o Comandante Fidel Castro, decidiram atribuir a medalha de amizade a Armanda Carvalho da Fonseca, presidente da Direcção, e a Miguel Urbano Rodrigues, presidente da Assembleia Geral da Associação e presidente do Grupo Parlamentar de Amizade com Cuba. Excepcionalmente, o Conselho de Estado atribuiu a mesma condecoração, a título póstumo ao actor Rogério Paulo, fundador da Associação e presidente da Assembleia Geral até à sua morte.

A realização, este ano em Cuba, do encontro de associações de amizade da Europa visou mostrar ao mundo que Cuba não está só.

As delegações presentes apelaram a todos os povos que lutem contra o imperialismo e que desejam uma sociedade mais justa e igualitária, para que defendam o direito do povo cubano à autodeterminação e soberania, para que lutem

contra a manipulação de informação sobre Cuba e contra o bloqueio informativo, para que se associem ao movimento de luta que surgiu nos EUA contra a política imperialista do seu governo em relação a Cuba.

Os delegados das organizações europeias apelaram a todos os Governos e Parlamentos de Estados Europeus para que:

— apliquem a resolução votada no Parlamento Europeu em 12/09/93, relativa a Cuba;

— não permitam a ingerência dos EUA nos seus assuntos internos que representa a Lei Torricelli;

— pressionem o governo dos Estados Unidos para que cessem de imediato o bloqueio a Cuba;

— que estabeleçam ou ampliem as relações comerciais com Cuba, sem condicionamentos ou ingerências de qualquer tipo.

As associações reunidas em Havana exigiram dos EUA que, em cumprimento da resolução n.º 4816 das Nações Unidas, de 3/11, levantem o bloqueio a Cuba, revoguem a Lei Torricelli, cessem a ameaça militar permanente contra Cuba e estabeleçam relações com Cuba, de país soberano com país soberano.

Esta conferência em que participaram delegações da Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estado Espanhol, Finlândia, Grécia, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Rep. Checa, Rep. Eslovaca, Suécia e Ucrânia, foi encerrada pelo presidente do Conselho do Estado Cubano, Comandante Fidel Castro.

## INTERNACIONAL

## Panamá

Cerca de dez mil militares, políticos, operários e estudantes participaram, dia 20, na "grande marcha negra" para homenagear os panamianos que morreram durante a invasão norte-americana de 20 de Dezembro de 1989.

A manifestação, convocada pela Associação de familiares dos desaparecidos em combate, decorreu no bairro popular de Chorillo, Cidade do Panamá, destruído durante a invasão por um bombardeamento das forças norte-americanas contra o quartel-general das antigas forças de defesa.

Com a realização da "grande marcha negra" os familiares das vítimas terminaram um série de actividades iniciadas na véspera para assinalar o quarto aniversário da invasão norte-americana.

No dia 20 de Dezembro de 1989, cerca de 30 mil soldados dos Estados Unidos invadiram o Panamá. De acordo com números oficiais morreram 560 panamianos, na sua maioria civis. Mas as organizações internacionais que se opuseram à invasão anunciaram a morte de 2000.

## Coreia do Sul

Cerca de três mil pessoas protestaram, nas ruas de Seul, contra a anunciada importação de arroz estrangeiro.

A polícia, cerca de 14 mil efectivos, impediu a marcha dos manifestantes de se dirigir para a embaixada dos Estados Unidos.

A manifestação surge na sequência do anúncio do presidente Kim Young-Sam de remodelar o governo para acalmar a revolta popular contra os planos de abrir o mercado de arroz.

Os manifestantes - sobretudo agricultores e estudantes - decidiram continuar os protestos até que o governo aceite a sua reivindicação de realizar um referendo nacional sobre a questão do arroz.

O arroz, o principal alimento para 44 milhões de sul-coreanos, é a maior fonte de rendimentos dos cerca de seis milhões de agricultores na Coreia. O seu preço é quatro a seis vezes mais alto do que a média internacional.

## Argentina

Os violentos protestos populares contra o plano de austeridade do governo alastraram a La Banda, depois de se terem registado quatro mortos e centenas de feridos em Santiago Del Estero, no noroeste do país.

O plano económico de austeridade do presidente Carlos Menem prevê o despedimento de milhares de funcionários públicos e o fim da ajuda financeira às províncias rurais do noroeste do país.

Entretanto, os reclusos de duas prisões da província de Buenos Aires amotinaram-se para exigir a aceleração dos processos judiciais e a aplicação de normas humanitárias no tratamento dos detidos.

## OUA

Bureau Africano de Ciências e Educação (Base, organismo da Organização de Unidade Africana, OUA) recomendou a Angola, no final de um Conferência realizada em Luanda, que sensibilize o PALOP para a criação de um Gabinete Lusófono de Educação em África.

Durante a reunião foi decidida a harmonização dos programas e equivalências de diplomas académicos, bem como a criação de grupos técnicos "a nível de cada país, para a recolha de informação sobre os respectivos sistemas educativos, planos de cursos e troca de material", noticiou a agência de notícias angolana ANGOP.

## Direitos humanos

Os representantes de uma vintena de organizações de defesa dos direitos humanos da Europa, África, América e Ásia, reunidos em Tunes, apelaram ao secretário-geral da ONU para conseguir a criação de um fundo de contribuição voluntária a favor dos organismos nacionais de direitos humanos.

Os participantes no encontro internacional, organizado pelo Centro das Nações Unidas em Genebra, decidiram a criação de um gabinete permanente de coordenação, formado por representantes das organizações de direitos humanos da Austrália, Camarões, Canadá, França, México, Nova Zelândia, Filipinas e Tunísia.

## Curdos

Cerca de 200 guerrilheiros do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foram mortos em bombardeamentos pelas forças militares turcas contra Mazi Zori, 25 quilómetros no interior do Iraque.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão luta pela independência da região curda no sudeste da Turquia, e têm sido vítimas de brutal repressão por parte do governo turco.

Actualmente as autoridades turcas têm vindo a assinar acordos de segurança, nomeadamente com a Síria e o Irão, com o objectivo de liquidar a luta das populações curdas pelos seus objectivos.

## Alemanha

Grupos de "skinheads" atacaram dois clubes de jovens de Brandeburgo e feriram várias pessoas.

Três a quatro dezenas de "skinheads" invadiram um lar juvenil em Wustrau e aos gritos de "heil Hitler" foram destruindo uma parte do mobiliário e vários equipamentos. Atacaram também jovens ali alojados, alguns dos quais ficaram feridos.

## Irlanda

O primeiro-ministro irlandês, Albert Reynolds, afirmou que não hesitará em ordenar medidas mais rigorosas contra o IRA se este rejeitar o plano de paz anglo-irlandês.

Em contrapartida - acrescentou - o Exército Republicano Irlandês pode contar com medidas compensatórias dos governos de Londres e de Dublin, designadamente no que respeita a amnistias para os guerrilheiros actualmente detidos, se a organização se juntar às conversações de paz no Ulster.

## Palestina

## Recomeço das negociações sobre retirada militar israelita

Israelitas e palestinos recomeçaram, na passada terça-feira, as negociações sobre a retirada militar de Gaza e de Jericó, que se têm mantido num impasse face a novas acções repressivas das forças israelitas nos territórios ocupados, o que levou ao adiamento do início da retirada dos soldados israelitas daqueles territórios, prevista para 13 de Dezembro.

Este reatar do processo negocial vem na sequência dos encontros realizados entre delegações da OLP e do governo de Israel, no quadro da comissão de ligação israelo-OLP.

Em comunicado difundido em simultâneo com o anúncio do recomeço de negociações, o Comité Executivo da OLP (CE-OLP), considera que "a retirada de Israel da Faixa de Gaza e da região de Jericó e a sua aceitação de um controlo palestino sobre os pontos de passagem para os territórios são os únicos critérios" susceptíveis de demonstrar "um compromisso sério do Estado hebreu relativamente à Declaração de princípios".

O executivo palestino defende que a regularização destas duas questões terá de preceder o exame de outros assuntos de negociação, "entre os quais a delimitação provisória dos colonatos" israelitas.

O CE-OLP denuncia ainda as tentativas de Israel de ocultar o fundo do problema apresentando a sua retirada dos territórios ocupados e o controlo palestino dos pontos de passagem como simples formalidades".

O CE-OLP precisa ter dado aos seus representantes directivas sobre a necessidade de respeitar "o espírito e a letra" do acordo "por forma a garantir a retirada israelita e o controlo palestino dos pontos de passagem".

Neste momento estão em causa - no fundamental - questões ligadas à segurança.

Israel pretende que o seu exército continue a ser destacado ao longo da fronteira com o Egipto e a linha de cessar-fogo com a Jordânia e conserve o controlo dos pontos de passagem com esses dois países.

A OLP propõe patrulhas comuns a realizar pelo exército israelita, por polícias palestinos e por uma força interna-

cional, ao longo das fronteiras da zona autónoma. Igualmente exige que fiquem a cargo dos palestinos as pontes do Jordão e o posto fronteiriço de Rafah, no sul da Faixa de Gaza.

Entretanto - e paralelamente a um processo negocial que se desenvolve em clima de grande tensão - outros factos são de assinalar.

Presos no seu regresso do Líbano, os deportados palestinos começaram a ser libertados das prisões. Dos 197 que regressaram ao país, 142 deverão reencontrar em breve as suas famílias. Um facto que se integra no âmbito mais vasto da libertação dos presos políticos palestinos.

Também na sequência do - difícil - processo em curso, decorreu em Oslo, com a participação de Israel e da OLP, uma Conferência Internacional para o estabelecimento de uma força de segurança nos territórios ocupados. Estiveram presentes nesta conferência cerca de 50 delegados de 16 países, incluindo os Estados Unidos e a Rússia. O assunto principal foi a discussão dos meios financeiros e da estrutura de uma força policial palestina que substituirá as tropas israelitas quando estas abandonarem os territórios ocupados.

A imprensa israelita indicou que esta força poderá compreender 30 000 homens. Israel

queria apenas um máximo de 5000 homens.

Simultaneamente, em Paris, o vice-presidente do Banco Mundial para o Médio Oriente e o Norte de África, Koch Weiser, anunciou que as ajudas prometidas pelos doadores à Cisjordânia e Faixa de Gaza atingirão, em 1994, os 570 milhões de dólares.

Segundo as suas previsões, o montante deverá permitir o financiamento total do programa de assistência, elaborado pelo Banco Mundial e o Conselho Económico palestino para a reconstrução e o desenvolvimento.

O programa - que se centra em questões como as infra-estruturas, recursos humanos e sector privado - envolverá nos próximos três anos verbas da ordem dos 1,1 milhões de dólares.



## Japão em tempos de crise

A crise abala hoje também a realidade socioeconómica japonesa. O desemprego atinge oficialmente 2,7 por cento da população activa, a taxa mais elevada de há cinco anos para cá. Alguns especialistas prevêem uma duplicação do número de desempregados no próximo ano.

Em Outubro passado, o Japão contava 1 760 000 pessoas oficialmente sem emprego, o que representa um aumento de 21% num ano, numa população activa de 65 milhões de pessoas.

Actualmente, contam-se 67 propostas de emprego por cada 100 pedidos (contra 69 em Setembro, 70 em Agosto e 146 em Março de 1991).

A produção industrial baixou em Outubro de 5,1% em relação a Setembro, a maior quebra mensal alguma vez registada neste país. Relativamente a Outubro de 1992, o nível da produção industrial japonesa teve também um recuo de 6,2%. O que já se traduziu na supressão de

7000 postos de trabalho na Nippon Steel (ou seja 20% dos postos de trabalho desta multinacional); 2000 na Hitachi, uma vaga de "desemprego técnico" na Mazda, e "reclassificações" em massa na Honda.

As grandes empresas japonesas eram conhecidas por oferecer aos seus assalariados um "emprego vitalício". Uma realidade que de facto nunca foi representativa da situação do emprego no país, onde a subcontractação é uma prática corrente. É nas pequenas e médias empresas, verdadeiras oficinas de trabalho temporário, que estão empregados a maioria dos trabalhadores japoneses. Os seus serviços são fornecidos a pedido, de acordo com as necessidades das grandes companhias.

Para os trabalhadores, isto significa que podem trabalhar até 100 horas numa semana, e na semana seguinte nada terem que fazer. Uma flexibilização extrema que até agora mascarou a

realidade do desemprego.

Também na agricultura os problemas se acumulam. Recentemente milhares de camponeses produtores de arroz desfilarão nas ruas de Tóquio contra a abertura do mercado nacional às importações de arroz.

A miséria é uma realidade cuidadosamente ocultada. Segundo os números oficiais, são 10 000 os sem-abrigo. Mas os especialistas citados na imprensa japonesa indicam que esse número deve no mínimo ser multiplicado por três. Trata-se em geral de desempregados ou de pessoas com trabalho incerto e que hoje, num quadro de crise, nada conseguem fazer. Os mais desfavorecidos são pessoas de idade, ignorados pelos recrutadores de mão-de-obra.

As medidas entretanto avançadas pelo governo para dar resposta à situação de crise - em particular face à brusca baixa registada na Bolsa de Tóquio - são mais

que limitadas e não tocam no essencial.

Vale a pena aqui referir o comentário de um dirigente de um banco de crédito: "Quando o doente tem febre, o governo tenta arrefecer o termómetro. A verdade é que a Bolsa apenas reflecte a realidade".

Concretamente, o primeiro-ministro, Morohiro Hosokawa, decidiu uma redução dos impostos sobre os rendimentos para "encorajar o consumo" das classes médias. Uma medida que deixa de fora 80% dos assalariados. Para compensar esta quebra nas receitas de Estado, admite duplicar os impostos indirectos, o que irá atingir a grande massa de consumidores, incluindo, naturalmente, os de menores rendimentos.

Uma outra aposta da economia nipónica parece ser a indústria de guerra. O orçamento do Japão para a Defesa será, no próximo ano, o segundo mais elevado do mundo.

# Sobre as «eleições» na Rússia

**1.** É ainda cedo para uma avaliação segura dos resultados das "eleições" de 12 de Dezembro na Rússia, das suas implicações no processo de arrumação das forças sociais e políticas e no desenvolvimento ulterior dos acontecimentos. Mas pode afirmar-se já com inteira segurança que **Ieltsin sofreu uma clamorosa derrota política.**

É sobejamente conhecido que Ieltsin e os seus homens de mão ditaram ferreamente as condições do processo. Mas nem mesmo assim conseguiram impedir que os resultados de 12 de Dezembro **exprimam uma clara condenação da ruínosa política do poder e um protesto veemente do povo russo** perante a situação de descalabro económico, tragédia social e humilhação nacional em que o seu país foi mergulhado.

Os resultados já anunciados quanto ao "referendo constitucional" e às "eleições" para a "Duma" (1) confirmam claramente que Ieltsin e os seus protectores imperialistas não têm o caminho livre para a imposição dos seus projectos e que a luta contra o curso ditatorial, pró-capitalista e de submissão nacional, vai continuar e provavelmente com renovado vigor.

Esta nos parece ser a primeira ilação a realçar nos resultados das "eleições" de 12 de Dezembro.

**2.** Entretanto, é necessário não perder de vista que a **questão concreta e imediata fundamental que esteve em jogo em 12 de Dezembro foi a "Constituição" ieltsiniana (2).**

É incontestável que o essencial para Ieltsin, para o imperialismo e a reacção internacional, era impor ao povo russo uma nova Constituição que possibilitasse outro salto em frente no processo contrarevolucionário e legitimasse a repressão da oposição política e popular a um tal processo. **E isso está feito.**

Pouco mais de duas horas após o encerramento das urnas, era anunciada a "vitória" (3). A Rússia dispunha finalmente de um "Estado de direito". O caos e a guerra civil com que Ieltsin (depois de impedir e proibir a discussão da sua criatura) tinha ameaçado o país e o mundo se o "referendo" fosse negativo, estavam afastados. Pouco importava o carácter ditatorial e mesmo a monstruosidade em termos técnico/jurídicos do texto. Pouco importava o processo incrivelmente arbitrário da sua elaboração. Pouco importava se, mesmo segundo os dados oficiais (em quem ninguém honestamente pode confiar), 70% dos eleitores não tenham dado a sua aprovação à "Constituição" (4). O mundo reaccionário e imperialista respirou de alívio. O processo de "democratização" e "reformas" poderia continuar e acelerar-se. Os resultados das eleições para a "Duma", sem qualquer poder político real, pouco significariam perante tal acontecimento (5).

**3.** Entretanto, se é certo que foi dado um passo perigosíssimo no sentido da institucionalização do sistema de poder ditatorial de há muito planeado por Ieltsin e pelo imperialismo, não é menos certo que a batalha travada em torno das "eleições" e os seus próprios resultados confirmam, como o PCP afirmou, a existência de uma fortíssima resistência e oposição popular ao processo contra-revolucionário em curso.

Os resultados alcançados pelos comunistas, nas condições extraordinariamente adversas em que tiveram lugar, merecem ser particularmente destacados. Não esqueçamos os sangrentos acontecimentos de 3/4 de Outubro (6). Não esqueçamos a onda de repressão, intimidação, silenciamento e difamação desencadeada contra os comunistas e outras forças de oposição. Não esqueçamos o clima de arbitrariedade impune, ameaças e chantagens em que tiveram lugar as "eleições". Em tal situação são verdadeiramente notáveis os resultados alcançados pelo Partido Comunista da Federação Russa e outros partidos da oposição. A própria "Duma" ieltsiniana, concebida apenas para dar uma aparência de "legitimidade democrática" ao novo sistema ditatorial, pode afinal transformar-se num importante terreno de luta democrática. São evidentes as possibilidades de resistência e as potencialidades de recuperação dos comunistas e outras forças democráticas.

**4.** Este facto tinha de ser necessariamente minimizado e ocultado da opinião pública russa e internacional. E é assim que, sem que sequer estejam definitivamente contados os resultados das "eleições", seja bombasticamente anunciada a **"vitória de Jirinovski"** e o mundo seja sacudido pela generalidade dos grandes "media" com o espectro do fascismo na Rússia e terríveis ameaças de guerra.

Ieltsin, que após o bombardeamento do Parlamento Russo falou de vitória sobre a ameaça "fascista-comunista", está calado (e continua calado até ao momento em que escrevemos este artigo), mas Gaidar, o seu principal homem de mão e primeiro dirigente da clamorosamente derrotada "Opção da Rússia", chega mesmo a apelar para uma "grande coligação antifascista", abrangendo os comunistas, para fazer frente àquela ameaça.

**Há que pôr rapidamente os pontos nos ii nesta questão.** Se na Rússia avançam forças de cariz fascista isso é em primeiro lugar o fruto da própria política do poder ieltsiniano, das trágicas condições de vida do povo, da humilhante política de submissão ao imperialismo. A história contém abundantes exemplos de demagogos e aventureiros que capitalizaram justos sentimentos de descontentamento e frustração em proveito dos projectos mais antipopulares e reaccionários. Tais perigos não devem ser subestimados. Mas não podem ser instrumentalizados nem para justificar o sistema de poder ditatorial que a "Constituição" ieltsiniana consagra, nem para branquear de "democrata" o ditador de serviço (7), nem para diminuir o alcance da derrota da "Opção da Rússia" e outros partidos mais ou menos ieltsinianos e apagar os espectaculares resultados alcançados pelo Partido Comunista da Federação Russa e outros que se opuseram à nova "Constituição" e combatem a política de Ieltsin.

Jirinovski tem sido objectivamente um aliado de Ieltsin. Apoiou o bombardeamento do Parlamento. Apoiou a "Constituição" ieltsiniana. O seu partido - dito "Liberal-Democrático" - foi o que contou com mais apoios financeiros e que mais tempo dispôs (logo a seguir à "Opção da Rússia") numa Televisão ferreamente controlada pelo poder e instrumento decisivo de propaganda nesta "campanha eleitoral". São numerosas as indicações de que o poder o promoveu com o objectivo deliberado de dificultar que os comunistas e forças efectivamente patrióticas (que, como a União dos Povos de Toda a Rússia, liderada por Baburine, foram proibidas ou impedidas de disputar as "eleições") capitalizassem o protesto e o descontentamento das grandes massas (8) e conseguir assim apoios para a sua "Constituição" (9).

**5.** Na sequência da repressão sangrenta da oposição (em que avulta o criminoso bombardeamento do Parlamento Russo), as "eleições" foram concebidas para rapidamente legitimar os poderes discricionários de Ieltsin e instaurar um novo sistema de poder ditatorial, visando tornar "irreversível" e acelerar o processo contra-revolucionário de restauração do capitalismo na Rússia. Um poder "forte", uma "ditadura iluminada" capaz de sufo-

car a resistência dos trabalhadores e do povo russo ao brutal desmantelamento da suas conquistas sociais e a transformação da Rússia num país dependente do imperialismo e numa imensa reserva da política de exploração do grande capital transnacional. Em que medida um tal resultado foi alcançado é questão a que não é ainda possível responder.

Entretanto, no campo ieltsiniano parece reinar a surpresa e a confusão. Embora não deva de modo algum subestimar-se nem o poder de que dispõe, nem a sua capacidade de recomposição, a verdade é que se desenvolvem já processos de ajuste de contas. Estalam conflitos e trocam-se acusações entre homens-chave que estiveram unidos unha com carne na aplicação dos ditames do FMI e no esmagamento sangrento da oposição no Parlamento Russo. Estrelas da nova classe de capitalistas em ascensão, como Yavlinski, que segundo a generalidade



## Autárquicas/93 na Imprensa

## No fim de contas...

Os laivos vermelhos, que o azul e branco da CDU esconde, continuaram a decorar o País, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo. A Coligação Democrática Unitária conseguiu resistir às investidas dos adversários políticos em quase todas as câmaras que detinha no País.

A prestação da CDU foi melhor do que esperavam muitos analistas. A coligação liderada pelos comunistas aguentou-se não só em votação global como conservou o essencial das suas câmaras. Em alguns locais tremeu, acoçada pelos socialistas, mas ainda conseguiu ir retirar algumas autarquias aos seus adversários. A votação da CDU nestas eleições foi também muito melhor do que a registada nas últimas legislativas, reforçando a ideia de que os comunistas conseguem regularmente melhores resultados nas autárquicas (...)

Nesta batalha muito especial de saber apresentar bons candidatos, a CDU continua a saber o que faz, só assim se justificando a enorme resistência do partido nas suas zonas de influência.

«Público»,  
13 de Dezembro

«Diário de Notícias»,  
14 de Dezembro

Resolução do CC  
O 20.º aniversário  
da Revolução  
de Abril

Avante!  
Proletários de todos os países UNI-VOS  
Comitê Central do Partido Comunista de Portugal

DERROTA DO GOVERNO, VITÓRIA DEMOCRÁTICA

## Mais de 700 mil votos na CDU

A CDU obteve 704 916 votos (13,04%) para as Assembleias Municipais, 689 695 (12,76%) para as Câmaras e 713 775 (13,25%) para as Assembleias de Freguesia, sem contar com os seus votos incluídos na votação da coligação «Com Lisboa» (200 822 votos para a Câmara). Igualmente sem contar com os resultados na capital, onde «Com Lisboa» elegeu onze vereadores (cinco da CDU) e conquistou 52 das 53 freguesias (25 de presidência CDU), a coligação liderada pelo PCP conquistou 49 Câmaras (35 com maioria absoluta), mantendo nomeadamente as 11 maiorias de que dispunha na Área Metropolitana de Lisboa. A CDU conquistou 316 freguesias (217 com maioria absoluta) e elegeu mais de 4000 autarcas em todo o País.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL

## Um terço do território...

A CDU vai continuar a liderar a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Apesar do susto que o socialista António Costa lhe pregou em Loures, a coligação dirigida pelo PCP acabou por ganhar nos mesmos 11 concelhos de há quatro anos — Loures, Amadora, Vila Franca de Xira, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra.

Os resultados permitem à CDU continuar a poder designar o nome do presidente da Junta Metropolitana, cargo que tem sido ocupado por Daniel Branco, edil de Vila Franca de Xira.

«Público»,  
13 de Dezembro

do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) contribuíram para compensar alguns insucessos significativos registados nas zonas de Beja e Portalegre.

Notável foi o êxito obtido no distrito de Évora, onde a CDU recuperou Estremoz e Viana do Alentejo e apenas cedeu Mourão para os socialistas, tendo de forma geral reforçado as suas posições nos municípios que já dominava, com particular destaque para o reforço de votação obtido por Abílio Fernandes na capital de distrito. O facto deve-se mais à qualidade dos seus autarcas e «ao demérito dos seus adversários» conforme o

reconheceu a organização regional do partido — do que propriamente à força da sua implantação no terreno, a qual diminuiu a olhos vistos nos últimos quatro anos.

José Frota,  
«Expresso», 18 de Dezembro

Em Beja, capital do distrito e praça forte da CDU na região, a festa cor-de-rosa se viu comprometida: os comunistas conseguiram, contra sondagens e expectativas, renovar não só a presidência da Câmara, como a maioria. E o coração do Baixo Alentejo mostrou que continua vermelho.

«Público»,  
13 de Dezembro

## ... na lista dos vencedores

Carlos Carvalhas — Com o apoio de Álvaro Cunhal, conseguiu passar a sua primeira prova eleitoral como sucessor. Uma vez mais, o PCP resistiu aos ventos da História e, mesmo, à tentação do voto útil no PS. A CDU conseguiu manter uma votação nacional idêntica à das legislativas de 1991. Deverá manter também o mesmo número de câmaras no país. Salvou Beja e Loures. Conseguiu manter Almada e Amadora. É certo, porém, que a coligação terá de enfrentar uma persistente tendência para escoar eleitorado urbano, fundamentalmente a favor do PS. Carvalhas pôde, ontem, certamente, suspirar de alívio.

Carreira Marques — Acabou por vencer, mas esteve quase a dar ao PS saborosa vitória de retirar ao PCP um dos seus lugares míticos. Conseguiu, no entanto, manter a presidência da Câmara de Beja, com uma diferença de dez pontos sobre o candidato socialista e o mesmo número de mandatos deste último (três para cada um).

Com um pé do lado dos «críticos» e outro do lado da ortodoxia, enfrentou em Beja o «duro» António Murteira, ameaçando não se candidatar. A amizade por Carvalhas venceu-o. Ganhou esta batalha, mas viu a sua guerra pela Câmara razoavelmente boicotada pelo aparelho (...)

Público, 13 de Dezembro

Maria Emília de Sousa — É a segunda vez que Maria Emília de Sousa é eleita presidente desta câmara, pela CDU. Com 48 anos, bancária, casada, uma filha, tem estado à frente da autarquia desde 1989, cumprindo um mandato nem sempre pacífico. Teve dificuldades em gerir o município sem maioria — maioria agora reconquistada — e foi alvo de um inquérito por promoção indevida de duas funcionárias militantes do PCP. Defende a continuação do trabalho desenvolvido, dando destaque à juventude, à infância, aos mais idosos e à mulher, e diz pretender converter Almada num pólo regional de desenvolvimento económico e de bem-estar social.

Orlando de Almeida — Presidente da Câmara da Amadora desde que o concelho foi criado em 1980, o agrónomo Orlando de Almeida gozou antecorona, aos 50 anos, a sua mais saborosa vitória. Contrariando sondagens resistindo a ataques, conseguiu segurar um

símbolo do PCP, aumentar a sua votação em quase dois mil votos — ainda que perdendo 1,5 por cento pontos percentuais — e ultrapassar Armando Vara em 4943 votos.

Público, 14 de Dezembro

Abílio Fernandes — Não só conseguiu manter a maioria absoluta com que governa o concelho de Évora desde os alvares da democracia, como a reforçou com mais um vereador, fazendo jus à sua condição de «dinossauro» do Poder Local. A proeza é tanto mais notável quanto é certo que Évora foi o único concelho em todo o distrito onde a CDU aumentou a sua votação. (FM)

Demétrio Alves — O presidente comunista da Câmara de Loures passou, no domingo, por todas as fases da lua. Chegou a ser dado como derrotado, cresceu lentamente e acabou por sair vencedor ainda que por escassos 1722 votos sobre o socialista António Costa. Depois de conseguir para as cores do PCP/PEV quase mais 5000 votos do que em 1989, Demétrio não esperaria passar por tamanha susto, mas no final o «sofredor» virou herói ao manter na posse do PCP um dos grandes bastiões dos comunistas. (JMM)

«Expresso/Revista»,  
18 de Dezembro

Ao contrário da maioria das previsões, a CDU resistiu bem no Alentejo, onde, no cômputo geral, apenas perdeu uma Câmara (passou de 29 para 28 em 47 municípios). Os bons resultados obtidos no distrito e nos quatro concelhos do Litoral (Alcácer

Comunistas resistem no Alentejo

PS rejeita aliança com o PCP em 95

A ideia de uma maioria de esquerda saiu reforçada das eleições: Mas Guterres apressou-se a desfazer as expectativas

A UNIÃO FAZ A ESQUERDA

A tentação de uma aliança de esquerda Baralhar e dar de novo

## Evidências, surpresas e azedumes

O PCP resiste e obtém uma votação que limita a estratégia à esquerda. Por muito que queiram, o PS não tem espaço de manobra para iniciar um processo de aglutinação dos votos comunistas, com ensaios para uma frente comum que se fosse diluindo pela osmose da erosão do tempo. Se os socialistas tivessem abalado a trincheira comunista, Guterres poderia — e deveria — pensar, desde já, numa aliança em que o parceiro surgisse à opinião pública como o moribundo com o destino traçado pela história. Também aqui, a questão foi adiada.

Raúl Vaz, «Público»,  
18 de Dezembro

O PS não esmagou o PC, como era fundamental que acontecesse para se poder representar como o único representante da esquerda, o

herdeiro dos destroços do estalinismo. E não conseguiu causar nenhum dano sensível no eleitorado do PSD, em termos de se poder acreditar que a massa flutuante dos eleitores do centro — os que decidem as eleições — estará a fim de se desviar do centro-direita para o centro-esquerda.

Miguel Sousa Tavres,  
«Público», 17 de Dezembro

Quanto ao PCP, apesar de já não dispor de recursos e da juventude que foram a principal força de uma organização que chegou a ser incomparável, resistiu com firmeza e mostrou ser, por agora pelo menos, imprescindível à esquerda.

Se a esquerda tiver vontade de poder. Com estas eleições iniciou-se o ciclo que passará pelas europeias, legislativas e presidenciais.

Ganhá-lo-á quem não for autista.

Victor Cunha Rego, «Diário de Notícias», 15 de Dezembro

Só que, também no domingo, o PS perdeu o que não dependia do PS. À sua direita, o cavaquismo resistiu. À sua esquerda, os comunistas são um produto incontornável de fé e fidelidade. Avançando, o PS viu o dilema no horizonte: para vencer o PSD precisa do PCP mas se o PCP se aproxima do poder o PS não chega lá. Todas as vitórias têm um senão.

Paulo Portas, «Independente»,  
17 de Dezembro

Os socialistas esperavam crescer eleitoralmente tanto à sua esquerda como à sua direita. Chamando a si mais uma parcela do eleitorado do PCP, Guterres tornaria claro

que o seu partido não precisaria de uma arriscada aliança com os comunistas para se apresentar como alternativa de Governo credível aos olhos dos portugueses. E conseguiria confirmar politicamente que o PCP é um «partido do passado» em esvaziamento gradual quer de influência, quer de peso eleitoral no seio da esquerda. Guterres viu gorar-se este objectivo de solidez do voto autárquico do PCP. E acabou a noite eleitoral a falar da convocação, a prazo, de uns enigmáticos «Estados Gerais para uma Nova Maioria», iniciativa que só teria algum sentido com a participação, improvável, dos comunistas.

José António Lima, «Expresso/Revista», 18 de Dezembro

Toda a estratégia de António Guterres baseava-se em subida do CDS e descida

do PCP. A subida do CDS «entalava» o PSD à direita, a subida do PCP dava a vitalidade eleitoral que permitiria ao PS, sozinho, avançar para uma alternativa maioritária.

O CDS não subiu, caiu. Isto é, Cavaco Silva continua a ter penetração na direita. Por outro lado, o PCP não desceu e o apelo de António Guterres — «continuem entretidos com as vossas áreas de influência tradicional, não nos impeçam de ser maioria sozinhos» — é um apelo lancinate. Como se algum partido ficasse entretido em ser «pequenino» e em não jogar a força que pode ter em termos eleitorais.

Marcelo Rebelo de Sousa,  
«Diário de Notícias», 20 de Dezembro

O PCP consegue «governar-se» dentro do leque bastante flexível com que costu-

ma interpretar as suas «performances» eleitorais e, neste caso, mantendo o mesmo número de câmaras que detinha nas eleições de 1989.

Vicente Jorge Silva, «Público»,  
13 de Dezembro

O PC — O PC resistiu ao geral desprestígio do comunismo e ao ataque do PS e conservou, com alguma dificuldade, o seu pequeno património de votos e de câmaras. Mas não cresceu, apesar do desemprego e da recessão. Pelo contrário, diminuiu um pouco. Sobreviver conta. Sobreviver sem mais, mostra apenas que o PC se tornou numa ruína tenaz. Atravanca o caminho do PS e não pode esperar nada para si.

Vasco Pulido Valente,  
«Independente», 17 de Dezembro

**Swante!** O 20.º aniversário da Revolução de Abril

**DERROTA DO GOVERNO, VITÓRIA DEMOCRÁTICA**

# Mais de 700 mil votos na CDU

A CDU obteve 704 916 votos (23,04%) para as Assembleias Municipais, 689 695 (12,76%) para as Câmaras e 713 775 (13,25%) para as Assembleias de Freguesia, sem contar com os seus votos para as Assembleias de Coligação «Com Lisboa» (200 822 votos para a «Ámara»). Igualmente sem contar com os resultados na capital, onde «Com Lisboa» elegeu onze vereadores (cinco da CDU e seis do PCP) e conquistou 49 Câmaras (35 com maioria absoluta), mantendo nomeadamente as 11 maiorias de distrito que dispunha na Área Metropolitana de Lisboa. A CDU conquistou 316 freguesias (217 com maioria absoluta) e elegeu mais de 4000 autarcas em todo o País.

**RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL**

A CDU mantém profundamente dividida a opinião pública, sobretudo em termos de apoio ao atual governo. A CDU mantém a sua posição de partido de oposição, mas com um crescimento notável em termos de apoio popular. A CDU mantém a sua posição de partido de oposição, mas com um crescimento notável em termos de apoio popular.

## Autárquicas na Imprensa

# A derrota das sondagens

Uma coisa, pelo menos, é clara: quem perdeu as eleições foram as sondagens (...)

Não é possível que este imenso poder, que é um poder informativo, continue a funcionar sem nenhum controlo, como se de um puro negócio de mercearia se tratasse, tendo como único limite a credibilidade dos clientes.

(Miguel Sousa Tavares — «Público», 17 de Dezembro)

As sondagens em sete dos mais significativos concelhos do país prenunciavam uma vitória esmagadora do PS no próximo dia 12 (...)

A confirmar-se, é um resultado esmagador que ensombra e anula mesmo os efeitos da remodelação governamental de Cavaco, remetendo ainda o PCP para um papel cada vez menos influente na cena política.

«Expresso», 4 de Dezembro

Carlos Carvalhas, o líder comunista, também comanda pela primeira vez o partido numas eleições, desde que é secretário-geral. Corre o risco de continuar a assistir a erosão do seu eleitorado, erosão essa que agora se pode traduzir na perda de câmaras importantes ameaçadas pelos socialistas, nomeadamente da emblemática Beja.

## «Está no papo, está no papo!»

É por isso que uma das grandes incógnitas destas eleições é ver quantas câmaras perde o PCP para o PS: que podem ser esses os municípios que dêem ao PS o somatório necessário para ficar à frente do PSD.

«Público», 12 de Dezembro

O primeiro dia em Mértola, Beja, bem como a manhã seguinte em Mourão foram pouco mobilizadores e adensados algumas sombras de dúvida sobre a capacidade do PCP para resistir à fuga de votos e ao traquear da militância. No entanto, bastaria o histórico, os comunistas sentem já, nestas autárquicas, a ameaça de perderem a presidência de algumas das suas autarquias mais simbólicas.

(...) no ar continuou a pairar o desconforto provocado pela ameaça da vitória socialista. (...)

E se é possível prever que o triunfo de Abílio Fernandes se venha a soldar por números inferiores ao inicialmente admitido, não parece que a maioria absoluta, no entanto, chegue a ser posta em causa.

José Frota, «Expresso», 4 de Dezembro

A hora é de cerrar fileiras no PCP, de limitar o número de derrotas concelhias, de evitar um acentuado esvaziamento de votantes. (...)

E uma tendência de difícil inversão, que acompanha a crise internacional dos comunistas e o crescente isolamento político do PCP. (...)

E, nestas eleições, bastiões antes inexpugnáveis como Beja, Loures, Amadora ou Almada já surgem, nas sondagens (e nas preocupações da direcção comunista, não obstante os desmentidos e profissões de fé), como pontos vulneráveis ao avanço socialista.

José António Lima, «Expresso», 10 de Dezembro

Aníbal Lobo Xavier, deputado do CDS, prevê «derrota estrondosa» para os lanarajas (nem sequer o maior número de Câmaras) e a consolidação do PS.

## Independente / Cascais

Resultados de sondagens Universidade Católica publicadas a 26 de Novembro

|               |        |       |       |
|---------------|--------|-------|-------|
| EDITE ESTRELA | PS     | 27,3% | ☞☞☞   |
| RUI SILVA     | PSD    | 16,1% | ☞☞    |
| LINO PAULO    | CDU    | 13,5% | ☞☞    |
| CARLOS MACEDO | CDS/PP | 1,9%  | ☞     |
| BRANCOS       |        | 4,1%  | ☞     |
| INDECISOS     |        | 37,1% | ☞☞☞☞☞ |

Sintra

|                    |        |       |       |
|--------------------|--------|-------|-------|
| JOSÉ LUÍS JUDAS    | PS     | 21,3% | ☞☞    |
| NUNES DE CARVALHO  | PSD    | 20,1% | ☞☞    |
| JOSÉ HORTA E COSTA | CDS/PP | 9,0%  | ☞     |
| CARLOS SOTA        | CDU    | 4,1%  | ☞     |
| BRANCOS            |        | 7,1%  | ☞     |
| INDECISOS          |        | 38,5% | ☞☞☞☞☞ |

## Público / Porto

Resultados de sondagens Euroteste publicadas a 4 de Dezembro

**sondagem**

### Gomes com maioria esmagadora

|    |      |     |      |     |     |     |     |
|----|------|-----|------|-----|-----|-----|-----|
| PS | 62,7 | PSD | 14,3 | CDU | 5,8 | CDS | 2,9 |
|----|------|-----|------|-----|-----|-----|-----|

**sondagem**

### A incógnita dos indecisos

|    |      |     |      |     |    |        |     |
|----|------|-----|------|-----|----|--------|-----|
| PS | 27,3 | PSD | 18,3 | CDU | 18 | CDS-PP | 2,1 |
|----|------|-----|------|-----|----|--------|-----|

## Semanário

Resultados de sondagens TLT Iberphone, publicadas a 10 de Dezembro

Autárquicas (a nível nacional):

|           |        |
|-----------|--------|
| PS        | 46/52% |
| PSD       | 26/31% |
| CDU       | 8/11%  |
| CDS       | 7/9%   |
| Outros    | 2/4%   |
| Abstenção | 38/42% |

**A mão e a palmatória**

A coligação preferida

|     |       |
|-----|-------|
| PS  | 33,1% |
| PSD | 32,6% |
| CDU | 16,9% |

Legislativas

|     |       |
|-----|-------|
| PS  | 34,2% |
| PSD | 32,9% |
| CDU | 7,6%  |
| CDS | 3,7%  |

Coligação ou maioria absoluta? ... 37,8%

Majoria absoluta ... 34,4%

Coligação ... 34,4%

Dissolução do Parlamento?

|           |       |
|-----------|-------|
| Não       | 43,6% |
| Sim       | 33,4% |
| Indecisos | 19,6% |

|                                     |          |          |          |        |       |
|-------------------------------------|----------|----------|----------|--------|-------|
| BEJA                                | CDU      | PS       | PSD      | CDS/PP | Abst. |
| Autárquicas 89 (Vereadores Eleitos) | 42,8 (4) | 29,7 (2) | 16,5 (1) | 4,5    | 41,3  |
| Legislativas 91                     | 30,3     | 29,4     | 2,3      | 31,0   |       |

participação em executivos municipais;

« a CDU confirmará o decréscimo do seu peso eleitoral.

Para José Lamego, responsável pelas relações internacionais do PS, «the day after» não soa a hecatombe. «The day after» a pergunta tem um sabor qualquer a presentimento de hecatombe. (...)

O PCP: é um facto relativamente inesperado — até porque existem sintomas de agudização da situação social —, mas pressinto que o PC venha a averbar perdas de extensão considerável. O PC é hoje (quase) um partido como os outros, normal até à banalidade... O voto comunista é um misto de rejeição e de memória, mas a rejeição é impotente e a memória vai perdendo referências.

«Semanário», 10 de Dezembro

«Diário de Notícias», 11 de Dezembro

Significativa, por outro lado, é a hipótese de triunfo socialista em Beja, uma praça-forte do PCP, no seu bastião do Alentejo. Assiste-se, aliás, a um esvaziamento eleitoral dos comunistas em todo o país, mais acentuado nas zonas urbanas, que poderá fazer mesmo cair algumas câmaras consideradas seguras na Área Metropolitana de Lisboa.

«Expresso», 4 de Dezembro

A CDU pretende provar nestas autárquicas que não está condenada a um declínio eleitoral irreversível e que os efeitos psicológicos da derrocada do mundo comunista no seu eleitorado tradicional já foram em grande parte ultrapassados.

## Uma derrota saborosa

TURBULENÇA NO BASTIÃO DO ALENTEJO

## Os resultados saídos das urnas

|                  |             |             |             |            |
|------------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Beja             | CDU: 45,97% | PS: 35,70%  | PSD: 12,23% | CDS: 2,34% |
| Cascais          | PS: 43,18%  | PSD: 28,63% | CDU: 13,15% | CDS: 9,95% |
| Gondomar         | PSD: 42,98% | PS: 42,03%  | CDU: 8,53%  | CDS: 2,28% |
| Loures           | CDU: 34,77% | PS: 33,68%  | PSD: 21,58% | CDS: 3,94% |
| Porto            | PS: 59,64%  | PSD: 25,56% | CDU: 7,16%  | CDS: 4,83% |
| Sintra           | PS: 34,60%  | CDU: 28,81% | PSD: 27,08% | CDS: 3,68% |
| V. N. de Gaia    | PS: 44,12%  | PSD: 36,49% | CDU: 11,52% | CDS: 5,07% |
| A nível nacional | PS: 36,06%  | PSD: 33,70% | CDU: 12,76% | CDS: 8,46% |

(para as Câmaras Municipais, não contando os votos da coligação Com Lisboa)

## Visão

Resultados da CDU, segundo sondagens-barómetro Euroteste publicadas a 2 de Dezembro

|               |       |
|---------------|-------|
| Cascais       | 6,3%  |
| Loures        | 19,3% |
| Sintra        | 13,4% |
| Gondomar      | 2,1%  |
| V. N. de Gaia | 3,0%  |

## Expresso / Sintra

Resultados de sondagens Euroexpansão publicadas a 4 de Dezembro

**SINTRA** Edite quase 'star'

|               |       |                 |       |
|---------------|-------|-----------------|-------|
| Edite Estrela | 34,5% | Rui Silva       | 22,1% |
| Lino Paulo    | 15,5% | Nuno C. Pereira | 2,2%  |
| Carlos Macedo | 1,5%  | Sérgio Azevedo  | 0,2%  |

Edite Estrela parece ter a vitória garantida.

## Beja

Praça-forte comunista pode cair nas mãos do PS

|                |       |                  |       |              |       |              |      |
|----------------|-------|------------------|-------|--------------|-------|--------------|------|
| Manuel Massano | 36,2% | Carreira Marques | 35,0% | José Quirino | 11,9% | Diogo Sobral | 3,4% |
|----------------|-------|------------------|-------|--------------|-------|--------------|------|

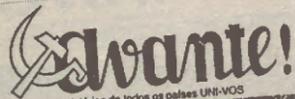
BEJA poderá transformar-se numa das grandes surpresas destas eleições autárquicas, a confirmar-se a tendência revelada nesta sondagem de ligeira supremacia do Partido Socialista sobre a CDU.

A situação é, neste momento, de empate técnico (36,2% para os socialistas, 35% para os comunistas e 10,2% de eleitores ainda indecisos), mas só a hipótese de o PCP perder a capital de distrito de um dos seus bastiões de sempre converte-se num facto político de considerável dimensão.

Apesar das dissensões e divisões que não têm poupador sequer os comunistas alentejanos, o actual presidente da Câmara, José Carreira Marques, é considerado um dos bons autarcas do PCP.

Assim sendo, a eventualidade de perder para o PS a praça-forte de Beja (recorde-se que o PCP conseguiu maioria absoluta há quatro anos, com 42,8% e o PS se quedou com 29,7%) poderá indicar que, além da sangria de votos que se adivinha nas grandes cidades, também nas zonas rurais onde sempre dominou o partido de Álvaro Cunhal irá apresentar brechas de vulto na sua antiga hegemonia.

Os candidatos do PSD e do CDS/PP, José Quirino e Diogo Sobral, encontram-se pouco abaixo dos resultados obtidos em 89 e com percentagens que reflectem a situação de voto livre.



Resolução do CC  
O 20.º aniversário  
da Revolução  
de Abril

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS  
O 20.º aniversário da Revolução de Abril

# Mais de 700 mil votos na CDU

A CDU obteve 704 916 votos (13,04%) para as Assembleias Municipais, 689 695 (12,76%) para as Câmaras e 713 775 (13,25%) para as Assembleias de Freguesia, sem contar com os seus votos para a coligação «Com Lisboa» (200 822 votos para a Câmara). Igualmente sem contar com os resultados na capital, onde «Com Câmara» elegeu onze vereadores (cinco da CDU e conquistou 52 das 53 freguesias (25 de presidência CDU), a coligação liderada pelo PCP conquistou 49 Câmaras (35 com maioria absoluta), mantendo nomeadamente as 11 maiorias de que dispunha na Área Metropolitana de Lisboa. A CDU conquistou 316 freguesias (217 com maioria absoluta) e elegeu mais de 4000 autarcas em todo o País.

### RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL

«As tentativas profissionais divulgadas, sobre as pessoas "cravadas" do PCP, sobre as eleições autárquicas como sendo as "decisões inelutáveis das comunistas", sobre a impossibilidade de o PCP para uma alternativa à política de direita, foram claramente derrotadas.»

# Autárquicas/93 na Imprensa Que fazer com estes votos?

• Antes e depois das europeias, já o PS e o PC tiveram de encarar novamente o problema das listas conjuntas de esquerda. Esperemos que, desta vez, seja a última. Será a única alteração importante da vida política portuguesa. Será a única maneira de pôr termo ao seguro de vida da direita.

António Barreto, «Público», 12 de Dezembro

• O PS precisa de resolver o problema do PCP,

reduzindo-o à esquerda ao papel que tem o CDS à direita. Tem tentado desesperadamente fazê-lo sem o conseguir. Constâncio promoveu uma Convenção de Esquerda Democrática e ficou-se pelos «pintasilguistas», Sampaio tentou engolir os comunistas nas urnas e em Lisboa. Acabou por reforçar-lhes o papel na gestão do principal município do País, onde hoje têm quase tantos vereadores como o PS. Guterres, cujo modelo político enunciado é Cavaco Silva, tentou fazê-lo com um «PS sozinho», mais moderado à direita, que impressionasse o PCP com o número dos seus votos. Como não teve os votos suficientes para impressionar o PCP, tudo continua na mesma.

O PS não conseguiu varrer o PCP, nem o conseguirá a prazo útil. Nestas circunstâncias, o que fica na ordem do dia, após as eleições, é a questão das alianças à esquerda.

Pacheco Pereira, «Expresso», 18 de Dezembro

• Que os eleitores já não receiam os comunistas em se tratando de um executivo camarário, poderá ser óbvio; julgar que eles vão agir da mesma forma quando se tratar de um executivo nacional, é de certeza raciocinar ao arrepio de toda a experiência eleitoral dos últimos quinze anos e menosprezar a capacidade

de discernimento dos cidadãos. Além de que, facto não menos importante, a história mostrou que os ditos receios eram fundados, ao contrário do que parece deduzir-se de certas apologias da aliança de esquerda, onde eles são agora apresentados quase como se fossem fantasmas de um anticomunismo que o tempo teria, entretanto, curado.

A verdade é que os socialistas, sem uma tal coligação, vão ter dificuldade em chegar ao poder nos tempos mais próximos. E de tal maneira isto é evidente que até já se passou a imaginar que o contrário seria automaticamente verdade, isto é, que uma aliança com os comunistas transformaria as próximas eleições legislativas num passeio do PS em direcção à sede do Governo. Entretanto, o PC mantém-se na expectativa. No fundo, sabe que entre os socialistas a vontade é muita e já os viu mais longe da maçã proibida.

Diogo Pires Aurélio, 15 de Dezembro

• Quem sempre viveu a liberdade como se ela fosse o próprio coração, respeitando os credos e as políticas de todos os outros, compreende a rejeição do PCP pelo PS. Mas não a pode aceitar. Porque ela é reaccionária e é errada.

(...)  
Se a oposição continuar como é, e como anda, registará em 95 um bom score — o suficiente para pensar que pode ser poder uma década mais tarde!

Uma década não é muito se pensarmos a longo prazo. Mas, como Lord Keynes disse, a longo prazo estaremos todos mortos.

Victor Cunha Rego, «Diário de Notícias», 20 de Dezembro

• «Derrotando a estratégia da campanha bipolarizadora promovida pelo PS, os resultados eleitorais vieram demonstrar, mais uma vez, que a alternativa democrática só pode assentar na convergência das forças democráticas e que não há alternativa credível ao PSD e à direita sem a participação do PCP.»

(...)  
«Aliás, as votações registadas a nível nacional não deixam margem para dúvidas: as forças democráticas (CDU, PS e Coligação «Com Lisboa») obtiveram, no seu conjunto, a maioria absoluta de votos no País (52,5%), ultrapassando em mais de 10 pontos percentuais o conjunto dos votos obtidos pelo PSD e CDS!»

Resolução do Comité Central do PCP, 14 de Dezembro

# Orgulhosamente sós

• Se as críticas ao PSD chegam com grande naturalidade, as referências ao PCP sofrem de alguns cuidados. Segundo se percebe, Guterres nutre uma particular estima «pelos verdadeiros comunistas» — Judas deve ser a excepção que confirma a regra — e é assim «com todo o respeito» que lhe merecem as suas ideias que se sente obrigado a dizer-lhes que «os projectos deles morreram». Não se percebe muito bem que tipo de respeito se sente por um modelo «que faliu em todo o mundo», mas o eleitorado de esquerda merece este género de malabarismos. Na hora do arranque, a alternativa PS conta com os votos dos comunistas. Principalmente, no Alentejo, onde o PCP ainda domina.

«Independente», 19 de Novembro

• O secretário-geral do PS avisou anteontem à noite os dirigentes do seu partido, reunidos em Comissão Política, que era «uma pura perda de tempo» querer discutir alianças com o PCP. Apesar de os resultados das autárquicas terem suscitado, logo nos primeiros comentários de vários dirigentes e analistas políticos, a questão da aliança PS-PCP como única forma de afastar o PSD do Governo, a hipótese de uma coligação com os comunistas está totalmente excluída dos propósitos de Guterres.

O líder socialista garantiu na reunião, e reafirmou posteriormente ao «Expresso», estar tomada a decisão de o partido «governar sozinho o país».

(...)  
Mas os que já no passado recente tinham pugnado por outras coligações com o PCP, para além da que governa Lisboa, insistem nessa via, considerando-a «a única capaz» de afastar o partido «laranja» do poder. E citam o exemplo da França, em 1981. A «mágoa» resulta, sobretudo, do facto de o entendimento, a conseguir fazer-se ainda, como alguns esperam, ocorrer

em pior situação que antes, já que o PCP saiu reforçado das eleições de domingo.

(...)  
A disputa sobre a presidência da Junta Metropolitana de Lisboa, até aqui confiada ao comunista Daniel Branco, será um dos primeiros temas da discórdia. Os socialistas, que conquistaram mais votos e câmaras mais importantes que o PCP, querem Sampaio no cargo. Mas os comunistas, no poder em 11 das 18 autarquias dos distritos de Lisboa e Setúbal que formam a área metropolitana, não estão pelos ajustes.

Orlando Raimundo, «Expresso», 18 de Dezembro

• O Ind — Estas eleições põem um problema ao PS: como resolver uma questão chamada PCP. É a favor de uma coligação governamental com os comunistas?

F.G. — Evidentemente que penso que o Partido Socialista tem de concorrer sozinho nas eleições legislativas. O Eng. António Guterres é a alternativa e não faz nenhum sentido que, sendo o PS a alternativa, venha agora procurar fazer coligações ou definir estratégias conjuntas! O PS deve ser a alternativa. E a expressão que o PCP tem hoje na sociedade portuguesa remete-o claramente para a posição de um partido que não é alternativa de poder. O CDS idem — a sociedade portuguesa está claramente bipolarizada em termos políticos — e o PS tem de assumir de forma clara e sozinho que tem de ser a alternativa ao Governo de Cavaco Silva e é assim que tem de preparar as próximas legislativas.

Entrevista a Fernando Gomes, presidente da Câmara Municipal do Porto, «Independente», 17 de Dezembro

# Áreas e plataformas

• Os socialistas querem mesmo a presidência da Junta Metropolitana de Lisboa. E avançam com o candidato «natural», de nome Jorge Sampaio. O PCP acena com 11 câmaras em 18 e diz: «Devem estar loucos!» O PS prepara-se para bater com a porta à AML.

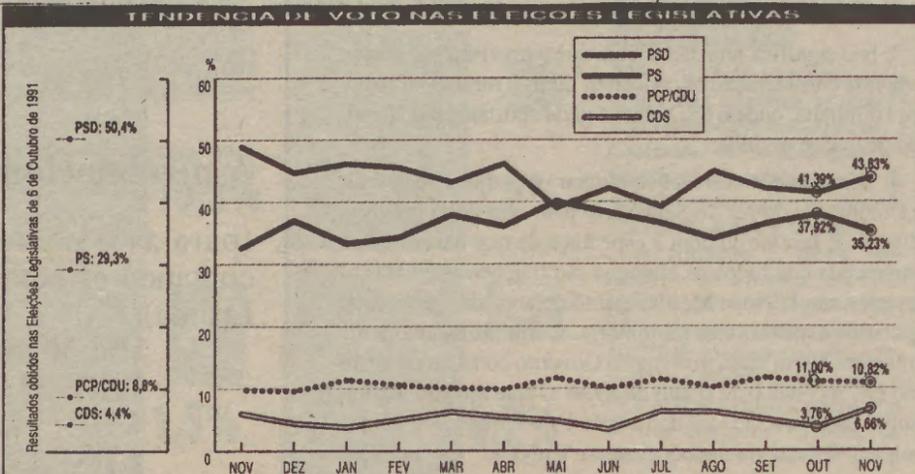
O PS vai mesmo entrar em «guerra» com o PCP, em Lisboa. Os novos autarcas socialistas reúnem-se hoje, para discutir a questão da presidência da Junta Metropolitana de Lisboa, o órgão executivo da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Entendem que Jorge Sampaio é o «presidente natural», pois — justificam — o PS obteve na AML as principais câmaras e um score

eleitoral muito superior ao PCP. E há mesmo quem defenda que, caso os comunistas não cedam nesta questão (e não vão ceder), o PS deve deixá-los a falar sozinhos.

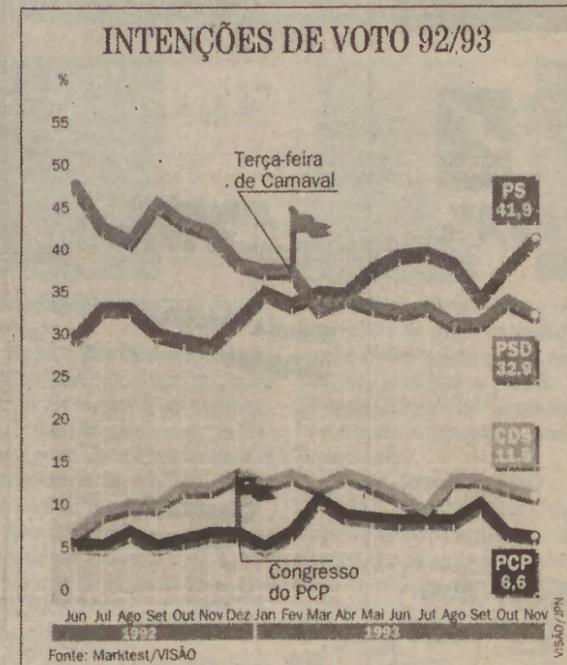
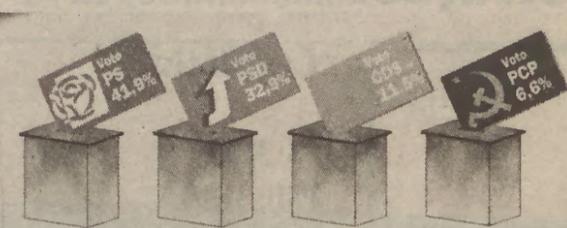
Paula Sá, «Diário de Notícias», 18 de Dezembro

• A Plataforma de Esquerda não perdeu tempo a rentabilizar os sucessos autárquicos. Está disponível para novos acordos com o PS nas europeias e legislativas. Acha que a mera coligação PS/PCP é uma «ilusão para a derrota». E Barros Moura aceita integrar as listas para Estrasburgo, com uma condição: um lugar «digno».

Ângela Silva, «Público», 20 de Dezembro

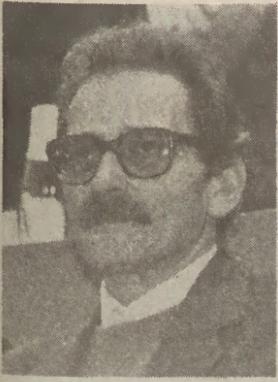


Sondagem Público-Norma publicada a 15 de Dezembro



Sondagem/barómetro Markttest/Visão, publicada a 16 de Dezembro

... e ei-las de novo: as sondagens!



**ALBANO NUNES**  
Membro da Comissão Política

O PCP continuará a desmascarar a hipocrisia de quantos persistam, contra a força dos factos, a qualificar de "democrático" um processo em que são espezinhados direitos, liberdades e garantias democráticas mais elementares.

dos comentadores se perfilava como alternativa a um Ieltsin crescentemente desacreditado, perderam brilho com os magros resultados alcançados nas "eleições".

No campo da oposição a situação está longe de clarificada e o processo de arrumação de forças longe de terminado.

Cada República e região tem os seus processos específicos; tudo indica que a manobra protagonizada por Chakrai, com a constituição do partido da Unidade e da Concórdia, não terá tido os resultados esperados pelo poder.

O comportamento das Forças Armadas, com comandos altamente depurados e objecto das maiores atenções por parte de Ieltsin e do imperialismo, e cada vez mais directamente envolvidas no processo político, é uma incógnita particularmente importante.

Entretanto, o imperialismo, talvez à falta de melhor alternativa, continua a apoiar Ieltsin e o processo por ele liderado.

Três dias antes das "eleições", Ieltsin deslocava-se a Bruxelas onde recebia um apoio político claro, obviamente concebido para influenciar o voto do povo russo "desiludido com o Ocidente". Em plena ressaca "eleitoral", o vice-Presidente dos EUA, Gore, esteve de visita a Moscovo (onde "reafirmou o pleno apoio da administração americana a Boris Ieltsin") e Fiodorov, o ministro das Finanças russo, reúne em Paris com os seus parceiros do G7. A de há muito programada visita de Bill Clinton à Rússia (logo após a importante cimeira da NATO de 10 de Janeiro) continua marcada e "ansiosamente esperada".

Será desta vez que a Rússia irá receber a tão prometida e nunca cumprida "chuva de dólares"? A "espécie de plano Marshall" tão pateticamente reclamada por V.J.S. (10) para amortecer o processo de espoliação do povo russo tem alguma hipótese de viabilidade? Veremos. Mas nada indica que tal seja possível e muito menos eficaz. E persistindo-se, como tudo indica que se persistirá, na tentativa de aplicar as receitas do FMI e acelerar as "refor-

mas" destruidoras, são inevitáveis novos e dramáticos desenvolvimentos da situação na Rússia.

Aconteça o que acontecer, o PCP estará como sempre solidário com os trabalhadores e o povo da Rússia, com os comunistas e outras forças democráticas e progressistas que resistem e lutam pelos seus interesses e direitos. Continuará a desmascarar a hipocrisia de quantos persistam, contra a força dos factos, a qualificar de "democrático" um processo em que são espezinhados direitos, liberdades e garantias democráticas mais elementares.

**6.** E continuará a denunciar a ingerência do imperialismo nos assuntos internos da Rússia, ingerência que é uma evidência cada vez mais inquietante. Orientada desde logo para a restauração do capitalismo e para a pilhagem dos imensos recursos humanos e materiais deste imenso país, mas visando algo mais a que deveremos estar particularmente atentos. Tal é o caso do reforço da NATO (e da UEO) e do seu alargamento para o leste da Europa, aliás reclamado pela generalidade dos regimes actuais no poder nesses países. Os perigos que tais pretensões comportam são muito grandes, incluindo no que respeita ao desenvolvimento de forças nacionalistas de extrema-direita eventualmente bem mais reais e ameaçadoras do que as que Jirinovski corporiza.

A luta contra a "nova ordem mundial" que o imperialismo pretende instaurar (e que passa também pelo combate à União Europeia dos monopólios e das grandes potências e à sua política de bloco imperialista) exige a mais ampla cooperação das forças democráticas, da paz e do progresso social e desde logo a mais estreita cooperação dos comunistas. O fortalecimento da solidariedade internacionalista e a concretização de iniciativas comuns ou convergentes das forças progressistas é uma tarefa central da hora presente.



**Notas**

(1) Os resultados finais não foram ainda oficialmente anunciados. Mas é praticamente unânime a opinião de que Ieltsin e os seus aliados sofreram uma pesada e inesperada derrota. Por exemplo, o jornal "El País" de 17/12 calcula que, num total de 450 lugares a "Opção da Rússia" ficará com 93 eleitos, o Partido Comunista da Federação Russa com 84, o Partido Liberal-Democrático de Jirinovski com 70 e o Partido Agrário com 57.

(2) Um documento distribuído pela Embaixada de Portugal em Moscovo afirma textualmente que "a vitória do projecto constitucional no referendo é o objectivo mais importante do Presidente Ieltsin em 12 de Dezembro".

(3) Embora sem comunicar quaisquer dados, nem mesmo uma estimativa global, o porta-voz de Ieltsin, V. Kostikov, anunciava 2,5 horas após o encerramento das urnas a "boa notícia": "A Constituição foi adoptada, vivemos num novo Estado democrático, com um novo poder democrático" ("Monde" de 14/12).

(4) Isto para além da mais que provável fraude do processo referendário e seu apuramento final. Ver, por exemplo, em "Le Monde" de 15/12 o artigo "Os mistérios de um escrutínio pouco ortodoxo".

O "DN" de 14/12 dá também úteis elementos de reflexão: "os 50 por cento de participação exigidos para a aprovação da lei fundamental só foram conseguidos no último momento e os cerca de 60 por cento dos "sins" calculados, depois de um reajustamento do número de eleitores recenseados, consignaram uma vitória amarga para o Presidente russo".

(5) Dois exemplos bastam para confirmar a importância do que efectivamente estava em jogo. A reacção dos EUA: "Boris Ieltsin ficou com uma base legal para avançar com a aprovação da nova Constituição" (Embaixador na Rússia, segundo o "Público" de 14/12); "ao adoptar a nova Constituição e ao eleger um novo Parlamento, o povo russo desembaraçou-se dos últimos vestígios do velho sistema soviético, que substituiu por instituições novas e legítimas" (Dee Myers, porta-voz da Casa Branca, segundo o "Humanité" de 15/12).

A reacção da França: a porta-voz do MNE francês, Catherine Colonna, "saúda a adopção de uma nova Constituição por via democrática... (que)... permite dotar o país de instituições estáveis que devem possibilitar o progresso económico e o prosseguimento do processo de reformas democráticas" ("Humanité" de 15/12).

O "Público" de 12/12 em comentário de J. Milhazes antecipava curiosamente tais reacções: "O sim ao projecto constitucional apresentado por Ieltsin será interpretado não só como o enterro do poder dos soviets comunistas, mas também como a opção por valores como a democracia, a propriedade privada, o capitalismo. Por isso é que o resultado do referendo é incomparavelmente mais importante que o das eleições parlamentares".

(6) O número oficial de mortos (147) não merece crédito de nenhum comentador sério e várias fontes fidedignas falam em cerca de 1500.

(7) Também nesta ingrata tarefa, o "Público" se destaca na sua edição de 14/12 quando face ao "perigo Jirinovski" diz que "Ieltsin se apresenta como o garante da democracia" ou defende a necessidade de um "acordo para travar o passo ao nacional-comunismo", enveredando uma vez mais pela aviltante amálgama "castanho-vermelha".

(8) "Tudo indica contudo que pelo menos num primeiro momento, a equipa presidencial jogou deliberadamente a carta Jirinovski, que permitiria retirar a vitória a adversários credíveis" ("Monde" de 14/12). "Com a preocupação de dividir a oposição e de enfraquecer aquilo que considera o seu principal inimigo, o partido comunista, o presidente russo favoreceu visivelmente num primeiro momento o inquietante partido liberal-democrata e o seu líder" ("Monde", de 16/12).

(9) "Isso significa que a única vitória de Ieltsin - a aprovação da Constituição - foi obtida graças aos votos de Jirinovski" ("La Stampa" de 15/12). Até J. Milhazes é forçado a reconhecer ("Público" de 16/12) que "a lei fundamental da Rússia só foi aprovada graças ao apoio de Jirinovski".

(10) No editorial do "Público" de 16/12, "Salvar a Rússia", V.J.S. reclama "uma espécie de Plano Marshall" e avança com uma muito insólita proclamação: "É necessária uma operação espectacular e incisiva, uma ponte aérea de ajuda fulminante (!!!) que possa proporcionar uma inversão rápida da marcha da Rússia para o abismo".

Em sentido semelhante, mas naturalmente com mais comedida linguagem, se pronuncia a generalidade dos dirigentes do mundo capitalista. Mas nem por isso deixam de condicionar a famosa "ajuda" à Rússia das conhecidas condições políticas. Como, por exemplo, Kinkel, o MNE da Alemanha, que na véspera da sua partida para Moscovo insistia em que o presidente russo "deve dar um sinal inequívoco em duas áreas-chave: as reformas económicas e a cooperação política com o resto da Europa" ("La Stampa" de 17/12). Em linguagem diplomática é bem sabido o que tais declarações significam.



Na Rússia do ano 93 (1)

## As eleições não foram nem justas nem livres

■ Miguel Urbano Rodrigues

Nove dias em Moscovo – cidade que visitara pela última vez em Abril de 91 antes da mudança de regime, a convite do Soviete Supremo – produziram em mim um choque de contornos e ondas tão diferenciados que, transcorridas duas semanas, me é ainda difícil estabelecer a fronteira entre o fundamental e o acessório, no espectáculo simultaneamente trágico e grotesco do quotidiano russo.

Foi fácil, em contrapartida, o cumprimento da missão de observador internacional como membro da delegação portuguesa que acompanhou a jornada eleitoral do 12 de Dezembro. E foi fácil porque a manipulação do processo eleitoral e a fraude eram inocultáveis, apresentando características transparentes.

Neste artigo, tento esboçar o quadro que envolveu as eleições e o referendo constitucional tal como o cãptei como observador estrangeiro numa semana densíssima em que mantive encontros com dirigentes dos principais partidos políticos.

Num segundo e último artigo, mais subjectivo, procurarei transmitir o que vi e senti em Moscovo fisicamente familiar mas social e humanamente irreconhecível, capital de um país onde o Estado socialista se destruiu, mas no qual os esforços desenvolvidos pelos detentores do Poder para a instauração do capitalismo somente produziram até agora violência, miséria, corrupção, mafias, uma classe de milionários arrogantes e uma espantosa desordem.

No item das conclusões do Questionário do Centro de União Europeia que preenchi em Moscovo, como observador internacional indicado pelo PCP, declarei que, na minha opinião, as eleições da Federação Russa não foram justas nem livres.

A jornada eleitoral de 12 de Dezembro ficou assinalada por incontáveis e graves violações da Lei Eleitoral. Mas, conforme tive a oportunidade de salientar na reunião final dos observadores estrangeiros, realizada na Embaixada da França, o mais chocante no processo manipulatório das eleições russas não foi, entretanto, o conjunto de fraudes, erros, e actos de abuso de poder cometidos no dia 12 e nos seguintes, em toda a vastidão do território.

Uma eleição, para ser democrática, exige uma atmosfera, uma legalidade institucional, imparcialidade e comportamento ético da parte do Governo – requisitos que estiveram ausentes.

O grande circo das eleições russas foi montado pelos detentores do Poder de maneira viciosa. As regras do jogo, concebidas pelo Presidente Boris Ieltsin e pelo seu grupo de assessores, não nasceram da discussão democrática. O Governo recorreu a uma chuva de decretos para as impor. Logo à partida, a simultaneidade do referendo constitucional e das eleições para as suas Câmaras do futuro Parlamento conferiu carácter de ilegitimidade aos resultados da consulta popular. Fez das eleições uma farsa.

Afirmei isso antes da jornada do dia 12 no encontro dos observadores com Egor Gaidar, o vice-primeiro ministro, líder do bloco da «Opção da Rússia», então apontado nas sondagens como o grande favorito. Disse-lhe não ter conhecimento na História de situação comparável à russa: a eleição de um Parlamento criado e estruturado pelos dispositivos de uma Constituição fantasma, que não existia, pois o seu projecto iria ser submetido a referendo na mesma jornada em que o povo era chamado a eleger os seus representantes no Legislativo. O arbítrio ganhava ainda mais transparência porque o Presidente da Federação submetia ao eleitorado apenas o seu projecto de Constituição, engavetando dois outros: o texto elaborado pelo último Parlamento e outro, da iniciativa do Partido Comunista Operário da Rússia, que recolhera mais de um milhão e duzentas mil assinaturas.

Dois opções do Poder Central também contribuíram nas vésperas das eleições para fazer delas uma caricatura de consulta popular democrática.

O projecto de Constituição oficial, redigido por comissões nomeadas *ad hoc* por Ieltsin, somente foi tornado público quatro semanas antes das eleições. A tiragem foi mínima para um país com quase 150 milhões de habitantes. Não houve debates na televisão e na rádio sobre o texto e o governo tentou proibir as críticas ao mesmo. O vice-ministro Vladimir Chumeiko requereu mesmo à Comissão Eleitoral que excluísse da participação eleitoral o Partido Comunista da Federação Russa por insistir em debates e críticas sobre a Constituição.

O povo russo foi convidado assim a sufragar um projecto de texto constitucional intocável cujo conteúdo desconhecia. Um texto tão labiríntico e cheio de alçapões que, entre outras novidades, reduz a duração do ensino obrigatório gratuito para nove anos.

Gaidar meteu os pés pelas mãos nas respostas às questões que lhe colocaram alguns observadores. Às minhas respondeu mentindo. Guardo na memória, nítidos, pormenores da cena. Eu via pela primeira vez aquele político roliço e inseguro – o homem de confiança dos EUA – e não podia esquecer que havia conhecido o pai, Timur Gaidar, em Kabul, em 1980. Ex-oficial do Exército, Timur batera-se na guerra contra a Whermach nazi e era então correspondente do «Pravda» no Afeganistão. Não conseguia também esquecer que Egar Gaidar da «Opção da Rússia» de Ieltsin é neto de Arcadi Gaidar, o grande poeta revolucionário, herói de Outubro de 1917...

### A Lei Eleitoral de Ieltsin

Outra forma de intervenção do Governo que feriu de morte a legalidade do processo foi paradoxalmente a própria Lei Eleitoral. Elaborada para servir os interesses do Poder, foi alterada muitas vezes nas últimas semanas. O escândalo assumiu tais proporções que já ninguém sabia qual o conteúdo exacto da lei. Um dirigente do Partido Comunista da Federação Russa perguntou nas vésperas das eleições a Nikolai Ryabov, presidente da Comissão Eleitoral, se o texto da Lei era definitivo ou seria ainda modificado por novas emendas e quando. A resposta foi esclarecedora da «democraticidade» do processo: «Não sei; quem decide tudo no tocante a emendas à Lei Eleitoral é o Presidente Ieltsin».

A desigualdade de tratamento dada aos partidos e blocos pelos media oficiais foi também ostensiva e chocante. Fora do tempo de antena gratuito, as forças da oposição mais consequentes não tiveram praticamente oportunidade para transmitir as suas mensagens. A propaganda paga custava na televisão 600 000 rublos por minuto.

A televisão e a rádio funcionaram como canais permanentes dos candidatos do Governo e daqueles que, não o sendo, apoiavam o projecto da Constituição (caso de Jirinovski).

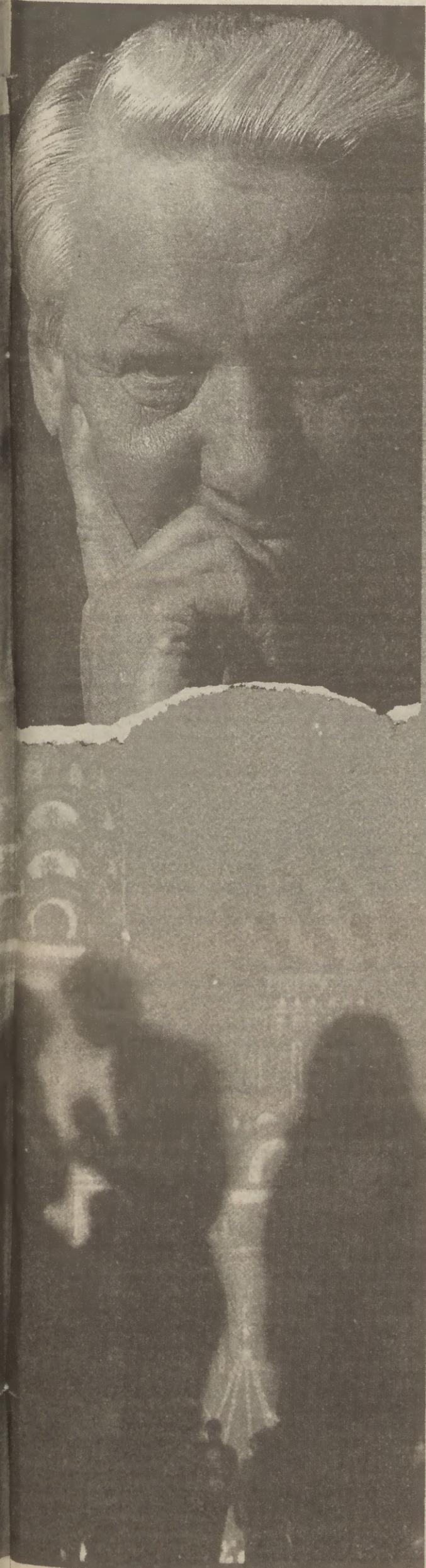
Um exemplo: Gaidar esteve envolvido pessoalmente na campanha de propaganda das privatizações, preparada e financiada pelos americanos numa ruidosa operação de *marketing* político cujo slogan induzia ao voto na «Opção Russa» através de um jogo de palavras.

O Partido Comunista da Federação Russa não contou com o apoio de qualquer jornal de circulação nacional. Após os acontecimentos do início de Outubro, o Governo fechou os dois últimos diários progressistas – o «Sovietskaia Rossia» e o «Pravda». Para a reabertura impôs cinco condições draconianas, incluindo a mudança de título e de director. Com excepção da primeira, o «Pravda» aceitou; mas o jornal, apesar dessas concessões, deixou de se publicar em meados de Novembro, no auge da campanha, por falta de condições materiais. Quanto ao «Sovietskaia Rossia» recusou o ultimato do Governo e processou-o. O Tribunal considerou a 23 de Novembro que o encerramento e o ultimato eram ilegais, pelo que o grande diário podia voltar a ser editado normalmente.

Entretanto, na Rússia, hoje, o Governo Ieltsin põe e dispõe ditatorialmente, ignorando as decisões do Poder



Judicial. As contas bancárias do «Sovietskaia Rossia» foram congeladas e o governo proibiu a distribuição do jornal pela empresa estatal que cumpre essas tarefas. Sem fundos e sem distribuidora, o «Sovietskaia Rossia» não podia sair. Estive na Redacção e falei com o seu corajoso director, Valentin Tsikiny, que foi profético: «Só nos permitirão sair depois das eleições». O jornal voltou às mãos dos leitores no dia 15 de Dezembro...



## O assalto ao partido de Baburin

A exclusão do processo eleitoral da União dos Povos de Toda a Rússia, liderada por Nikolai Baburin, impressionou muito os observadores internacionais pelas circunstâncias que a envolveram. Baburin, um jovem advogado que nunca foi comunista, destacou-se no anterior Parlamento como orador brilhante e corajoso. Ieltsin,

incomodado, decidiu que a União e o seu principal dirigente deveriam ser eliminados da competição.

Em Moscovo, ouvi de Viaceslav Tetekin, o vice-presidente da União, o relato da operação policial que teve por objectivo impedir a participação do Movimento nas eleições. A sua sede foi assaltada por homens armados com máscaras no rosto, que se comportaram como bandidos. Cercaram o edifício, detiveram todas as pessoas que encontraram e roubaram listas com mais de 20 000 assinaturas. Eram tropas especiais do Ministério do Interior. Inicialmente o Ministro negou tudo, mas quando lhe comunicaram os números das matrículas dos carros utilizados mudou de tática. Assumiu a responsabilidade pela operação terrorista, alegando que a polícia de choque havia actuado «dentro dos limites da lei». Mas as listas roubadas não apareceram... A União conseguiu, apesar disso, apresentar as listas com mais de 100 000 assinaturas, cumprindo o determinado pela lei. Não lhe serviu para nada. Foi excluída da participação no processo, com o argumento de que havia excesso de nomes na Região de Moscovo...

Somente não conseguiram excluir pessoalmente Baburin. Foi facilmente eleito pelo círculo siberiano de Omsk (metade das 450 cadeiras da Duma – a Câmara Baixa – é reservada aos candidatos que se apresentaram individualmente pelos círculos eleitorais).

## O que vi como observador

Já chamei a atenção para o facto de ter havido nesta eleição irregularidades em cadeia. A enumeração das anomalias e fraudes citadas pela imprensa internacional ocuparia dezenas de páginas.

No bairro moscovita onde acompanhei como observador a jornada eleitoral – a Prefeitura de Zapadni Okrug – registei situações que em Portugal são inimagináveis. Numa das secções de voto havia propaganda de um partido à entrada do edifício. Anotei que a organização dos cadernos eleitorais suscitou muita confusão e protestos. Em todas as secções de voto que visitei as urnas estavam colocadas longe da mesa. Os eleitores saíam da cabina e depositavam directamente os seus diferentes boletins de voto na urna, sem qualquer fiscalização. Quem quisesse podia, sem controlo, meter pela ranhura um maço de boletins.

O voto secreto não foi respeitado. Marido e mulher, por vezes com outro parente, entravam juntos na cabina e trocavam impressões, sem que o presidente ou outro membro da mesa interviessem.

Cito uma das respostas que escutei ao manifestar estranheza pelo que via: «Isto aqui é assim. Não queremos destruir a unidade da família russa. Se marido e mulher fazem tudo juntos, para quê separá-los na hora da votação e não os deixar discutir em quem vão votar?»

Somente em duas mesas registei a presença de um delegado partidário. Em ambos os casos representava o Partido Comunista da Federação Russa. Quando um desses delegados se aproximou dos observadores internacionais para dar a sua opinião sobre irregularidades que identificara, logo foi ameaçado pelo presidente da mesa. Este pretendia chamar a polícia. Foi necessário um enérgico protesto dos observadores para que o delegado do PCFR não fosse, pelo menos, expulso da sala.

Os observadores não puderam acompanhar a contagem dos votos.

É de registar também que a participação dos eleitores adquiriu um estranho carácter galopante nas últimas horas. Às 13 horas somente haviam votado, a nível nacional, pouco mais de 12% dos inscritos. Às 20 horas, a Comissão Eleitoral informou que já tinham votado 34,91% dos inscritos. Meia hora transcorrida, a percentagem subia para 48,33% e no dia seguinte o país tomou conhecimento de que 53,2% dos inscritos tinham votado...

## Houve grandes chapeladas

Mais chocante para os observadores estrangeiros foi a notícia comunicada pelo Chefe da Administração do Kremlin, Nikólai Filatov, um dos homens do Presidente, por volta das 22.30, de que a Constituição fora aprovada por 70% dos eleitores. A informação provinha, soube-se depois, de uma sondagem mirabolante.

Os telespectadores logo perceberam que Filatov

cometera um erro indesculpável. Como podia ele adivinhar o que estava dentro das urnas?

Muita gente se lembrou então de que a Lei Eleitoral fora remendada com uma emenda *ad hoc*, de modo a permitir que a Constituição pudesse passar mesmo que obtivesse apenas os votos de um quarto do eleitorado e a abstenção não viesse a ultrapassar os 50%. Jogos ieltsianos.

As regras haviam sido definidas com larga antecedência. Quem organizou as eleições foi uma comissão escolhida a dedo por Ieltsin e as normas da fiscalização ficaram a cargo do aparelho oficial.

## Derrota de Ieltsin

As coisas não correram, porém, exactamente de acordo com as previsões de Ieltsin e do seu grupo de assessores. A criação de partidos artificiais (que não correspondiam a classes e camadas sociais, por vezes nem a interesses diferenciados) visava captar o máximo de votos para a sustentação da política oficial, sem facilitar a hegemonia desta ou daquela tendência e dos seis líderes mais destacados. A confiança do Poder não tinha base na realidade social.

O resultado é conhecido. A «Opção da Rússia» de Gaidar obteve pouco mais de metade dos votos que as sondagens lhe atribuíam. Nas urnas, o povo pronunciou-se sobretudo contra a política de Ieltsin, contra as suas «reformas» que fascinam o Ocidente e arruinaram a Rússia, num processo galopante de terceiro-mundização e pauperização de um poderoso e rico estado industrializado. As forças que desencadearam na Rússia o processo de implantação do capitalismo selvagem proclamavam antes do dia 12 de Dezembro que o Presidente contava com o apoio da grande maioria do povo. Os resultados, não obstante a engrenagem montada e as fraudes da jornada eleitoral, vieram demonstrar o contrário. O tiro saiu pela culatra, como aconteceu a Pinochet quando o seu candidato foi derrotado nas eleições de Dezembro de 1989.

Obviamente, o voto de protesto tomou diferentes e inesperados caminhos, como transparece das declarações do vice-presidente do PCFR, Vladimir Kupzov (ver «Avante!» de 23.11.93). Mas a estratégia de Ieltsin foi rudemente golpeada, os seus objectivos não foram atingidos com excepção – resultado de fraude, sublinhe-se – do principal: a Constituição.

O Presidente pretendia demonstrar que os comunistas tinham deixado de ser uma força política significativa à escala nacional. O resultado provou o contrário. O alarido feito em torno dos votos obtidos por Jirinovski não consegue esconder uma evidência incómoda para o Poder cada vez mais autocrático que desgoverna a Rússia. O Partido Comunista da Federação Russa, o Partido Agrário de Mikhail Lapchine (que se opõe à privatização selvagem das terras colectivizadas) e o próprio Partido Democrático de Travkin obtiveram juntos muitíssimos mais votos do que os alcançados pela organização populista do truculento e irresponsável Jirinovski. A abstenção de quase metade do eleitorado apresenta simultaneamente um significado importantíssimo. Na sua esmagadora maioria, os cidadãos que não foram às urnas são adversários da política de Ieltsin.

A derrota dessa política nas eleições para a «Duma» não deve, porém, levar à subestimação de uma perigosa realidade: Ieltsin e a sua gente, através de uma engrenagem montada com larga antecedência, fizeram passar uma Constituição que confere ao presidente da Rússia mais poderes do que o czar Nicolau II tinha em 1906, como salientou o hoje moderadíssimo «Komsomolskaya Pravda».

Ryabov, o ieltsiano presidente da Comissão Eleitoral, sintetizou bem o que pensa o actual chefe do Estado Russo num desabafo que correu o mundo: «Se a Constituição for aprovada, a questão da composição da Duma Federal torna-se secundária». A derrota foi grande de mais para que a previsão venha a ser confirmada pelo andamento da história. Mas é transparente que estas eleições manipuladas não foram nem justas nem livres. O slogan da chamada «transição russa para a democracia» promovida por Boris Ieltsin é uma piada de humor negro.

(Conclui na próxima edição)

# Há 50 anos – III Congresso do PCP

■ J. M. Costa Feijão

Corria o Outono de 1943, quando Filipe foi contactado por Alex com instruções do Partido: o camarada deveria preparar-se para uma ausência de três a quatro dias, sendo-lhe indicada uma data e local de encontro.

No dia aprazado, ao cair duma noite de Novembro, em vésperas do São Martinho, Filipe encerrou as portas da sua oficina de alfaiate, no Poço do Bispo, e preparou-se para sair. Certificando-se previamente se algum polícia da esquadra do Beato ainda mantinha ostensiva vigilância à residência e, seguro de que não fora seguido, rumou a Campolide, com o propósito de apanhar o comboio para Sintra.

Chegado à penúltima estação da linha, apeou-se e, de pronto, avistou o camarada Alex que aí o aguardava, tal como fora combinado. Juntos caminharam até Chão de Meninos, já nas faldas da Serra, e reflectiram para Sul, seguindo em direcção a Tires. Alguns quilómetros adiante, próximo do cruzamento com a estrada que vai para a Lagoa Azul, alguém encostado a uma sebe assobiava a Internacional! Era o camarada Duarte que os guiaria no percurso seguinte, dando voltas e mais voltas por caminhos e atalhos escusos até uma vivenda, algures para as bandas do Estoril.

Pouco a pouco, foram então chegando outros camaradas saídos da noite clandestina. — O Santos conduzia a pé, desde o Cacém, numeroso grupo onde se integrava, entre outros, o Gomes (já responsável pela organização do Sector Norte do PCP). O Amílcar, viera da Chambuleira (Freixial) num automóvel, com duas camaradas de apoio e vários mantimentos. E o João, que à época vivia numa casa em Manique, experimentara sérias dificuldades na localização do trilho mais conveniente, devido a súbito mas denso nevoeiro.

Ao todo, tinham-se concentrado 17 camaradas que iriam dar corpo ao colectivo reunido em Congresso, entre 10 e 13 de Novembro de 1943, na «Vila Arriaga» sita na Rua do Pinheiro, nº 14, no Monte Estoril.

Para os 12 operários, 4 intelectuais e 1 pequeno comerciante, cuja média etária era de 30 anos, o momento revestia-se dum particular significado. Era a primeira grande realização do PCP, desde a Reorganização de 1940-1941, e o culminar duma intensa actividade política patente nas grandes greves e manifestações de 1942 e 1943, que já tinham marcado uma significativa viragem na luta dos trabalhadores e perturbado a «paz salazarista», agitando o país de Norte a Sul.

— Contudo, pese embora a importância e o significado da reunião, não se tratava, como supunham, do I Congresso do PCP. Era, à data, vago e impreciso o conhecimento do que ocorrera desde a fundação do Partido até à Conferência de 1929. — Na realidade, 82% dos congressistas tinham-se filiado ainda jovens (no período compreendido entre 1931 e 1939), e não se tendo registado qualquer Congresso sob a liderança de Bento Gonçalves, erradamente concluíram ser aquele o «Primeiro».

A verdade histórica insuspeitada era porém outra. Por um daqueles inexplicáveis casos, autêntica ironia com que não raro a História nos brinda, os 17 camaradas estavam reunidos precisamente nos mesmos dias e mês em que tivera lugar o I Congresso do PCP de 1923, decorridos 20 longos anos!

Os que conheciam o facto ou nele tinham tomado parte, estavam no Tarrafal ou já tinham falecido, sem haverem transmitido à nova geração a memória histórica partilhada de 1921 a 1929. E, só em Março de 1944, o Secretariado do CC, alertado por um velho militante (Manuel Francisco Roque Júnior), reperia a verdade dos factos, editando um documento intitulado: «Uma questão da história do Partido — Correção à numeração do Congresso do Partido». A partir de então, o Congresso de 1943 passa a designar-se «I Congresso Ilegal» sendo na realidade o III Congresso na história do PCP.

\*\*\*

Os trabalhos do Congresso iniciaram-se com a eleição do Presidium de Honra e da Comissão de

Redacção, tendo em seguida tomado a palavra o camarada responsável pela **alocução de abertura**.

A intervenção de Alberto foi essencialmente centrada no significado e importância daquele acontecimento, destacando: a sua realização pouco depois das grandes jornadas de luta de Julho-Agosto e a ingente necessidade de nele se traçarem «a orientação política e perspectivas revolucionárias para a constituição da Unidade Nacional, para a luta pelo derrubamento do fascismo português».

Situando o evento numa conjuntura mais vasta, destacaria o momento crítico do regime fascista que, internamente acochado pela luta de massas, assistia em desespero ao início da derrocada do amigo nazi, face aos golpes mortais que o Exército Vermelho ia desferindo na máquina de guerra hitleriana.

Quanto ao movimento comunista internacional e, perante a dissolução da Internacional Comunista, Alberto não só manifestaria o desacordo com tal resolução, como o traduziria aos congressistas numa sentença de plena actualidade política: «(isso) não implica, de modo nenhum, que o nosso Partido não continue a manter a pureza de princípios e a manter bem alto os sagrados princípios do internacionalismo proletário».

Por fim, deter-se-ia nas dificuldades encontradas para a realização do Congresso, desde os problemas conspirativos às dificuldades económicas, passando pela inexperiência dos seus obreiros. E, evocando a memória dos companheiros caídos na luta pela libertação da classe operária, apelaria ainda à participação empenhada e activa de todos os camaradas na apreciação, discussão e resolução dos documentos do Congresso.

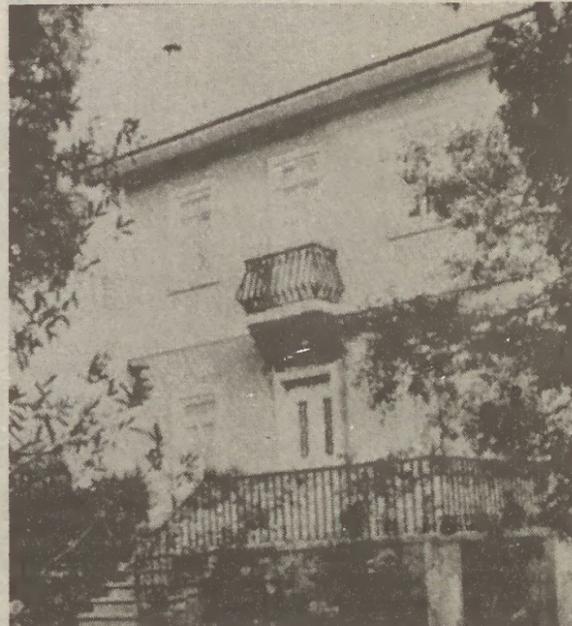
Foram então lidas e aprovadas por unanimidade três saudações: aos militantes do PCP, aos camaradas presos nas masmorras salazaristas e ao Exército Soviético e à URSS, pelo protagonismo fulcral na hora da libertação do mundo da barbárie fascista.

\*\*\*

Seguidamente, coube ao camarada Duarte a apresentação do informe (1) político do Secretariado (2), intitulado **Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo Pão, pela Liberdade e Independência**.

Constituindo o projecto-base da linha e acção política a desenvolver pelo Partido, a ideia-força dominante traduzia-se numa palavra de ordem fundamental: **Unir, Unir, Unir**.

No preâmbulo, o documento fixava uma caracterização do fascismo salazarista da época, denunciando — a exploração das massas trabalhadoras; a ruína dos pequenos agricultores,



Casa onde se realizou o III Congresso do PCP a 10 e 13 de Novembro, na Vila Arriaga, no Monte Estoril

comerciantes e industriais; o descalabro da economia em benefício duma minoria de parasitas; a promoção do obscurantismo e a instauração do terror, além da ignóbil e despendurada política do regime, feita de cumplicidades com Hitler.

Perante um quadro de tamanha gravidade, os cenários e opções que se perfilavam no horizonte, exigiam uma tomada de posição clara, num leque de escolha restrita: **independência ou subjugação, democracia ou fascismo**.

Nesse contexto, o PCP já se havia adiantado, tomando a iniciativa e, em Março de 1943, publicara um documento intitulado **9 Pontos — Programa para a Unidade Nacional**, onde se enumeravam as fases de um projecto mobilizador não só da classe operária, mas de todas as forças e energias da sociedade portuguesa, convergentes num objectivo comum — **derrubar o fascismo**.

O alicerce da Unidade Nacional Antifascista assentava na unidade da classe operária, na constituição de uma Frente Única, construída e forjada, não em acordos entre organizações ou formações políticas, mas na proliferação de **Comissões e Comitês de Unidade** no seio das massas trabalhadoras. Uma tal Frente deveria privilegiar o trabalho no interior dos Sindi-

## CRONOLOGIA

- Janeiro** — Ofensiva do exército soviético no mar Negro e Cáucaso.  
— O marechal Von Paulus capitula em Estalinegrado.  
— Hitler determina a mobilização da população germânica dos 16 aos 60 anos.  
— É rompido o cerco a Leninegrado.  
— As forças aliadas chegam à fronteira da Tunísia.
- Fevereiro** — Ofensiva do exército soviético na Ucrânia.  
— As tropas japonesas recuam em Guadalcanal, face ao ataque americano.
- Jan./Fev.** — O regime fascista português aumenta o fornecimento de volfrâmio às indústrias de Hitler e, com igual destino, seguem cerca de 70% da produção da indústria conserveira.  
— O PCP apela à constituição de Comitês de Unidade Nacional que conduzam as lutas populares contra a saída de géneros para a Alemanha Nazi.
- Março** — A aviação dos aliados promove bombardeamentos maciços a Berlim.  
— As forças nazis desencadeiam um contra-ataque na Frente Leste.  
— O PCP propõe um «Programa de 9 pontos» para a constituição da unidade nacional de todos os antifascistas.

Em Março de 1943, as mulheres de São João da Madeira manifestam-se junto à residência do presidente da Câmara, protestando contra a falta de géneros.

Em Março de 1943, os tipógrafos do Diário de Coimbra entram em greve, exigindo aumento de salário.

Em Março de 1943, os operários corticeiros da Fábrica Ranckin, em Almada, paralisam o trabalho, exigindo a revogação do despedimento de dois camaradas já idosos. A greve de solidariedade resulta vitoriosa.

Em 17 de Março de 1943, os operários de calçado da Fábrica Santos Leite & Irmãos, em São João da Madeira, concentram-se à porta da empresa, protestando contra os despedimentos.

**Abril** — As tropas anglo-americanas reúnem-se na Tunísia.  
— Levantamento judeu no «ghetto» de Varsóvia.

Em Abril de 1943, as mulheres de Silvalde, no concelho de Espinho, opõem-se à saída de géneros.

Em Abril de 1943, as mulheres de São Félix da Marinha, no concelho de Vila Nova de Gaia, assaltam os sacos de farinha destinados aos nazis e distribuem-na pelo povo ao preço da tabela.

Em Abril de 1943, 50 camponeses de Fajães, no concelho de Oliveira de Azeiteiros, exigem à administração local a tomada de medidas contra o açambarcamento de géneros.

Em Abril de 1943, os estudantes da Escola Industrial Afonso Domingues e da Escola Industrial Machado de Castro, em Lisboa, recusam-se ao pagamento de cotização para a Mocidade Portuguesa.

**Mai** — Rendição das forças hitlerianas em Tunes e proclamação do cessar-fogo no Norte de África.  
— Constituição do Conselho Nacional da Resistência em França.

- Dissolução da Internacional Comunista.  
— Por despacho do governo de Salazar (14/05/43), é imposta a diminuição dos salários e o aumento das horas de trabalho.

Em Maio de 1943, mulheres de São João da Madeira ameaçam tocar os sinos a rebate, se o milho distribuído pelos privilegiados não for repartido pela população mais carenciada.

Em Maio de 1943, as mulheres de Arrifana, no concelho de Vila da Feira, realizam uma marcha da fome, exigindo à Junta de Freguesia a repartição justa das sobras do racionamento.

Em Maio de 1943, mulheres de Braga promovem uma marcha da fome até à Câmara, gritando por pão e empunhando uma bandeira negra.

Em Maio de 1943, a população de Trevões, no concelho de São João da Pesqueira, toca os sinos a rebate e obriga os fiscais camarários a marcharem à sua frente, para verificarem o açambarcamento de géneros dum agricultor cuja casa é apedrejada.

Em Maio de 1943, os operários agrícolas de Vila Franca de Xira recusam, nas respectivas «praças de jorna», as condições de trabalho do patronato e apedrejam a GNR.

Em Maio de 1943, os operários agrícolas de Salvaterra de Magos iniciam uma greve e exigem aumento de salário.

Em Maio de 1943, os operários agrícolas da região do Bombarral iniciam uma greve exigindo aumento de salário.

Em Maio de 1943, os camponeses de Santa Maria de Oliveira, no concelho de Vila Nova de Famalicão, organizam uma concentração de protesto contra a saída de géneros.

Em Maio de 1943, a população de Espinho, no concelho de Alcanena, toca o sino a rebate, mobiliza-se e impede a saída de géneros.

Em Maio de 1943, os camponeses e a população de Boelhe, no concelho de Penafiel, tocam os sinos a rebate e opõem-se à saída de géneros.

Em 8 de Maio de 1943, os camponeses de Lama, no concelho de Barcelos, obrigam a parar as camionetas carregadas de milho. Repartem-no entre si e pagam-no ao preço da tabela.

Em 8 de Maio de 1943, os camponeses de Oliveira, no concelho de Barcelos, protestam contra a falta de géneros.

Em 8 de Maio de 1943, os camponeses de São Veríssimo de Tamel, no concelho de Barcelos, exigem a distribuição de milho armazenado.

**Junho** — Desembarque americano na Nova Guiné.  
— Em Argel constitui-se o Comité Francês de Libertação Nacional.

— O regime fascista inicia conversações com o governo inglês para acordar: facilidades de abastecimento em combustíveis, água, frescos e reparações de navios britânicos no porto da Horta; utilização do campo de aviação das Lajes e do porto de Ponta Delgada.

Em Junho de 1943, o povo do Montijo promove uma concentração frente ao Grémio do comércio local, contra a burla das cadernetas de racionamento vendidas e referentes a géneros que não aparecem no mercado.

Em Junho de 1943, os pescadores de Setúbal recusam as condições de trabalho que os armadores procuram impor às companhias de pesca de cerco.



# III Congresso do PCP

(em Lisboa, Margem Sul e São João da Madeira), cedo evoluiria para uma demonstração, sob a direcção do Partido Comunista Português.

A outro nível, destacava a repercussão internacional dos acontecimentos vividos nesse Verão, que haviam comprometido e coberto de ridículo a propaganda do regime fascista, tão laboriosamente construída e animada por António Ferro. — A tese do «oásis» em 1943 intitulava-se «O Paraíso de Portugal» e, também ela ruiria fragorosamente perante a dimensão da luta popular de massas que, por todo o país, teimava em contradizer os empolados discursos sobre as virtudes e realizações do Estado Corporativo.

Mas... Alberto questionava.

O movimento de Julho-Agosto teria sido, de facto, uma vitória ou um insucesso?!

Tinham-se constatado erros e deficiências suficientes para legitimar a interrogação. O sector dos transportes não participava no movimento; verificara-se nalguns casos uma sobrevalorização das capacidades de mobilização na zona oriental de Lisboa e na região do Baixo Ribatejo; muitos quadros haviam sido presos por incumprimento de cuidados conspirativos e a tão desejada Frente Única, representativa das massas em greve, não chegara a constituir-se.

No entanto, uma avaliação mais cuidada dos acontecimentos permitiria extrair uma conclusão globalmente positiva. Aquele fora, sem dúvida, o maior movimento operário em Portugal, desde o advento do fascismo.

Constituiria-se um Comité de Greve que, em ligação com o Secretariado do PCP, assumira a condução das mesmas. O movimento gerara e desenvolvera sentimentos de solidariedade



Desenho de Álvaro Cunhal incluído em «Desenhos da Prisão»

Apelando à vigilância revolucionária, ao espírito de iniciativa e à audácia dos membros, o camarada Santos retomaria as grandes linhas de acção a desenvolver, já anteriormente enunciadas por Duarte, quanto ao aproveitamento dos Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores, como organismos de eleição para o trabalho político.

Contudo, a actividade nesta frente deveria ser mais vasta, abrangendo ainda os grupos desportivos e as sociedades recreativas, especialmente em meios pequenos, possibilitando uma maior aproximação à juventude e abrindo perspectivas a um trabalho legal nas comunidades de associados.

O camarada Santos abordaria seguidamente e, em conclusão, duas questões merecedoras de particular atenção. O problema do SVI-Socorro Vermelho Internacional e o do trabalho político junto das mulheres, como parte importante da classe

VI SÉRIE Nº 41 QUINZENA DE AGOSTO DE 1935  
Profetários de todos os Países: UNI-VOS!

## Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

### 50.000 Operários Lançam-se em Greve!

#### AVANTE, ATÉ À VITÓRIA!

O MAIOR MOVIMENTO DE MASSAS DESDE O ADVENTO DO FASCISMO. MILHARES DE MULHERES TRABALHADORAS LUTAM PELO PÃO

«Em greve, até à vitória!»

«A situação económica, foram esperadas...»

«O HAMESTO DO PARTIDO...»

«O dia 21 de Junho...»

«Os trabalhadores exigiram...»

«Para se oppor à força bruta...»

«Há que se suspender o trabalho...»

«14.000 OPERÁRIOS EM GREVE!»

«GRANDE MARCHA NA FOMTA!»

«No dia 21 de Junho, o Ministério do Trabalho...»

«O Partido Comunista definiu...»

«O Secretariado do Partido Comunista...»

«O dia 21 de Junho, o Ministério do Trabalho...»

«O Partido Comunista definiu...»

«O Secretariado do Partido Comunista...»

## Membros eleitos para o Comité Central do PCP no III Congresso

### Efectivos

- ALBERTO — José Gregório
- ALEX — Alfredo Dinis
- AMILCAR — Sérgio Vilarigues
- DUARTE — Álvaro Cunhal
- FRED — Piteira Santos
- GOMES — Pires Jorge
- JOÃO — Dias Lourenço
- SANTOS — Manuel Guedes

### Suplente

- AUGUSTO — Luís Guedes da Silva

de e unidade na luta. E o operariado demonstrara força e coesão no confronto com o Patronato que vacilara, entre as pressões do Governo e a disposição ou tendência para ceder em matéria de aumentos e na abertura de cantinas com géneros essenciais.

Numa tal conjuntura, abriam-se novas perspectivas ao Partido: alargara-se o seu campo de acção em numerosas fábricas e empresas; haviam-se encurtado distâncias entre os comunistas e as massas trabalhadoras; a organização ganhara terreno fértil para aprofundar raízes e o bloco Governo-Patronato manifestara, pela primeira vez, algumas fissuras na sua santa aliança.

\*\*\*

O quarto ponto da ordem de trabalhos do Congresso foi dedicado às «Tarefas de Organização» e, para apresentar o respectivo informe sobre essa matéria, tomou a palavra o camarada Santos.

Fazendo o ponto da situação quanto à organização do Partido, enunciou um conjunto de debilidades que, por si só, seriam impeditivas duma adequada condução das massas populares, na luta pelo derrubamento do regime fascista.

As reuniões dos organismos não tinham a necessária regularidade; o trabalho de massas tardava em desenvolver-se, pela tendência para o agrupamento fechado e sectário; pelo que, salvo a circulação do «Avante!» e de «O Militante», o Partido mantinha ainda, muitas das características do período que anteceder a Reorganização de 1940-1941.

Mas se isto constituía um retrato da organização no espaço urbano, a nível das províncias o problema era ainda mais complexo. Nessas áreas, a vida do PCP assentava em operários, pequenos industriais e comerciantes, sem ligação efectiva às massas camponesas e denotando pouca familiaridade com os problemas do campo.

Impunha-se, portanto, reforçar o trabalho orgânico, como suporte essencial à actividade partidária; promover o recrutamento de novos militantes capazes de realizar um verdadeiro trabalho de massas e aplicar, com rigor, a disciplina fundamental ao trabalho conspirativo.

## Lista de quadros dirigentes do PCP presos entre 1935 e 1940

| Nome                     | Organismo           | Data/prisão  | Ano/libertação   |
|--------------------------|---------------------|--------------|------------------|
| Álvaro Duque da Fonseca  | Secretariado        | 27 Fev. 1935 | Tarrafal — 1944  |
| Manuel Guedes            | Com. Cen. Org.      | Abr. 1935    | TME fug. 1936    |
| Oliver Bártolo           | dirg. ORA           | 23 Maio 1935 | Tarrafal — 1946  |
| Augusto Valdez           | Com. Cen. Org.      | 13 Maio 1935 | Peniche — 1935   |
| Bento Gonçalves          | Sec. Geral          | 11 Nov. 1935 | Tarrafal — Fal.  |
| José de Sousa            | Secretariado        | 11 Nov. 1935 | Tarrafal — 1945  |
| Júlio Fogça              | "                   | 11 Nov. 1935 | Tarrafal — 1940  |
| Manuel Guedes            | (enviado a Espanha) | Jun. 1936    | Caxias — 1940    |
| Pires Jorge (*)          | Org. Reg. Sado      | Jun. 1936    | Angra — 1940     |
| J. Gilberto F. Oliveira  | Dirig. FJCP         | 12 Jul. 1936 | Tarrafal — 1946  |
| Manuel Rodrig. da Silva  | Secretariado        | 23 Set. 1936 | Tarrafal — 1946  |
| Miguel Russel (**)       | Dirig. SVI          | 14 Mar. 1937 | Tarrafal — 1946  |
| Álvaro Cunhal            | Sec.-Ger. FJCP      | 21 Jul. 1937 | Caxias — 1938 .  |
| Alberto de Araújo        | Secretariado        | 22 Nov. 1937 | Tarrafal — 1945  |
| Franc. Paula de Oliveira | "                   | 10 Jan. 1938 | Aljube fug. 1938 |
| Augusto Valdez           | «Avante!»           | 13 Jan. 1938 | Tarrafal — 1946  |
| Carlos Matoso            | «Avante!»           | 11 Maio 1938 | Tarrafal — 1945  |
| Ludjero Pinto Bastos     | Secretariado        | 1 Dez. 1939  | Angra — 1943     |
| Francisco Miguel         | "                   | 1 Dez. 1939  | Tarrafal — 1946  |
| Álvaro Cunhal            | "                   | 30 Mai. 1940 | Aljube — 1940    |

(\*) — Enviado a Espanha com Manuel Guedes e preso na mesma data.

(\*\*) — Entre a prisão do Secretariado em 11 de Novembro de 1935 e a reunião de quadros de Abril de 1936, o Secretariado do PCP foi assegurado por Miguel Russel e um núcleo de camaradas de que fizeram parte Pires Jorge e Carlos Matoso.

trabalhadora. No primeiro caso, era necessário analisar sob uma nova óptica o trabalho na área da solidariedade. A estrutura do SVI era basicamente constituída por comunistas sem ligação à organização do Partido, desenvolvendo uma acção que, por muito meritória que fosse, não deveria ser exclusiva dos seus membros. O SVI, tal como estava, não tinha razão de ser, e urgia criar um amplo movimento de solidariedade para com os presos políticos, sustentado pelas mais diversas formas de organização (legal, semilegal e ilegal), no intuito de motivar um espaço mais amplo de boas vontades e, reduzir os receios quanto à participação no auxílio clandestino. A outra questão em análise e de destacado interesse, prendia-se com a tomada de medidas necessárias ao enquadramento da mulher na luta político-social, tendo em conta a sua presença crescente no mundo do trabalho, a participação activa e empenhada nas lutas por melhores condições de vida, e o destacado protagonismo nas «marchas de fome».

Por tudo isso, e à guisa de conclusão, tornava-se imperioso ao Partido, não só assegurar o trabalho político junto de tão importante componente do operariado como, ainda, promover formas específicas de organização daquelas que, confinadas à difícil gestão da economia doméstica, podiam perfeitamente desenvolver acções de agitação, integradas em comissões para reclamar géneros ou de vigilância e fiscalização popular de bens alimentares.

### Lista de presenças no III Congresso do PCP

| Pseudónimo | Nome                     |               |
|------------|--------------------------|---------------|
| ALBERTO    | José Gregório            | Secretariado  |
| DUARTE     | Álvaro Cunhal            | "             |
| SANTOS     | Manuel Guedes            | "             |
| AMÍLCAR    | Sérgio Vilarigues        | Sec. FJC      |
| AUGUSTO    | Luís Guedes da Silva     | "             |
| ALEX       | Alfredo Dinis            | "             |
| COSTA      | Agostinho Saboga         | "             |
| FILIFE     | Joaquim Campino          | "             |
| FRED       | Piteira Santos           | "             |
| GOMES      | Pires Jorge              | "             |
| JOÃO       | Dias Lourenço            | "             |
| JUCA       | José Martins             | "             |
| PINHEIRO   | Miguel Forjaz de Lacerda | "             |
| —          | António Loureiro         | Coimbra       |
| —          | João Raimundo            | Almada        |
| —          | Manuel Rêpas da Mata     | Évora         |
| —          | Raimundo Portas          | Torres Vedras |

### Camaradas dos Serviços de Apoio ao III Congresso

Luísa Paula — Aida Paula

Por outro lado, e numa segunda fase, tinham-se manifestado hesitações quanto às medidas a tomar face ao Grupelho, subestimando-o ou sobreavaliando-o na capacidade e influência, registando-se muita inconfidência e muita irreflexão no que se publicara na imprensa do Partido. Mas, apesar disso, concluía o informe, o PCP soubera erguer-se, corrigir os seus próprios erros e alargar a organização a todo o país, reconquistando a confiança dos trabalhadores.

\*\*\*

O último informe ao Congresso foi apresentado pelo único tarrafalista presente à reunião, o camarada Amílcar, e tinha por título: «Pela Liberdade e pela Democracia, pela Salvação da Jovem Geração da Miséria Económica e Cultural».

\*\*\*

das debilidades no trabalho desenvolvido no seio de uma juventude operária que não só se debatia com graves problemas económicos, como ainda se confrontava com impedimentos de sindicalização, antes dos 18 anos, apesar do jovem trabalhador pagar cotização e descontar 5% para a Caixa Sindical.

Para responder a este repto, o Partido e a FJC teriam de operar uma viragem no estilo e métodos de trabalho. Havia que dar combate à persistente subestimação das organizações quanto à importância política do movimento juvenil. E em reforço a esta tese, o camarada Amílcar concluía, recordando: a resolução tomada pelo VII Congresso da IC, e o teor da saudação de Dimitroff ao VI Congresso da IJC, quanto à importância do trabalho juvenil no movimento comunista internacional.

Concluído o informe sobre a juventude, o Congresso aprovava ainda uma «Saudação e apelo ao Povo de Portugal», manifestando a sua confiança na força combativa das massas trabalhadoras e das forças antifascistas nacionais, passando de seguida à eleição do Comité Central, encerrando-se os trabalhos com uma breve alocação do camarada Duarte.

Volvidos 50 anos sobre o III Congresso, muito do que aí se discutiu não perdeu actualidade.

Mudaram-se os tempos, mas algumas questões de fundo permanecem vivas.

Há meio século, enquanto o movimento comunista internacional iniciava a recuperação, passando o refluxo do final dos anos trinta e do início da década de quarenta, o Partido Comunista Português, isolado neste extremo da Europa, afirmava a sua determinação em levantar bem alto o princípio do internacionalismo proletário.

Dias de intensos e prolongados debates eram já passados e o Congresso aproximava-se do seu termo, restando ainda discutir e aprofundar dois importantes temas: — a grande crise e a reorganização do Partido no período de 1940-1941, bem como o trabalho político a realizar no sector juvenil.

A abordagem da primeira questão foi feita pelo camarada Duarte com o informe «A actividade do Grupelho Provocatório».

Detendo-se previamente nas condições em que o PCP evoluiu na década de 30, o relator destacaria o profundo desconhecimento das massas quanto à vida interna da organização que, sistemática e duramente sangrada pela PVDE, se ia vendo privada dos seus melhores e mais experimentados dirigentes desde 1935 a 1940.

Com efeito, durante esse período, as equipas de direcção que se constituíram em Secretariado, tinham caído uma atrás de outra, quer fossem eleitas (Abril de 1936 e Abril de 1939) ou formadas por cooptação dos quadros mais responsáveis sobreviventes a cada vaga de prisões.

A feroz repressão fascista não só fora avassaladora em termos quantitativos (a Organização Regional do Sado, por exemplo, ficara desfalcada em mais de 100 membros, em Março de 1935), como fora qualitativamente selectiva. Basta frisar que, em apenas cinco anos, mais de uma dezena de dirigentes que haviam integrado sucessivos Secretariados jaziam nas masmorras salazaristas ou definhavam no Campo do Tarrafal.

Perante a precisão dos golpes da policia política, avolumavam-se as suspeições dentro do Partido, sendo crescente a convicção de infiltrações nas suas fileiras. À medida que a organização se esvaía quase até à inacção, sem tipografias e sem o «Avante!», os militantes mergulhavam num estado de letargia sob a titubeante orientação de Vasco de Carvalho e Francisco Sacavém.

É este quadro dramático que se depara a alguns camaradas regressados do Tarrafal (em Julho de 1940) ou dos cárceres de Angra e Caxias, e contra o qual passam imediatamente a actuar.

As directrizes trazidas pelos tarrafalistas libertados eram precisas: não se discutir a reorganização com os elementos de uma Direcção sob suspeita, nem avançar no terreno dos contactos com alguns dos militantes a ela ligados.

Num primeiro instante, Francisco Sacavém e Vasco de Carvalho mostraram-se disponíveis para a passagem de testemunho, mas a palavra de ordem da organização era clara: não a plataformas e reconciliações.

Essa postura levou ao auto-afastamento de Francisco Sacavém, produzindo, porém, efeito bem diverso e nefasto em Vasco de Carvalho, em torno do qual se reuniu um grupo de provocadores, gerado na irmandade de expulsos do Partido durante a década transacta.

Sob a máscara da dissidência, desencadeiam então vasta campanha de calúnias dirigida aos camaradas da reorganização, semeando assim o pessimismo e a desorientação nos militantes, para grande gáudio dos esbirros do regime.

Mas, se o Grupelho fora pouco a pouco isolado, e se encontrava, à data do Congresso, em adiantado estado de desagregação, esse trágico episódio na vida do PCP deveria merecer uma atenta reflexão!...

Prosseguindo numa linha de crítica e autocrítica, o informe deter-se-ia ainda nos erros da Reorganização de 1940-1941, a cujo processo havia presidido um pressuposto, não demonstrado, de «trabalho sistemático de provocação levado a cabo dentro do Partido». Assim, uma leitura simplista da crise, não tomara em devida conta as debilidades do trabalho conspirativo que se praticava e o não cumprimento das regras de segurança essenciais à actividade clandestina que caracterizaram os anos trinta.



Reconstituição de uma tipografia clandestina feita para a exposição comemorativa dos 60 anos do PCP

Pela primeira vez se abordava, na especialidade, a problemática da Juventude, dando-lhe a atenção política que justamente merecia.

Denunciando a situação das massas jovens sob a política salazarista, o informe arolava um conjunto de tópicos que ilustravam, não só a exploração da mão-de-obra juvenil, como a demagogia e manipulação de que a juventude era alvo.

Os sinais de resistência dos jovens eram, contudo, encorajadores e demonstravam, ainda que com pouca veemência e de forma desorganizada, terem uma postura contestatária face às decisões do Governo. Dessa atitude eram exemplos, entre outros: a resistência à integração nas forças «expedicionárias» com destino a Cabo Verde; os protestos dos estudantes do ensino superior contra a quintuplicação do custo das propinas e a recusa ao pagamento de cotas para a Mocidade Portuguesa; especialmente nas escolas industriais.

Numa situação política caracterizada pela aposta do regime em levar à prática uma educação chauvinista e militarista, era fundamental intervir, dinamizando um amplo movimento de unidade juvenil.

Tornava-se necessário dar combate à Mocidade Portuguesa mas com a noção precisa daquilo a que ela correspondia. Se o salazarismo a constituía como organização pretensamente similar às Juventudes Hitlerianas, o resultado fora outro. E, a MP não era uma organização de jovens fascistas, mas sim, uma «organização fascista de jovens», sendo mais eficaz infiltrá-la e dar-lhe combate dentro da sua própria estrutura.

A unidade dos jovens contra o fascismo tinha que ser erguida e cimentada por eles e com eles, onde quer que se encontrassem: na escola, na fábrica, na empresa, dentro da MP ou na Juventude Católica.

Era urgente congregar a nova geração em torno do debate de problemas concretos, das suas preocupações comuns sobre: a situação económica dos jovens, o desemprego, o apoio à cultura, as ameaças à independência nacional e não alimentar desagregações nem fracturas, com polémicas sobre crenças religiosas ou de outro jaez fraccionário.

No casa da FJC, cuja actividade praticamente se confinava ao sector estudantil na região de Lisboa, constatavam-se profun-

E, num país onde as massas populares eram diariamente fustigadas pela propaganda anticomunista, o Partido resistia e afirmava-se como força mobilizadora e verdadeira locomotiva na luta e unidade antifascista e, em Dezembro de 1943, constituía-se o CNUAF — Conselho Nacional de Unidade Antifascista.

Organizar — Unir — Organizar — Unir — Organizar — Unir — Organizar foi e é a divisa que resume cinco décadas da luta de um Partido cujas raízes profundas nas massas trabalhadoras lhe permitem ganhar Novas Gerações para Novas Lutadas e Desafios.

#### Notas:

(1) — Informe — Designação, na época, de um documento a que hoje corresponde o termo relatório.

(2) — Desde a Reorganização do PCP, iniciada em 1940-1941, a Direcção do Partido foi assegurada por um Secretariado cuja constituição variou até 1943, devido à acção repressiva da PVDE — Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (designação da policia politica do regime fascista de 29 de Agosto de 1933 a 22 de Outubro de 1945).

O primeiro Secretariado integrava Júlio Fogaça, Militão Ribeiro e Manuel Guedes. Com a prisão de Fogaça, em 1 de Agosto de 1942, Álvaro Cunhal (responsável pelo trabalho partidário na região Norte) é chamado ao Secretariado, sendo substituído por José Gregório, na actividade que vinha desenvolvendo.

Deste modo, o Secretariado do PCP, no período compreendido entre Agosto e Novembro de 42, foi constituído por Militão Ribeiro, Manuel Guedes e Álvaro Cunhal.

Em 22 de Novembro desse ano, Militão Ribeiro é detido e o seu lugar e função passam a ser preenchidos por José Gregório (segundo Pires Jorge para o Norte, depois de se evadir em 13 de Maio de 1943).

A partir desse momento, o Secretariado do Partido foi assegurado por Manuel Guedes, Álvaro Cunhal e José Gregório, equipa dirigente essa que se manteria até ao III Congresso do PCP, aí sendo novamente confirmada.

#### Fontes de informação:

Fontes arquivísticas — Fundo PCP/Secção Congressos e Conferências.

Fontes bibliográficas: — CAMPINO, Joaquim — Histórias clandestinas. Lisboa, «Avante!», 1990.

— JORGE, Joaquim Pires — Com uma imensa alegria: notas autobiográficas. Lisboa, «Avante!», 1984.

PCP/GES — Base de Dados LUTAS.

# A luta estudantil e o aumento das propinas

O Governo, quando há dois anos iniciou o processo para o aumento das propinas e promoveu a carga policial sobre algumas centenas de estudantes que se manifestavam no Porto pelo pagamento das bolsas em atraso, estava longe de imaginar as consequências das suas atitudes.

Ao longo dos últimos dois anos, desenvolveu-se uma intensa luta, dos estudantes do ensino superior, que com a crise estudantil do último mês atingiu uma expressão e amplitude única desde o 25 de Abril.

**1** - Na base da insatisfação e do protesto estudantil está a situação do ensino superior, o aumento das propinas inserido numa linha de aprofundamento da desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público, a degradação das condições de ensino, a inexistência de um efectivo sistema de apoio social escolar, o não desenvolvimento suficiente do ensino superior público com a canalização de milhares de estudantes para o ensino privado com custos proibitivos e na maior parte dos casos sem qualidade.

Ficar-se-ia no entanto com uma visão parcial se não se considerasse a ligação da insatisfação e da luta dos estudantes ao fracasso da chamada "política de juventude" dos governos do PSD aos já oito anos de Cavaco Silva como Primeiro-Ministro, oito anos de expectativas e promessas não cumpridas, e de ilusões que acabaram por conduzir à insatisfação e aos protestos contra a política do Governo.

Os propósitos governamentais do aumento das propinas, foram assim o detonador de um protesto que radica numa insatisfação muito mais ampla.

**2** - Continuando uma acção, caracterizada por uma grande determinação, unidade e criatividade, o ano lectivo 93/94 começou com novo vigor. O Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) realizado em Outubro com uma larga participação e representatividade aprovou um caderno de reivindicações e uma acção nacional de luta para Novembro.

Face ao prosseguimento da postura arrogante e de recusa ao diálogo do Governo, patente na promoção da alteração da lei 20/92 que preconiza a anulação da matrícula aos estudantes que não pagarem propinas, a acção nacional de luta decidida pelo ENDA é concretizada com reforçada participação, em 23 e 24 de Novembro. Na manifestação de Lisboa, os estudantes sentados nas escadarias em frente ao edifício da Assembleia da República são alvo dum brutal carga policial.

Ao contrário das intenções do Governo, que pretendia amedrontar os estudantes a resposta destes foi inequívoca. Nem a substituição do ministro Couto dos Santos, há muito reclamada pelos estudantes, travou o desenvolvimento deste movimento que culminou a 7 de Dezembro na maior manifestação estudantil realizada desde o 25 de Abril, em que para além dos estudantes do ensino superior, se integraram estudantes do ensino secundário e também representantes dos Sindicatos. Vieram de todos os pontos do país protestar contra a repressão, exigir uma nova política educativa, e reclamar não apenas contra este ou aquele ministro, mas contra o próprio Primeiro-Ministro principal responsável por toda a política do Governo incluindo na área da educação. Foi de todas as manifestações estudantis dos últimos anos aquela em que de forma mais clara e inequívoca Cavaco Silva foi contestado, em que palavras de ordem como "estudantes unidos jamais serão vencidos" e "quem não salta é laranja" foram esmagadoramente seguidas.

Os sentimentos de unidade e a determinação dos estudantes fortaleceram-se como nunca, nos últimos anos, bem como a disponibilidade para fazer convergir a sua luta com a de outros sectores igualmente vítimas da política do Governo.

As movimentações dos 15 dias que se seguiram à carga policial, a manifestação de 7 de Dezembro que coincidiu com a tomada de posse da nova ministra, ficam como um marco indiscutível da luta estudantil em Portugal, naquilo que se pode definir como uma crise estudantil só comparável com as crises estudantis de 62 e 69.

**3** - Os últimos dias têm sido férteis em acontecimentos sobre a lei das propinas.

A decisão do Tribunal Constitucional não considerando inconstitucional a lei 20/92 a não ser em normas acessórias, com um acórdão que mostra a preocupação evidente de não pôr em causa os montantes de aumentos previstos na lei, é um escândalo que mais uma vez evi-

dencia a governamentalização deste órgão. De facto é inaceitável que se considere que aumentos de propinas de 7000% só no primeiro ano possam ser compatíveis com a Constituição da República Portuguesa quando diz "incumbe ao Estado (...) estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino".

A decisão do Presidente da República, vetando as alterações à lei das propinas que preconiza a anulação de matrícula aos estudantes que não pagarem as propinas, funcionou como mais um alerta para os problemas do ensino superior que é preciso encarar e resolver pelo diálogo. O facto de o Governo, perante tal veto, ter decidido enviar as alterações à lei como proposta para aprovação na Assembleia da República, optando mais uma vez pela confrontação, confirma a sua linha de arrogância que não deixará de ter uma resposta cada vez mais ampla.

O alargamento dos prazos para o pagamento das propinas do ano lectivo 92/93 até Março na Universidade de Lisboa e na Universidade Técnica de Lisboa, e até meados de Janeiro na Universidade de Coimbra, criam por outro lado condições para um maior esclarecimento e uma melhor resposta.

**4** - Alteraram-se alguns dados, mas os problemas de fundo permanecem. Nem a decisão do Tribunal Constitucional de não considerar inconstitucionais os aspectos essenciais da lei das propinas alteram o seu carácter injusto e iníquo. Nem a demagogia do Governo e dos que com ele convergem, proclamando a "justiça social" e a melhoria do ensino pode torná-la mais aceitável.

A justiça social, deve começar por ser promovida no âmbito do sistema fiscal. A lei das propinas é um factor de agravamento das injustiças sociais, uma vez que baseando-se no IRS para apuramento dos rendimentos conduz à penalização dos rendimentos do trabalho (trabalhadores por conta de outrem) já que com outros rendimentos é mais fácil a fuga ao fisco. Tal facto é comprovado por inúmeros exemplos da sua aplicação em cada Universidade, com os estudantes oriundos de famílias de maiores recursos, nomeadamente com pais a exercerem profissões liberais a ficarem isentos e estudantes de mais fracos recursos a serem sujeitos ao pagamento de propinas.

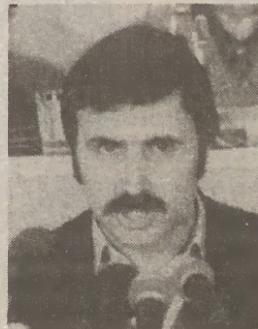


A aplicação do aumento das propinas, vem associar-se aos elevados custos exigidos pela frequência do ensino superior (livros e outro material didáctico, necessidade de formação cultural diversificada, refeições, transportes e residências para estudantes deslocados). Uma verdadeira política de justiça social passa pela implementação dum efectivo sistema de apoio social que dê apoios que permitam, aos estudantes com menos possibilidades, a frequência do ensino superior.

Com o aumento das propinas, agrava-se a selectividade social, para além dos sectores sociais já excluídos do ensino superior pelo elevado custo da sua frequência, novos sectores sociais serão afastados por não terem condições para suportar as exigências financeiras das propinas.

- Está claro, com a aplicação da lei das propinas, que o ensino não melhorou. O Governo continua a não investir no desenvolvimento do ensino superior público e promove cortes orçamentais no seu financiamento.

- Fixa aumentos brutais, apontando para propinas de centenas de contos por ano, estabelecendo as propinas mais caras da Europa, facto que não é admissível quando se conhecem as diferenças de nível de vida entre Portugal e os restantes países, se sabe que Portugal tem percentagens de frequência do ensino superior das mais baixas da Europa e se tem consciência do importante papel que uma larga expansão do ensino superior assume no desenvolvimento do país.



FRANCISCO LOPES  
Membro  
da Comissão Política

Ao longo dos últimos dois anos, desenvolveu-se uma intensa luta dos estudantes do ensino superior, que com a crise estudantil do último mês atingiu uma expressão e amplitude única desde o 25 de Abril.

- E uma lei contra os trabalhadores-estudantes que são agora sujeitos ao pagamento integral das propinas no caso de não acabarem o curso no número de anos que este tem, acrescido de mais dois, podendo assim comprometer os estudos de muitos daqueles que, tendo uma actividade profissional intensa, vão fazendo disciplinas ao longo dos anos.

Um ano e meio após a entrada em vigor da lei das propinas, o seu carácter iníquo presente desde o início é agora a partir da experiência da sua aplicação cada vez mais evidente, havendo, por isso, razões acrescidas para lutar contra ela e para exigir a sua revogação.

**5** - Dois anos de lutas estudantis, traduziram-se já independentemente da evolução futura, em elementos de grande significado.

- Mostram a força da unidade estudantil, ilustrada pelo facto de um Primeiro-Ministro e de um governo que se gaba da sua arrogância ter sido obrigado a substituir dois ministros da Educação num curto espaço de tempo.

- Evidenciam que os estudantes conseguem resistir há um ano e meio à aplicação dum lei injusta (com mais de 30 000 estudantes que ainda não pagaram o aumento das propinas referentes a 92/93).

- Comprovam a juventude como uma grande força social e o movimento juvenil, com destaque para o movimento estudantil, como uma componente com que é preciso contar na evolução da sociedade portuguesa, na luta contra a política de direita e por uma alternativa democrática.

**6** - As recentes iniciativas do Governo para a aplicação da lei das propinas só vão agravar a situação existente no ensino superior e, ao contrário do que o Governo de Cavaco Silva pode pensar, vão constituir, como constituíram anteriores ameaças e a carga policial de 24 de Novembro, um novo factor de aprofundamento do descontentamento estudantil e de ampliação da grande frente de oposição à política do Governo.

A manifestação de 7 de Dezembro, pela grande participação de estudantes do ensino secundário que se defrontam com os problemas do acesso ao ensino superior, das condições de ensino, da reforma edu-

cativa (nomeadamente da avaliação escolar), abre a perspectiva de dinamização da sua acção própria e do reforço da convergência com os estudantes do ensino superior.

A não resolução dos problemas, o nível de mobilização e unidade manifestada, a crescente contestação à política do Governo e ao Primeiro-Ministro cujo papel na condução da política de arrogância e confrontação com os estudantes é cada vez mais claro, irão colocar na ordem do dia novas e importantes expressões de luta estudantil. A consolidação e reforço da unidade, uma nova acção de esclarecimento sobre as razões e objectivos da luta, a adequada coordenação das estruturas associativas no plano nacional e regional e uma profunda ligação dos dirigentes e activistas associativos aos estudantes são determinantes para o desenvolvimento da luta estudantil nos próximos tempos.

**7** - Pela sua parte, o PCP e a JCP apresentaram propostas para uma nova política para o ensino superior e manifestaram desde a primeira hora a sua solidariedade e apoio à luta dos estudantes.

Os jovens comunistas do ensino superior têm estado desde o início na primeira linha da dinamização da luta e do movimento estudantil, na afirmação da sua unidade e independência e assim continuarão a intervir na defesa dos interesses dos estudantes.

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Epigrama

A ganância do rapaz!  
Já foi secretário-mor  
mas depois, a todo o gás,  
arranjou coisa melhor.

Ao governo lança a unha.  
Olha a grande admiração!  
Subindo de cunha em cunha  
é que se chega a falcão...

## Qual o mais?

Anda o Isaltino  
e o Macário anda  
lá num desatino  
a marchar na banda.

Anda o Liberato  
anda o Marques Mendes  
dentinhas de rato  
com pasta prós dentes.

Quem mais desgraçado?  
Qual o mais-ninguém?  
Quem mais desastrado?  
Mais ridículo, quem?

Sou eu! — logo um diz.  
Eu, eu! — outro proclama.  
Louca cicatriz  
que toda se inflama.

Mendes? Liberato?  
Macário? Isaltino?  
Oh, papel ingrato  
impõe o destino!

Cá pra mim, destaco  
pra mais triste glória  
o chefe Cavaco.  
E acabou-se a história.

## Actualidade

Vi agora no jornal  
que a SIC de Balsemão  
abre a porta ao capital  
com veneno no ferrão.

A TV é amante cara.  
Pode, não o esconde a ninguém,  
custar os olhos da cara  
e os olhos da alma também.

## A presença

Numa certa emissão couve na SIC  
discutiram-se autárquicas. Então  
foi ver o Duarte Lima e o Lação  
de serviço ao pingar do alambique.

Ah, como ir à TV é nobre e chique!  
Que prazer, nos duelos da razão!  
Os votos, os devotos da Nação  
os fossos labirínticos da psique.

Eu ganhei, tu perdeste, assim e assado.  
Eu dei-te, mas tu deste-me. Engraçado  
frascos trocados, com a mesma essência...

E tudo se passou, no que se disse,  
como se a CDU não existisse!  
Em vão, tão clamorosa foi a ausência.

■ IGNOTUS SUM



## Plataforma de lançamento

Mesmo a imprensa mais fiel aos "plataformistas" não pode deixar de registar a rapidez com que estes, no seguimento da eleição de Judas, fizeram novas reivindicações de cargos ao PS.

Na rampa de lançamento já está Barros Moura que "mostra-se mesmo aberto a integrar a lista socialista para o Parlamento Europeu", desde que, é claro, num "lugar digno", que significa, como explicam, "claramente elegível."

"Isto é que foi uma descoberta" - já se comenta no interior do PS, especialmente entre os concorrentes aos mesmos lugares - "Quem serão os outros que estão na calha?" Na verdade, a chamada "Plataforma de Esquerda" que anunciou a sua vocação para "morigerar os fascínios do poder" e "fazer uma pedagogia de base", revela uma tal avidez pelos cadeirões de S. Bento, de Estrasburgo e outros de semelhante comodidade que já lhe chamam a "plataforma de lançamento", dentro do PS, para os cargos políticos bem remunerados...

## Ir buscar lá...

Muito animadas vão as pugnas na distrital de Lisboa do PSD, onde a liderança de Isaltino Morais já foi posta em causa por

Santana Lopes na própria noite da contagem dos votos das eleições autárquicas.

O maior interesse exterior destes conflitos intestinos do PSD reside até agora em sublinhar a derrota do partido do Governo na Área Metropolitana de Lisboa onde foi positivamente varrido das freguesias da capital e reduzido a duas maiorias em câmaras e mesmo assim enfraquecidas, como em Oeiras. Entretanto, a contagem das espingardas entre os influentes da distrital do PSD mostra que o regresso de Santana Lopes à presidência não suscita grandes paixões e provoca muitos rancores. Será que o SEC (Secretário de Estado da Cultura), que já tem concorrente no seu próprio Ministério para o lugar de ministro, corre também o risco, no caso da distrital de Lisboa do PSD, de ir buscar lá e sair tosqueado?

## Haja moralidade

A melhor neste rescaldo das autárquicas é a notícia de que o presidente eleito do PSD para a Câmara da Nazaré e vereadores do PSD e do PS eleitos para a mesma Câmara, podem ser impedidos de exercer o mandato por força de uma acção que poderia ser interposta pelo Tribunal Administrativo de Coimbra. Pelo que vem a público, as violações da lei dos partidos, da lei eleitoral,

dos acórdãos dos Tribunais e da própria Constituição são mais que muitos, além das trocas e baldrocas de camisola. Até agora, parece inequívoco que todos comeram. É altura de haver moralidade.

## A esfinge de S. Bento

À força de cultivar o sigilo como alma da sua governação, Cavaco Silva mostra um crescente desprezo pela prestação de contas aos portugueses. Esclarecedoras a este respeito foram as declarações que prestou após a recente cimeira ibérica. Mesmo em relação às mais graves questões que afectam as relações do nosso país com a Espanha não podia ser mais evasivo. Exemplos: em relação ao Plano Hidrológico de Espanha, respondeu: "o desafio é realizar um novo convénio sobre a água". Com que avaliação, com que orientações, quando? Em relação ao défice comercial cada vez mais favorável a Espanha, respondeu: "Vivemos no quadro da livre circulação e não sou partidário de medidas administrativas". E os espanhóis? Há ou não apoio ilegal às suas exportações? Que estímulos aos nossos exportadores? Mesmo quando fala, Cavaco passou a cultivar a ambiguidade, por isso já lhe chamam a esfinge de S. Bento.

## frases da Semana

"Portugal vendeu a pronto-pagamento a sua indústria têxtil"

☞ Ferro Rodrigues, dirigente do PS, no "DN" de 22.11.93

"O PS tinha, sobre esta matéria (GATT/têxteis), objectivos menos ambiciosos que o que nós conseguimos"

☞ Ministro Durão Barroso, no "DN" de 21.12.93

"O acordo do GATT só dá uma hipótese a Portugal. As indústrias tradicionais exportadoras têm 10 anos para dar o salto, tornar-se competitivas e conquistarem posições nos mercados internacionais. Ou isso, ou deixarem de existir"

☞ Postúlo de "O Independente" de 17.12.93

"Vários dos nossos dirigentes puseram, sim, em causa o método de apuramento, que parece ter feito sair muito tarde uma série decisiva de freguesias que atribuíam decisiva maioria ao PS numa série importante de concelhos"

☞ Uma "fonte" da sede do PS do Largo do Rato, citada por "O Diabo" de 21.12.93

"Apesar de tudo não estamos em Angola"

☞ Autarca eleito pelo PS, idem

"A gente de 'O Independente', de Lisboa, só conhece o Parque Eduardo VII"

☞ Macário Correia, candidato do PSD à CM de Lisboa, em entrevista ao "Diabo" de 21.12.93

"Se razões hormonais levarem a desvios de comportamento, há que compreendê-las e aceitá-las com elevação"

☞ idem



Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL  
INDEPENDENTE  
NO MUNDO  
EM MUDANÇA

Encontro  
do PCP  
sobre a  
Independência  
Nacional

20-21 Out. 1990  
ALMADA

edições  
Avante!



À venda

Agenda

# Festa do Avante/94 já tem data

A Festa do Avante/94 - a 18ª - vai realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de Setembro. A decisão foi tomada na última reunião do Comité Central. Camaradas e amigos ligados à organização da Festa estão já a trabalhar para 94 e todas as colaborações são bem-vindas.

## Setúbal Passagem de Ano

no Edifício Arrábida

promovida pela  
Comissão Concelhia de Setúbal do PCP

Inscrições: tel. 52 22 73

## Convívio dos eleitos comunistas na cidade de Lisboa

No Centro de Trabalho Vitória,  
terça-feira, dia 28, a partir das 18.30,  
com a participação de  
Carlos Carvalhas

## Exposição-venda de artes plásticas no Porto

Até amanhã, no Centro de Trabalho da Boavista,  
podem ainda ser adquiridas obras dos artistas  
plásticos que participaram na exposição-venda  
promovida pela CDU e de apoio à sua campanha.



## Banca de Natal da Festa do Avante

No CT da Av. António Serpa  
continua a ser possível adquirir

- Edições da Festa
- Artesanato, roupas e objectos de adorno da República Popular da China
- Artesanato de madeira e jade de países da ex-URSS
- Artesanato do Peru
- Rum cubano

Horário:  
das 10 às 13 e das 14 às 18.30h  
na Av. António Serpa, 26, 2º Esq.

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 23

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 Lotaria de Natal
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Forças Especiais
14.30 Testamento
15.20 Agora Escolha!
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.35 Roda da Sorte
19.15 Verão Quente
20.00 Telemundo
20.30 RTP - Financial Times
20.50 O Dono do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.20 Você é Excepcional
23.15 Vietnam
00.10 24 Horas

11.00 Infantil
11.55 Intensamente Maria
12.50 Safaris no Mundo
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Força Bruta
16.50 As Aventuras de He Man
17.15 Jogo de Damas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Magazine "Viver com Saúde"
20.30 Fado em Sinfonia
21.20 Desenhos Animados
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.30 Casa Comum
00.30 O Vigilante da Estrada

11.00 IBM: The Shape of the World
12.00 Tracey Ullman
13.00 Meu Marido
14.00 Portugal Radical
14.15 A Noiva de Preto
16.00 Notícias

Sexta, 24

08.00 Bom Dia
09.35 A Escola Assombrada
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.30 Testamento
15.20 Alguém Muito Especial
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.15 Verão Quente
20.00 Telemundo
20.30 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.50 O Dono do Mundo
22.00 Nico d'Obra
22.30 E.T. - O Extraterrestre
00.35 O Natal na Cidade do Vaticano

11.00 Infantil
11.55 Intensamente Maria
12.45 Safaris no Mundo
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Os Jovens Cowboys
15.00 Vida Animal
15.50 Father Christmas
16.20 Vamp
17.15 Um, Dó, Lí, Tá
19.20 Outras Margens
19.50 José Rodrigues, Construtores de Histórias
20.25 Artes e Letras: «Hollywood: Os Anos Dourados»
21.15 Desenhos Animados
21.30 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Tony Bennett: «A Family Christmas»
00.05 Missa do Galo

11.00 IBM: The Shape of the World
12.00 Tracey Ullman
13.00 Meu Marido
14.00 Portugal Radical
14.15 O Fantasma da Córsega
16.00 Notícias

Sábado, 25

08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.30 Isto é Magia
13.00 Notícias
13.10 Terra Frágil
13.35 Clube Disney
15.30 Testamento
16.25 O Mistério da Selva Negra
17.20 Palavra Puxa Palavra
18.15 Um Conto Americano: Fievel no Faroste
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Despedida de Solteiro
21.30 Um Conto de Natal
22.30 Parabéns
00.05 Mister Been Especial Natal
00.55 Aventura Arriscada

08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Sebastião e o Pardal
10.30 Concurso Internacional da Canção de Folclore
11.30 Missa de Natal
13.30 Musical: «Sting em Oslo»
15.20 Ernie Indiana
16.00 Mulherzinhas
18.00 Money Love
19.00 Bailado: «Romeu e Julieta»
20.30 Incidente na Judeia
21.40 Natal em Viena
23.20 A Vida É Um Longo Rio Tranquilo

09.00 Programa Infantil/Juvenil
10.30 O Sonhador Terrível
12.30 Wrestling
13.30 Música no Coração
16.30 Royal Variety Performance
19.30 Notícias
19.45 Sex Appeal
20.45 Jornal da Noite
21.45 Encontros Imediatos
22.25 Especial Moda Lisboa 93
23.25 Experiências Hipnóticas de

Domingo, 26

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 Desenhos Animados
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.05 Marés Vivas
15.10 Os Três Mosqueteiros
19.15 Câmara do Cándido
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.00 Despedida de Solteiro
22.05 Os Bonecos da Bola
22.35 Por Cima do Seu Cadáver
00.25 Clips e Spots

08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.15 Regiões
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Forum Musical
12.35 Realce
13.00 Gente Remota
14.00 Musical: «Resistência»
15.00 TV2 Desporto
20.00 Academia do Volante
21.35 Desenhos Animados
21.45 Ideias com História
22.50 Casamento Sem Noiva

09.00 Programa Infantil/Juvenil
10.30 A Família Jetson
12.30 Portugal Radical
13.00 Wrestling
13.30 O Prazer da Condução
13.55 National Geographic
14.30 Peter Pan
16.30 Circo de Monte Carlo
18.00 Labirinto
18.30 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Sex Appeal
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Quimera do Ouro

Segunda, 27

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Sobreviver
14.30 Viajante no Tempo
15.20 A Cidadela
17.20 Agora Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
20.00 Telemundo
20.30 RTP - Financial Times
20.50 O Dono do Mundo
21.45 Os Inocentes
22.25 Concurso «Entre Famílias»
23.40 Querido John
00.15 24 Horas

11.00 Infantil
11.55 Intensamente Maria
12.45 Safaris no Mundo
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
15.45 As Outras Américas
16.40 As Aventuras de He Man
17.10 Temas e Teimas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Magazine: «Cinema»
20.25 O Verão de 45
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.30 Ouvir e Falar
00.30 Terra Mãe

11.00 «IBM, The Shape of the World»
12.00 Tracey Ullman
13.00 Retrato de Mulher
14.00 Portugal Radical
14.15 O Rebelde Orgulhoso
16.00 Notícias
16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias

Terça, 28

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Q.E.D.
14.35 Viajante no Tempo
15.35 Um Sino para Adano
18.40 Roda da Sorte
19.15 Verão Quente
20.00 Telemundo
20.30 RTP - Financial Times

11.00 Infantil
11.55 Intensamente Maria
12.45 Safaris no Mundo
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
15.45 As Outras Américas
16.40 As Aventuras de He Man
17.10 Temas e Teimas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Magazine: «Cinema»
20.25 O Verão de 45
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.30 Ouvir e Falar
00.30 Terra Mãe

11.00 «IBM, The Shape of the World»
12.00 Tracey Ullman
13.00 Retrato de Mulher
14.00 Portugal Radical
14.15 O Rebelde Orgulhoso
16.00 Notícias
16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias

Quarta, 29

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Flash Moda
14.30 Viajante no Tempo
15.20 A Estrada de Corinto
17.10 Agora Escolha!
18.30 Caderno Diário
18.40 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente

11.00 Infantil
11.55 Intensamente Maria
12.45 Safaris no Mundo
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
15.45 As Outras Américas
16.40 As Aventuras de He Man
17.10 Temas e Teimas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Magazine: «Artes Visuais»
20.20 Futebol: União da Madeira - Benfica
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.15 Remate
23.25 Deus Nos Acuda
00.15 Crimes
01.05 A Ponte de Brooklyn

11.00 «IBM, The Shape of the World»
12.00 Tracey Ullman
13.00 Retrato de Mulher
14.00 Portugal Radical
14.15 Viva a Vida
16.00 Notícias
16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Moda Lisboa 93
22.15 A Brincar, a Brincar
22.45 Terça à Noite
23.55 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV



José Rodrigues e a sua obra no «Artes e Letras» do Canal 2: sexta-feira ao princípio da noite

20.50 O Dono do Mundo
21.45 Cuidado com as Imitações
22.10 Você Decide
23.20 Trio Odemira
00.30 24 Horas

11.00 Infantil
12.00 Intensamente Maria
12.45 Safaris no Mundo
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Para Além do Ano 2000
16.45 As Aventuras de He Man
17.15 Temas e teimas
18.00 Vamp
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Magazine: «Ecologia/Ciência»
20.30 Os Trintões
21.20 Desenhos Animados
21.35 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.15 Remate
23.25 Tramas de Seda
00.25 Rotações

11.00 «IBM, The Shape of the World»
12.00 Tracey Ullman
13.00 Retrato de Mulher
14.00 Portugal Radical
14.15 Viva a Vida
16.00 Notícias
16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Moda Lisboa 93
22.15 A Brincar, a Brincar
22.45 Terça à Noite
23.55 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.00 O Natal dos Filstones
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.15 Annie
22.10 Sonho de Natal
23.00 Missa do Galo
24.00 Concerto de Natal

20.00 Telemundo
20.30 Mensagem de Natal do Primeiro-Ministro
20.45 Vamos Jogar no Totobola
21.10 O Dono do Mundo
22.05 Sozinhos em Casa
22.35 Lili e a Estrela do Crime
24.00 24 Horas

11.00 «IBM, The Shape of the World»
12.00 Tracey Ullman
13.00 Retrato de Mulher
14.00 Portugal Radical
14.15 Viva a Vida
16.00 Notícias
16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Moda Lisboa 93
22.15 A Brincar, a Brincar
22.45 Terça à Noite
23.55 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.20 Consultório do Accionista
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.30 Estrela
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Ases pelos Ares
23.30 Revista do Ano - Nacional
01.00 Hunter



No Natal, em todos os Canais, Temas Bíblicos..., desenhos animados e histórias para todos os gostos...

16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Moda Lisboa 93
21.45 Minas e Armadilhas
22.25 Casos de Polícia
23.25 Cuidado com as Aparências
23.55 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
00.35 A Princesa Daisy
01.25 MTV

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.00 O Natal dos Filstones
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.15 Annie
22.10 Sonho de Natal
23.00 Missa do Galo
24.00 Concerto de Natal

16.10 Wrestling
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Rugrats
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Sozinho em Casa
00.50 Último Jornal
01.15 Magic of Music

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.00 O Natal dos Filstones
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.15 Annie
22.10 Sonho de Natal
23.00 Missa do Galo
24.00 Concerto de Natal

Andrew Newton
00.25 Último Jornal
00.45 David Bowie: «Black Tie with Noise»
01.45 MTV

09.50 Consultório do Accionista
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Missa
12.00 Mensagem de Natal do Papa
12.15 Bailado: «O Quebra-Nozes»
13.55 Punky Especial
14.30 Animação: «David Copperfield»
16.00 Felticeiro de Oz
20.05 A Vontade dos Bravos
21.30 Momentos de Glória
23.30 Informação Quatro
23.50 Bailado: «A Christmas Carol»

18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 O Regresso de Jedi
23.50 Tostões e Milhões
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Três é Companhia
01.20 MTV

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.30 Estrela
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
21.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Desporto
22.10 Os Filhos
00.20 Revista do Ano - Desporto
01.00 Hunter

## Filmes na TV

### QUINTA, 23

#### A Noiva de Preto

«The Bride in Black» (EUA/1990). Real.: James Godstone. Int.: Susan Lucci, David Soul. Cor, 100. «Thriller». (14.15, SIC)

#### Andrócles e o Leão

«Androcles and the Lion» (EUA/1952). Real.: Chester Erskine. Int.: Jean Simmons, Alan Young, Victor Mature, Elsa Lanchester. P/B, 95 min. Comédia. (15.20, Canal 1)

#### Protocolo

«Protocol» (EUA/1984). Real.: Herbert Ross. Int.: Goldie Hawn, Chris Sarandon, Richard Romanus, Andre Gregory, Gail Strickland. Cor, 96 min. Ver Destaque. (22.10, Quatro)

### SEXTA, 24

#### O Fantasma da Córsega

«Corsican Brothers» (EUA/1985). Real.: Ian Sharp. Int.: Trevor Eve, Geraldine Chaplin, Olivia Hussey. Cor, 100 min. Aventuras. (14.15, SIC)

#### Uma Casa na Pradaria

«Bless All the Dear Children» (EUA). Real.: Victor French. Int.: Melissa Gilbert, Dean Butler, Victor French, Patricia Pearcy, Joel Graves. Cor, 120 min. Drama. (14.20, Quatro)

#### Alguém Muito Especial

«Some Kind of Wonderful» (EUA/1987). Real.: Howard Deutch. Int.: Eric Stoltz, Mary Stuart Masterson, Lea Thompson. Cor, 90 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

#### Annie

«Annie» (EUA/1982). Real.: John Huston. Int.: Aileen Quinn, Albert Finney, Carol Burnett, Bernadette Peters, Ann Reinking. Cor, 1982. Ver Destaque. (20.15, Quatro)

#### ET - O Extraterrestre

«ET - The Extraterrestrial» (EUA/1982). Real.: Steven Spielberg. Int.: Dee Wallace, Henry Thomas, Peter Coyote, Robert MacNaughton, Drew Barrymore, Tom Howell. Cor, 115 min. Ver Destaque. (22.30, Canal 1)

#### Sozinho em Casa

«Home Alone» (EUA/1990). Realização de Chris Columbus. Interpretação de Macaulay Culkin, Joe Pesci, John Heard, John Candy. Cor, 102 minutos. Ver Destaque. (23.10, SIC)

### SÁBADO, 25

#### Sebastião e o Pardal

«Sebastian and the Sparrow» (Australiá/1988). Real.: Scott Hicks. Int.: Alexander Bainbridge, Jeremy Angerson. Cor, 89 min. Fábula Juvenil. (09.00, TV 2)

#### Música no Coração

«The Sound of Music» (EUA/1965). Real.: Robert Wise. Int.: Julie Andrews, Christopher Plummer, Eleanor Parker, Peggy Wood. Cor, 170 min. Ver Destaque. (13.30, SIC)

#### Mulherzinhas

«Little Women» (EUA/1949). Real.: Mervyn LeRoy. Int.: June Allyson, Peter Lawford, Margaret O'Brien, Elizabeth Taylor, Janet Leigh, Rossano Brazzi, Mary Astor. Ver Destaque. Cor, 117 min. (16.00, TV 2)

#### O Feiticeiro de Oz

«The Wizard of Oz» (EUA/1939). Realização de Victor Fleming. Interpretação de Judy Garland, Ray Bolger, Jack Haley, Bert Lahr, Frank Morgan, Clara Blandick, Charley Grapwin. P/B e Cor, 97 minutos. Ver Destaque. (Quatro, 16.00)

#### Um Conto Americano 2: Fievel no Faraóeste

«An American Tail: Fievel Goes West» (EUA/1991). Real.: Phil Nibbelink e Robert Watts. Vozes: Phillip Glasser, James Stewart, Erica Yohn, Dom DeLuise. Cor, 73 min. Ver Destaque. (18.15, Canal 1)

#### A Vontade dos Bravos

«Miracle in the Wilderness» (EUA/1991). Real.: Kevin James Dobson. Int.: Kris Kristofferson, Kim Cattrall, John Dennis Johnston. Cor, 85 min. Drama. (20.05, Quatro)

#### A Vida é um Longo Rio Tranquilo

«La Vie est un Long Fleuve Tranquille» (Fr./1988). Real.: Etienne Chatiliez. Int.: Benoit Magimel, Valérie Lalande, Tara Romer. Cor, 88 min. Comédia. (23.20, TV 2)

#### Aventura Arriscada

«Wendy Cracked a Walnut» (Australiá/1989). Real.: Michael Pattinson. Int.: Rosanna Arquette, Bruce Spence, Hugo Weaving, Kerry Walker. Cor, 84 min. Comédia Romântica. (00.55, TV 2)

### DOMINGO, 26

#### A Família Jetson

«Jetson, The Movie» (EUA/1990). Real.: William Hanna e Joseph Barbera. Cor, 83 min. Ver Destaque. (10.30, SIC)

#### Os Três Mosqueteiros

«The Three Musketeers» (EUA/1948). Real.: George Sidney. Int.: Gene Kelly, Lana Turner, June Allyson,

Van Heflin, Angela Lansbury, Frank Morgan, Vincent Price, Keenan Wynn. Cor, 121 min. Ver Destaque. (a partir das 14.00, Canal 1)

#### O Gênio da Lâmpada

«Bernard and the Genie» (Gr.Br.). Real.: Paul Weiland. Int.: Lenny Henry, Rowan Atkinson, Alan Cumming, Bob Geldof, Gary Lineker, Melvyn Bragg. Cor, 70 min. Comédia. (16.15, Quatro)

#### Os Muppets Conquistam Nova Iorque

«The Muppets Take Manhattan» (EUA/1984). Real.: Frank Oz. Int.: Jim Henson, Frank Oz, Dabe Goetz, Steve Whitnire, Richard Hunt. Cor, 94 min. Ver Destaque. (18.00, Quatro)

#### Academia do Volante

«Driving Academy» (EUA/1987). Real.: Oz Scott. Int.: Charlie Robinson, Harvey Korman, Jackée, Dick Butkus, Eddie McClurg. Cor, 95 min. Comédia. (20.00, TV 2)

#### A Revolta do Aprendiz

«Mr. Corbett's Ghost» (EUA). Real.: Danny Huston. Int.: John Huston, Paul Scofield, Mark Farmer, Burgess Meredith. Cor, 60 min. Comédia. (21.00, Quatro)

#### A Quimera do Ouro

«The Gold Rush» (EUA/1925). Real.: Charlie Chaplin. Int.: Charlie Chaplin, Georgia Hale, Mack Swain, Tom Murray. P/B, 82 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

#### O Amor de Clara

«Clara's Heart» (EUA/1988). Real.: Robert Mulligan. Int.: Whoopi Goldberg, Michael Ontkean, Kathleen Quinlan, Spalding Gray. Cor, 103 min. Drama. (22.00, Quatro)

#### Por Cima do Meu Cadáver

«Enid is Sleeping» (EUA/1989). Real.: Maurice Phillips. Int.: Elizabeth Perkins, Judge Reinhold, Jeffrey Jones, Maureen Mueller. Cor, 98 min. Ver Destaque. (22.35, Canal 1)

#### Casamento sem Noiva

«There Goes the Bride» (Gr.Br./1979). Real.: Terence Marcel. Int.: Tom Smothers, Twiggy, Martin Balsam, Sylvia Syms. Cor, 87 min. Comédia. (22.50, TV 2)

### SEGUNDA, 27

#### O Rebelde Orgulhoso

«The Proud Rebel» (EUA/1958). Real.: Michael Curtiz. Int.: Alan Ladd, Olivia de Havilland, Dean Jagger, Cecil Kellaway, David Ladd. Cor, 103 min. Ver Destaque. (14.15, SIC)

#### A Cidadela

«The Citadel» (Gr.Br./1938). Real.: King Vidor. Int.: Robert Donat, Rosalind Russell, Ralph Richardson, Rex Harrison. P/B, 108 min. Ver Destaque. (15.25, Canal 1)

#### O Regresso de Jedi

«Return of the Jedi» (EUA/1983). Real.: Richard Marquand. Int.: Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Billy Dee Williams. Cor, 133 min. Fantástico. (21.30, SIC)

#### Os Filhos

«Babies» (EUA). Real.: Michael Rhodes. Int.: Lindsay Wagner, Dinah Manoff, Marcy Walker, Adam Arkin. Cor, 89 min. Comédia Dramática. (22.10, Quatro)

### TERÇA, 28

#### Viva a Vida

«Vive La Vie» (Fr./1984). Real.: Claude Lelouch. Int.: Michel Piccoli, Charlotte Rampling. Cor, 110 min. Drama. (14.15, SIC)

#### Um Sino para Adano

«A Bell for Adano» (EUA/1945). Real.: Henry King. Int.: Gene Tierney, John Hodiak, William Bendix, Richard Conte. P/B, 100 min. Drama. (15.35, Canal 1)

#### Ases pelos Ares

«Hot Shots» (EUA/1991). Real.: Jim Abrahams. Int.: Charlie Sheen, Cary Elwes, Valeria Golino, Lloyd Bridges, Kevin Dunn. Cor, 85 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

### QUARTA, 29

#### Barafunda em Hollywood

«Hollywood Shuffle» (EUA/1987). Real.: Robert Townsend. Int.: Robert Townsend, Graigus R. Johnson, Anne-Marie Johnson, Starletta Dupois. Cor, 82 min. Ver Destaque. (14.15, SIC)

#### A Estrada de Corinto

«La Route de Corinthe» (Fr./It./1967). Real.: Claude Chabrol. Int.: Jean Seberg, Maurice Ronet, Christian Marquand, Michel Bouquet. Cor, 87 min. Espionagem. (15.25, Canal 1)

#### Lili e a Estrela do Crime

(Brasil). Real.: Luís Farias. Int.: Betty Faria, Reginaldo Faria, Patrícia Travassos, João Signorelli, Mário Gomes. Cor, 79 min. Comédia. (22.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## — Por isto e por aquilo... —

### Protocolo

(Quinta, 22.10, Quatro)

Realizada por Herbert Ross, parece que esta comédia (recheada de lances mais do que óbvios) serve sobretudo de veículo para que uma excelente atriz - Goldie Hawn - brilhe a grande altura no papel de uma ignorada empregada de bar que, involuntariamente envolvida num caso de alta política, chega às luzes da ribalta internacional. Pelo meio, os conflitos e as complexas relações entre o Ocidente e o Médio Oriente...

### Alguém Muito Especial

(Sexta, 15.20, Canal 1)

Um rapaz de poucas posses apaixonou-se por uma colega do liceu que anda envolvida com um outro colega, este padre de rico. Cego de amor, ele é incapaz de perceber que, mesmo ali à mão, uma outra amiga aspira a conquistar o seu coração. A história cheia a mais do que «já visto», mas diz-se que o que distingue este filme de outros da sua igualha, tornando a sua visão relativamente interessante, é a excelência da representação das personagens femininas - a cargo de Mary Stuart Masterson e Lea Thompson. A confirmar.

### Annie

(20.15, Quatro)

Annie, uma órfã divertida e simpática, passa a vida a tentar fugir do orfanato que a acolhe, até que a fortuna lhe sorri e vai passar uma semana a casa de um milionário - o que vai modificar a sua vida e a de todos os que com ela se envolvem. Adaptado de uma famosíssima banda desenhada norte-americana (Little Orphan Annie), que já deram origem a um estrondoso êxito musical da Broadway, este filme não é do melhor que nos deixou o seu realizador - John Huston - mas sem dúvida que, em alguns momentos, possui a sua imagem de marca. E duas brilhantes interpretações, de Aileen Quinn e Albert Finney, contribuem para tornar o filme um passatempo agradável.

### ET - O Extraterrestre

(Sexta, 22.30, Canal 1)

Com alguma falta de imaginação, o Canal 1 ilustra esta quadra do Natal com um filme, naturalmente maravilhoso, mas que já serviu à mesma estação para abrihantar a quadra da Páscoa, há menos de nove meses! Um filme que, segundo a Variety, «é, provavelmente, o melhor filme de Disney, que Disney nunca fez». Como ignorar, aliás, que, também perante os melhores e mais eficazes exemplos de Disney, os espectadores sabem que são magicamente manipulados por uma «fábrica de sonhos» e de «efeitos especiais» para deixar cair uma lágrima - e não se importam? E como não reconhecer que, como recorda Douglas Brode, a comvente cena final da despedida entre o pequeno Elliott e o afável extraterrestre nos sugere um paralelo com a cena em que a Branca de Neve se separa dos sete anões para partir para os braços do seu Príncipe? Êxito de bilheteira, como poucos, ET ficou pois como um marco do «cinema do maravilhoso» e não é difícil concluir que, sem dúvida, Spielberg se conta entre os cineastas que, partindo da sua condição de dominador das técnicas, das máquimas e dos efeitos, ao mesmo tempo sabe lidar com as emoções...

### Sozinho em Casa

(Sexta, 23.10, SIC)

Desta vez, o Natal é o motivo próximo que leva um casal americano a decidir tirar uns dias de férias em Paris. O certo é que, quando voam já sobre o Atlântico, chegam à conclusão de que o jovem Kevin ficou, esquecido, em casa... Eis o quadro em que se desenrola esta comédia frenética, cujo único interesse é (no meio de alguma excessiva violência) acompanhar as hilariantes aventuras e desventuras de um jovem (um pequeno grande actor - Macaulay Culkin) perante os perigos e as tentações que, sozinho em casa, tem de enfrentar. Também aqui, a SIC é reinvidente, já que também no Natal do ano passado teve a ideia de transmitir este mesmo filme.

### Música no Coração

(Sábado, 13.30, SIC)

Numa semana em que a programação cinematográfica se apresenta grandemente inflacionada - com filmes repetidos pela segunda e terceira vez, o que serve para disfarçar a incapacidade das «privadas» e, sobretudo, a negligência dos «canais públicos», para a produção e transmissão de produções nacionais - este dia de sábado ultrapassa todos os limites do razoável, com a transmissão de nada menos que 8-filmes-8, nos



Os eternos conflitos entre Charlot e Big Jim McKay... e a paixão de Charlot por Gloria em «A Quimera do Ouro», a obra-prima

quatro canais! E tudo começa aqui, na SIC, com a revisão desse estrondoso êxito de bilheteira que foi Música no Coração. Inútil debruçarmo-nos aqui sobre a história, mais que conhecida. Recordemos, apenas, que se trata de um daqueles produtos habilmente concebidos para pôr uma plateia inteira a chorar, aflita com as desgraças por que passa a família Trapp, por entre as canções da inefável Julie Andrews e das suas sete adoráveis criancinhas. Mas o cristão destaque aqui fica, para quem (ainda!!!) não viu...

### Mulherzinhas

(Sábado, 16.00, TV 2)

Se se tratasse da versão original de 1933 realizada por George Cukor, com Katherine Hepburn e Cia, - então seria um filme a não perder. Mas este remake de um argumento inspirado num célebre romance de Louisa May Alcott deixa muito a desejar, por mais que seja interessante vermos Margaret O' Brian e Elizabeth Taylor em bicos dos pés, a ver quem brilha mais...

### O Feiticeiro de Oz

(Sábado, 16.00, Quatro)

Porventura parecendo aos espectadores de hoje um espectáculo algo datado e previsível, o certo é que, nos anos 30/40, quando foi produzido e exibido pela primeira vez, se veio a revelar um dos grandes êxitos da MGM, lançando no estrelato - e nada menos do que arrancando, na oportunidade, um Oscar - uma excelente cantora e atriz, Judy Garland. Não é a primeira nem a segunda vez que a RTP o transmite - e sempre por esta altura do ano, como aconteceu há 12 meses! - pelo que não cabe aqui elaborarmos longamente sobre o já mais que conhecido enredo desta história de Frank L. Baum. De entre as canções do filme, destaque para Over The Rainbow, precisamente o arco-íris para além do qual Dorothy e os seus três companheiros - o cão, o leão e o homem-de-ferro - encontram Oz, o país onde vive o mágico feiticeiro...

### Um Conto Americano 2: Fievel no Faraóeste

(Sábado, 18.15, Canal 1)

De novo Spielberg, agora atrás das câmaras, na produção da «segunda dose» desse êxito inaugural que foram as primeiras aventuras do ratinho Fievel. Trata-se de uma longa-metragem de animação, que constitui a revisitação de um género que marcou o cinema americano - o western. Um êxito garantido!



Os impagáveis «Marretas...», num filme de Frank Oz, «... à conquista de Nova Iorque»



Charlie Chaplin



Steven Spielberg

**A Família Jetson**  
(Domingo, 10.30, SIC)  
Outra longa-metragem de animação a inaugurar o domingo. Esta, concebida pelos magos do «desenho animado» que são a dupla **Hanna-Barbera** com uma história de aventuras passadas no espaço. Um presente de Natal para a miudagem!

**Os Três Mosqueteiros**  
(Domingo, a partir das 14.00, Canal 1)  
Objecto de variadíssimas versões para o cinema, o clássico de **Alexandre Dumas** é aqui bem servido por uma adaptação musical, realizada com brilhantismo irregular (mas a sempre habitual eficácia) por **George Sidney** e excelentemente interpretada por **Gene Kelly**, que alia à sua destre-

ria (algo piegas) de um ex-oficial sulista (**Alan Ladd**) que, após a Guerra de Secessão, se confronta com a necessidade de encontrar um médico que ajude à cura do seu filho, o qual emudecera na sequência de um bombardeamento.

**A Cidadela**  
(Segunda, 15.25, Canal 1)  
Aqui, sim, as coisas começam de novo a melhorar: trata-se da adaptação, realizada por **King Vidor**, de um célebre romance de **A. J. Cronin** que conta a história de um jovem médico preocupado, no início da sua carreira, com a poluição das grandes cidades e que, com o passar dos anos, se esquece dos seus ideais de juventude, até que a desgraça o atinge. E é então que... Quatro excelentes interpretações de **Robert Donat**, **Rosalind Russell**, **Ralph Richardson** e **Rex Harrison** - alguma da «nata» da arte de representar anglo-americana. Indispensável a quem goste do género.

**Ases pelos Ares**  
(Terça, 21.40, Quatro)  
Termina bem, esta semana cheia de cinema assim, excluindo a *Quimera do Ouro*, algumas das reposições e, ainda, esta comédia que (para nosso proveito) goza à farta com um grande êxito que o *Canal 1* já transmitiu em Setembro passado - o espectacular e reaccionário *Top Gun - Asas Indomáveis* - sem esquecer umas «bicadas» em *Danças com Lobos e Nove Semanas e Meia...* Claro que tudo se fica a dever a **Jim Abrahams**, esse realizador louco que, juntamente com os irmãos **Jerry** e **David Zucker**, «abandalhou» por completo o filme de espionagem e o filme-catóstrofe. Aqui, o móbil das cruéis ferroadas é a Guerra do Golfo! Parece que é um filme a não perder.

**Barafunda em Hollywood**  
(Quarta, 14.15, SIC)  
Também uma paródia a conhecidos filmes e séries de televisão é este filme de **Robert Townsend**, uma comédia em que um desconhecido actor negro, extremamente parecido com **Eddie Murphy**, se transforma em candidato a «estrela de Hollywood»... constantemente dando por si a imaginar-se «o maior» do mundo do cinema - com as inevitáveis confusões e trapalhadas que isso lhe acarreta. Mesmo evoluindo com altos e baixos, o filme é um espectáculo de representação do próprio **Robert Townsend**.

**Cinema**

|                             | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|-----------------------------|-----------|--------------|--------------|
| <b>A</b> Idade da Inocência | -         | -            | ★★★★★        |
| <b>B</b> Na Linha de Fogo   | ★★★       | ★★★          | ★★★          |
| <b>C</b> Parque Jurássico   | ★★★       | -            | ★★★★         |
| <b>D</b> Vale Abraão        | ★★★★      | -            | ★★           |

Classificação de ★ a ★★★★★  
**A** - Real. Martin Scorsese - *Cine-Teatro/Monumental* (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15); *Quarteto/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00) - Lisboa.  
**B** - Real. Wolfgang Petersen - *Las Vegas* (15.00, 17.30, 21.30) - Lisboa.  
**C** - Real. Steven Spielberg - *Alfa/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); *Amoreiras/3* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Fonte Nova/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Monumental/2* (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30); *S. Jorge/2* (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.  
**D** - Real. Manoel de Oliveira - *Monumental/3* (14.30, 18.00, 21.30) - Lisboa.

**Teatro**

**AUDITÓRIO DE BENFICA**  
Lisboa, Junta de Freguesia de Benfica, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 18.00. **FRAGMENTOS KAFKIANOS**, adaptação de textos de Kafka, encenação de Carlos Rocha e Ione de Medeiros, pela Companhia Absurda.

**CLUBE ESTEFÂNIA**  
Lisboa, R. Alexandre Braga, 24-A. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José António Pires.

**TEATRO ABERTO**  
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. **O TEMPO E O QUARTO**, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço.

**TEATRO CINEARTE**  
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. De 4ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. **RINOCERONTE**, de Ionesco, encenação de Helder Costa.

**TEATRO DA GRAÇA**  
Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 8755626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O CONSTRUTOR**, de Ibsen, encenação de Graça Corrêa.

**TEATRO MALAPOSTA**  
Loures, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ESCOLA DAS MULHERES**, de Molière, encenação de José Peixoto.

**TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA**  
Almada. Tel. 2752175. De 3ª a dom. às 21.30, dom. às 16.00. **DIAS FELIZES**, de Beckett, encenação de Julio Castronuovo, pela Companhia de Teatro de Almada.

**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**  
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O LEQUE DE LADY WINDERMERE**, de Oscar Wilde, encenação de Carlos Avilez.

**PALAVRAS CRUZADAS**

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

|    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|----|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 1  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 6  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 7  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 8  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 9  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 10 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 11 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 12 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 13 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**HORIZONTAIS:** 1 — Riqueza; abastança; 2 — Solitário; laço apertado; Ruténio (símb.); observa; 3 — Os americanos já lá estiveram; vazias; a 3.ª pessoa; 4 — Campeão; repetem; atmosfera; 5 — Conversada; circuito; 6 — Prevenia; amamentavam; 7 — Igual; casas onde se fazem o vinho e o azeite; interj. de satisfação ouvida nas touradas; 8 — Sem cheiro; autênticas com o nome ou firma; 9 — Tenor italiano de grande renome; expedireis; 10 — Art.; trabalha à noite; a mesma composição; 11 — Linha; lírio; mãe da Virgem Maria; 12 — Fabulista latino; aeroplano; 13 — Razoável; avivaram o lume.

**VERTICAIS:** 1 — Facciosos; 2 — Ósmio (símb.); sertões; nota musical; 3 — Lista; humorista brasileiro; cidade marroquina; 4 — Costume; não acredito; 5 — Ligue; raros; discursiva; 6 — Laço apertado; da Baviera; pena (inv.); 7 — Estância termal junto a Chaves; art. espanhol; 8 — Habitação; canção; 9 — Catedral; pelos santos populares aparecem nos mangericos; 10 — Dirigir-se; marejada; Astatino (símb.); 11 — Pron. relativo; Eucaristia Dominical; saudação entre os cristãos; 12 — Segundo a lenda amamentou Rómulo e Remo; sarcasmo; 13 — A Costela de Adão; nome de mulher; rio da Suíça; 14 — Forma redutiva de José; torre de vigia; começo de oásis; 15 — Prometimentos.

**SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTAIS:** 1 — Canetas; baratas. 2 — Oras; sino; 3 — Má; ar; mas; mó; ir; 4 — Elo; apagada; lai; 5 — Laca; acolá; pisa; 6 — Amara; anéis; 7 — Aroma; ataca; 8 — Irada; odora; 9 — Mina; arara; adir; 10 — Ora; assenso; avo; 11 — Lá; as; eda; va; om; 12 — Alar; iate; 13 — Remirar; assolar.

**VERTICAIS:** 1 — Camelo; amolar; 2 — Ala; ira; 3 — Nó; ocarina; am.; 4 — Era; amora; ali; 5 — Tara; ama; asar; 6 — As; paradas; Rá; 7 — Maca; arse; 8 — Mago; aedo; 9 — Sala; orna; 10 — As; danadas; is; 11 — Rima; eco; ovas; 12 — Ano; piara; ato; 13 — Tô; listada; el; 14 — Ias; Ivo; 15 — Serias; cromar.

**XADREZ**

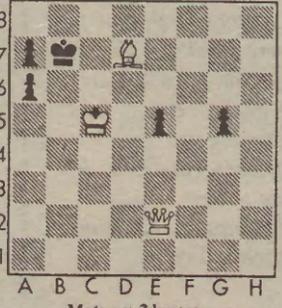
**DAMAS**

CDXLII - 23 de Dezembro de 1993

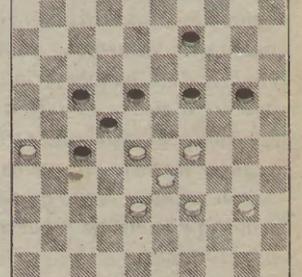
**PROPOSIÇÃO Nº 1993X101**  
Por: OTTO WÜRZBURG  
British Chess Magazine, Out., 1896  
Pr.: [5]: Ps.a6, a7, e5, g5-Rb7  
Br.: [3]: Bd7-Dé2-Rç5

CDXLII - 23 de Dezembro de 1993

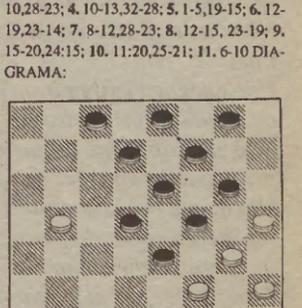
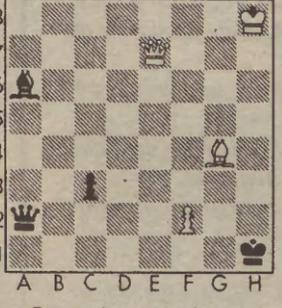
**PROPOSIÇÃO Nº 1993D101**  
Por: MAURICE NICOLAS  
- França, 1959  
Pr.: [7]: 9-17-18-19-20-22-27  
Br.: [7]: 26-28-29-33-38-39-40



**PROPOSIÇÃO Nº 1993X102**  
Por: K.A.L. KUBBEL  
150 Endspielstudien  
Pr.: [4]: Pç3-Ba6-Da2-Rh1  
Br.: [4]: Pf2-Bg4-Dé7-Rh8



**PROPOSIÇÃO Nº 1993D102**  
GOLPE Nº 50/93  
Por: Capitão EVARISTO ANTONIO BORGES  
- Porto, 13.1.1939



Nº 1993X101 [O.W.]: 1. Bh3, g4; 2. D:g4.Rb8; 3. Dç8+  
1. ..., a5; 2. Da6+, R:a6; 3. Bç8+  
Nº 1993X102 [K.A.L.K.]: 1. Dè1+, Rg2; 2. Bh3+, R:h3; 3. Dg1, Rh4; 4. Dh2+, Rg5; 5. f4+ e ganham.

Nº 1993D101 [M.N.]: 1. 29-24!, 19x30; 2. 38-32, 27x29; 3. 26-21, 22x44; 4. 21x3-D+  
Nº 1993D102 [Cap. E.A.B.]: 11. ..., 19-15; 12. 10-19, 15-11; 13. 7-14, 22-15; 14. 13-22, 26-1+  
A. de M.M. A. de M.M.

**Tempo**

Continuação do tempo frio com aumento de nebulosidade.



za física os seus excepcionais dotes de bailarino. Mas é sobretudo **Lana Turner** que merece uma visão mais tenta, no seu papel de **Lady DeWinter**...

**Os Muppets Conquistam Nova Iorque**

(Domingo, 18.00, Quatro)  
Filme típico da quadra - e realizado por um dos seus grandes criadores, **Frank Oz** - esta longa-metragem dos célebres bonecos da TV para o cinema (aqui acompanhados por algumas vedetas e «amigos», entre os quais o próprio **Oz**, e ainda **Jim Henson** e tantos outros conhecidos pândegos) merece inteiramente a visão. Desta vez, tudo se passa na *Grande Maçã*, com os *Marretas* a tentarem a conquista da Broadway, numa história impagável, hábil e loucamente rodada entre os «cenários de fantoches» e os «cenários naturais» de Nova Iorque.

**A Quimera do Ouro**

(Domingo, 21.30, SIC)  
Tudo se passa durante a época da «corrida ao ouro», com *Charlot* a fazer de prospector e a tentar a sua sorte, por entre os humores de *Big Jim* e a paixão por *Georgia*. Esta memorável comédia clássica, verdadeira obra-prima de **Charlie Chaplin**, é, seguramente, o melhor filme da semana, recheado que está de sequências de antologia - como a interminável cena da cabana a baloiçar à beira do precipício ou a dança dos pãezinhos espetados em dois garfos ou a degustação, por *Charlot*, dessa autêntica iguaria que é uma sola do sapato, acompanhada do *spaghetti* em que os atacadores se transformam... Sem dúvida, o mais célebre filme de *Chaplin* a marcar esta época natalícia.

**Por Cima do Meu Cadáver**

(Domingo, 22.35, Canal 1)  
Convencida de que acabou de matar a sua própria irmã, durante uma violenta discussão, uma mulher tenta desesperadamente, durante todo o filme, desembaraçar-se do incómodo cadáver - o que dá origem às situações mais hilariantes - numa comédia bem interpretada e que mais não pretende do que fazer rir a bom rir.

**O Rebelde Orgulhoso**

(Segunda, 14.15, SIC)  
Entre as várias «sessões especiais» que programou para esta época festiva, sem dúvida que *O Rebelde Orgulhoso* se encontra entre os mais aproveitáveis de um lote que, com algumas excepções, prima por alguma indigência. Realizado por **Michael Curtiz**, este quase-western conta a histó-

# a Talhe de FOICE

## O Santo MacGuiver

Mesmo não percebendo nada de finanças, como Jesus Cristo, não é preciso uma intuição divina para se estranhar o mistério que, esta semana, anunciou a retoma da economia do nosso país em 1994, a par de um aumento do desemprego. Na verdade, e aceitando como boas as previsões da OCDE de que a produtividade portuguesa vai subir de dois a três pontos percentuais no próximo ano, não se compreende como tal impulso pode gerar menos trabalho.

A não ser que haja por aí alguém de varinha mágica em punho, o que é pouco credível.

O mais provável é alguém estar a aldrabar-nos, pelo que das duas, três:

Ou a OCDE mente com os dados que nos dá.

Ou alguém mentiu à OCDE com os dados que lhe deu.

Ou estão a mentir todos, por junto e atacado.

Neste ponto, os responsáveis governamentais - que fornecem à OCDE os elementos com que ela raciocina sobre o nosso país - responder-nos-ão com montanhas de estatísticas oficiais rebocadas a jargão economista, demonstrando, duma assentada, a infalibilidade da sua ciência e o incomensurável da nossa ignorância.

Só não explicam como pode uma retoma económica gerar mais desemprego.

Ou, dito de outra forma, como pode uma situação de desemprego crescente traduzir-se num aumento de produtividade.

"A guarda morre e não se rende", dizia-se dos pretorianos.

O Governo de Cavaco Silva é menos heróico: mente para não se render. Só que a rendição se tornou tão ameaçadoramente inevitável, que a barragem da mentira é já uma construção diária. Hoje temos a produção a aumentar com o trabalho a diminuir.

Ontem tivemos a indústria têxtil a ser defendida com a sua venda ao estrangeiro.

Transanteontem foram as pescas e a agricultura, a construção naval e a metalurgia, a indústria pesada e os combustíveis, tudo a ser dinamizado numa venda a retalho e com pagamento à vista. Não se estranhe, por isso, que amanhã se veja essa coisa surreal de revitalizarmos a economia na base do desemprego.

Afinal de contas como é que se pode empregar gente numa indústria que morre fábrica a fábrica, numa agricultura que é subsidiada para acabar, em pescas a que abateram os barcos, em comércio que se entrega ao estrangeiro?

A retoma da economia terá, necessariamente, de se fazer na base dos meios que temos. Assim sendo, é óbvio que o desemprego constitui o mais prometedor recurso nacional da actualidade.

Pegue-se nele e retome-se a economia, no óbvio pressuposto de que quanto mais desemprego houver, mais recuperação económica se fará. Não somos nós a dizê-lo, é a OCDE a garanti-lo na base do que o Governo lhe diz.

Faltava, à democracia de sucesso de Cavaco Silva, esta jóia da coroa.

Esta suprema arte de fazer das fraquezas forças. Não bastava arruinar a capacidade produtiva do País.

Não chegava entregar ou alienar ao estrangeiro os recursos nacionais.

Não era suficiente tornar o desemprego uma das principais ocupações dos portugueses.

Havia que rematar a obra com algo inteiramente inédito no concerto das nações.

Aí temos a maravilha.

O desemprego como motor de desenvolvimento.

Como é Natal, só pode ser um milagre.

Como é Cavaco Silva o seu intérprete, o homem só pode ser um santo.

Ou, mais adequadamente ao seu imaginário, um MacGuiver de paróquia.

■ HC

## Constitucional ou não Lei das propinas é injusta

O PCP manifestou a sua «frontal discordância com a decisão tomada, por maioria, pelo Tribunal Constitucional de não considerar inconstitucionais os aspectos substanciais e essenciais na Lei 20/92 e de apenas considerar inconstitucionais duas normas manifestamente acessórias».

Em nota do Gabinete de Imprensa, o PCP afirma:

«É uma evidência que, entre outros aspectos, determinando a Constituição que incumbe ao Estado «estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino», não pode obviamente deixar de ser considerada inconstitucional uma lei que impõe brutais aumentos de propinas (mais de 7000% só no primeiro ano, atingindo o valor anual de mais de 80 mil escudos e que no segundo, terceiro e anos seguintes de aplicação podem ascender a muitas centenas de contos) e que é assumidamente inspirada pelo propósito de concretizar, por fases, o objectivo de os alunos passarem a pagar o chamado custo real do ensino superior público.

«Nenhuma apreciação ou decisão sobre a constitucionalidade da Lei das propinas pode disfarçar o seu carácter manifestamente injusto e iníquo.

«A Lei das propinas, longe de derivar das preocupações de «justiça social» que o Governo hipocritamente proclama, e que deviam sim ser asseguradas no domínio fiscal, agrava fortemente a

selectividade classista do ensino superior, penaliza e apresenta como saldo principal um considerável agravamento dos encargos suportados por famílias que estão muito longe de disporem de elevados rendimentos e que já hoje só com muitas dificuldades conseguem fazer frente às outras elevadas despesas (em material escolar, habitação e alimentação) que a frequência do ensino superior pelos seus filhos representa.

«Com efeito, ao considerar como elemento-base para o apuramento dos rendimentos as declarações do IRS, a lei das propinas conduz à penalização dos estudantes cujos pais são trabalhadores por conta de outrem, beneficiando entretanto escalões com mais elevados rendimentos (como profissões liberais) que mais facilmente fogem ao fisco, facto cada vez mais evidente à medida que se processa a aplicação da lei. As muitas situações conhecidas de estudantes oriundos de famílias com mais fracos recursos a terem de pagar propinas e de estudantes de estratos sociais de elevados rendimentos a ficarem isentos do seu pagamento aí estão para mostrar que estranha «justiça social» está o Governo a assegurar.

«A decisão do Tribunal Constitucional não altera nenhuma questão de fundo. Mantêm-se os problemas do ensino superior, mantêm-se a reclamação da revogação da lei das propi-

nas, mantêm-se e reforça-se a exigência de uma nova política para este sector e de um ensino superior de qualidade que responda aos interesses dos estudantes e às necessidades do país.

«Mantêm-se, por isso, todas as razões para a insatisfação dos estudantes e para o prosseguimento do seu protesto e da sua justa luta.»

Entretanto, após a reunião extraordinária do Conselho de Ministros, o PCP voltou a acusar o Governo de persistir na contestação do normal exercício das competências pelo Presidente da República. A nota do Gabinete de Imprensa refere designadamente:

«Com mais uma encenação de um Conselho de Ministros extraordinário, desta vez a pretexto do veto do Presidente da República ao diploma governamental que estabelecia ilegítimamente sanções para o não pagamento das propinas, o Governo volta a persistir, embora significativamente de forma velada, na contestação ao normal exercício das competências constitucionais pelo Presidente da República.

«A teimosia do Governo na aplicação da Lei das propinas e ao seu anunciado propósito de limitar o debate parlamentar à matéria constante do decreto vetado pelo Presidente da República, o Grupo Parlamentar do PCP contrapõe um debate alargado e a exigência da revogação da Lei das propinas.»

## Só em Novembro foram mais 33 mil

# Há 355 600 desempregados inscritos nos centros de emprego

O aumento do desemprego em Portugal foi denunciado pela Comissão Executiva da CGTP-IN, que analisou os números divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e concluiu ser a situação «bem mais grave do que aquela que o Governo diz existir».

Segundo o IEFP, refere um comunicado de imprensa emitido pela *Inter* na segunda-feira, o número de desempregados inscritos no mês de Novembro nos centros de emprego subiu para 355 600, o que significa 7,9 por cento da população activa; relativamente a Novembro do ano passado, o desemprego subiu 6,5 por cento, e registou um aumento de 2,8 por cento por comparação com Outubro deste ano.

A Comissão Executiva da central ressalva, no entanto, que os números de desempregados referem-se a pessoas que procuram emprego por conta de outrem, pelo que não lhe parece correcto falar numa taxa de desemprego relativamente à população activa. «Se essa relação for feita com o total dos assalariados, a taxa de desemprego sobe para 11,4 por cento», contrapõe aquele órgão de direcção da CGTP.

«Outros elementos que atestam da gravidade da situação presente» são ainda referidos no comunicado de

imprensa divulgado após a reunião de dia 20:

- as ofertas de emprego caíram 20 por cento relativamente a Novembro de 1992,

- no mês passado inscreveram-se nos centros de empre-

go 33 mil novos desempregados, 67 por cento dos quais ficaram sem emprego devido a despedimento ou cessação de contrato de trabalho a termo.

A executiva da CGTP chama igualmente a atenção para

o elevado número de pedidos de emprego anulados em resultado da limpeza de ficheiros efectuada pelo IEFP, cerca de 245 mil no total; só em Maio, o número de anulações foi quase 2,5 vezes superior ao de Janeiro.

## Presidente da República recebe delegação do PCP

Na passada terça-feira, uma delegação do PCP foi recebida, a seu pedido, pelo Presidente da República, Mário Soares.

A delegação do PCP era constituída pelos camaradas Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, e pelos membros da Comissão Político, Domingos Abrantes, Carlos Brito e Octávio Teixeira.

Em contacto com a comunicação social, à saída da entrevista, Carlos Carvalhas informou que a delegação do PCP manifestou ao Presidente da República a sua grande preocupação pela situação social e económica do País, a qual tende a agravar-se.

O secretário-geral do PCP acusou o Executivo de autoritarismo por não ter consultado o Parlamento e a oposição antes da assinatura do Acordo do GATT. Considerou que o autoritarismo governamental se manifesta também na escolha dos representantes de Portugal no Comité das Regiões, uma vez que, disse,

«ao que tudo indica, o Governo vai nomear os representantes portugueses e não submetê-los a eleição».

Outra das questões abordadas na audiência foi a lei das propinas, tendo Carlos Carvalhas reafirmado a concordância dos comunistas com o veto presidencial ao decreto regulamentador daquela lei.

A delegação apresentou ainda ao Chefe de Estado as conclusões da recente reunião do Comité Central do PCP sobre as eleições autárquicas, saldadas num bom resultado no que toca à CDU.

